

Espaço Urbano
e Criminalidade
Lições da Escola de Chicago

Vencedor
do
*VI Concurso IBCCRIM
de Monografias Jurídicas*

Wagner Cinelli de Paula Freitas

Espaço Urbano e Criminalidade

Lições da Escola de Chicago



2508

São Paulo
2002

© WAGNER CINELLI DE PAULA FREITAS, 2002

Produção Gráfica: Método Editoração e Editora Ltda.

Fone: (11) 289-1366 – Fax: (11) 289-0679

Capa: Luis Colombo e Lili Lungarezi

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS (IBCCRIM)

Diretoria da gestão 2001/2002

Presidente: ROBERTO PODVAL

1.º Vice-presidente: ALBERTO SILVA FRANCO

2.º Vice-presidente: ADRIANO SALLES VANNI

1.º Secretário: GERALDO ROBERTO DE SOUZA

2.º Secretário: CECÍLIA SOUZA SANTOS

3.º Secretário: PAOLA ZANELATO

Tesoureiro: TATIANA VIGGIANI BICUDO

Tesoureiro-adjunto: MARIÂNGELA MAGALHÃES GOMES

Departamento de Biblioteca: SILVIA HELENA FURTADO MARTINS, ADRIANA HADDAD UZUM e ADILSON PAULO PRUDENTE DO AMARAL FILHO

Departamento de Boletim: JANAÍNA CONCEIÇÃO PASCHDAL, CELSO EDUARDO FARIA CORACINI e FERNANDA VELLOSO TEIXEIRA

Departamento de Cursos: MARCO ANTONIO RODRIGUES NAHUM, FÁBIO DELMANTO, FLÁVIA D'URSO ROCHA SOARES, ANTONIO SERGIO A. MORAES PITOMBO, ANA LÚCIA MENEZES VIEIRA, CECÍLIA SOUZA SANTOS e HELOISA ESTELLITA SALOMÃO

Departamento de Estudos e Projetos Legislativos: MAURÍCIO ZANOIDE DE MORAES, ADAUTO SUANNES e CARLOS ALBERTO PIRES MENDES

Departamento de Internet: SERGIO ROSENTHAL, ROGÉRIO MARCOLINI e RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA

Departamento de Relações Internacionais: ANA PAULA ZOMER, ANA LÚCIA SABADELL e MARIÂNGELA MAGALHÃES GOMES

Revista Brasileira de Ciências Criminais: MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA, CLEUNICE VALENTIM BASTOS PITOMBO e SYLVIA HELENA DE FIGUEIREDO STEINER

Núcleo de Pesquisas: ENEIDA GONÇALVES DE MACEDO HADDAD, LUCI GATI PIETROCOLLA e ANA LÚCIA PASTORE SCHRITZMEYER

Rua XI de agosto, 52, 2.º andar,

CEP 01018-010 - São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (11) 3105-4607 (tronco-chave)

<http://www.ibccrim.com.br> — e-mail: ibccrim@ibccrim.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Freitas, Wagner Cinelli de Paula

Espaço urbano e criminalidade : lições da Escola de Chicago / Wagner Cinelli de Paula Freitas. – São Paulo : IBCCRIM, 2002.

Bibliografia.

1. Criminologia – Aspectos sociais 2. Ecologia humana 3. Escola de Chicago de Sociologia 4. Sociologia urbana 5. Urbanização I. Título.

02-5186

CDU-343:711.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Criminalidade e espaço urbano : Direito 343:711.4
2. Espaço urbano e criminalidade : Direito 343:711.4

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS

Impresso no Brasil – Printed in Brazil

2002

A todos aqueles que neste momento habitam um ventre e que nascerão na miséria, morarão nas ruas, terão como teto o tempo, sentirão frio, acostumar-se-ão com o medo, comerão lixo, cheirarão cola, conhecerão o sexo na infância, procriarão na puberdade e, analfabetos, morrerão antes de atingirem a idade adulta. Sua vida já é conhecida, antes de nascerem, filhos órfãos que são da cidade grande. Muitos dos que sobreviverem, seu caminho também não é mistério, pois as portas da prisão os aguardam.

Que a Criminologia contribua para a compreensão dos fenômenos sociais sobre os quais se debruça e com isso, quem sabe, algum vetor social permita uma realidade menos dramática e menos infeliz do que a lógica óbvia do determinismo acima descrito.

RESUMO ■

A Escola de Chicago, nas primeiras décadas do século XX, deu importante contribuição à Sociologia Urbana e à Criminologia, tendo produzido trabalho pioneiro no estudo da cidade, que foi um de seus temas fundamentais, aí destacando-se a ecologia humana, que teve em Robert Park e Ernest Burgess seus principais expoentes, que foram os precursores da exploração da relação entre organização do espaço urbano e criminalidade, tema que foi desenvolvido por Clifford Shaw e Henry McKay, cujos estudos se debruçaram sobre a hipótese da desorganização social das áreas pobres ser a principal causa da criminalidade ocorrente na cidade. Também merece destaque, na Escola de Chicago, as idéias de Louis Wirth, que, no entanto, concentrou-se mais no estilo de vida urbano do que na estrutura da cidade.

Este trabalho se propõe a apresentar um resumo sobre a Escola de Chicago de Sociologia Urbana, também chamada de Escola de Chicago de Ecologia Humana ou apenas Escola de Chicago, descrevendo o contexto histórico no qual surgiu e apresentando os conceitos básicos dos trabalhos dos sociólogos de Chicago, especialmente a distribuição geográfica do crime no espaço urbano. Os aspectos marcantes e as limitações da Escola de Chicago serão discutidos, refletindo-se sobre o declínio de sua influência e o seu renascimento, abordando-se sua contribuição para outras perspectivas criminológicas e trazendo o debate sobre as possibilidades e entraves à aplicação da teoria das zonas concêntricas às cidades brasileiras.

O tema desta monografia, portanto, é da Criminologia, área do conhecimento com tanto a oferecer, seja pelo viés vocacional ou profissional, que se preocupa com o uso deste conhecimento em favor de reformas, especialmente quanto às políticas de prevenção da criminalidade e práticas da Justiça Criminal, seja pelo viés crítico ou analítico, que prefere se afastar de decisões políticas e formular questões de ordem filosófica mais profundas.

SUMÁRIO ■

RESUMO	7
PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	17
1. EFEITOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NAS CIDADES ...	21
1.1 Os novos cidadãos	22
1.2 O gueto	29
1.3 Cidade grande, mundo de estranhos	32
1.4 Capital <i>versus</i> trabalho	35
1.5 As novas instituições de controle social	37
1.6 Uma cidade nasce das fábricas	38
2. A CIDADE DE CHICAGO	43
2.1 Explosão demográfica e espacial	43
2.2 A importância de Chicago	45
2.3 O aumento da criminalidade	46
3. A ESCOLA DE CHICAGO	49
3.1 Fundação da Universidade e do Departamento de Sociologia	49
3.2 Os sociólogos de Chicago e o estudo da criminalidade	53
3.3 Formalismo, pragmatismo e reforma social	55
3.4 A cidade como laboratório social	63
3.5 A ecologia humana	66
3.6 A teoria das zonas concêntricas	72

3.7 O caráter crimínogênico da Zona II	75
3.8 A gangue	78
3.9 Testando a hipótese de Park e Burgess	83
3.10 A teoria da delinqüência por transmissão cultural ..	85
3.11 A intervenção através da prevenção	86
4. TEORIAS SOCIOECONÔMICAS DA CIDADE	91
4.1 A teoria dos setores	92
4.2 A teoria multinuclear	93
4.3 A ecologia fatorial	93
5. TEORIA ECOLÓGICA: VIDA APÓS A CRÍTICA	95
5.1 A crítica	95
5.2 O renascimento da teoria ecológica	102
5.3 Influenciando outras perspectivas	107
5.3.1 Teoria estrutural-funcionalista do desvio e da anomia	108
5.3.2 Teoria da associação diferencial	109
5.3.3 Teorias culturais e subculturais	110
5.3.4 Teoria do aprendizado cultural	110
5.3.5 Prevenção do crime através do desenho ambiental	110
5.3.6 Teorias do controle	111
6. ANALISANDO AS CIDADES BRASILEIRAS PELA ÓTICA DOS SOCIÓLOGOS DE CHICAGO	115
6.1 Aplicação da teoria das zonas concêntricas às cidades brasileiras – dificuldades	115
6.2 O surgimento de área semelhante à Zona V do modelo de Burgess nas cidades brasileiras	120
6.3 Observando processos: a privatização do espaço público, um fenômeno crescente	128

7. CONCLUSÃO	135
BIBLIOGRAFIA	139
ÍNDICE ONOMÁSTICO	147
TABELAS E DIAGRAMA	
Tabela 1 – Urbanização nos Estados Unidos: 1800 a 1940 ...	23
Tabela 2 – População da Cidade de Nova Iorque: 1800 a 1930	39
Tabela 3 – População da Cidade de Filadélfia: 1800 a 1930 .	40
Tabela 4 – População da Cidade de Chicago: 1840 a 1930 ...	40
Diagrama – Modelo zonal de desenvolvimento urbano – teoria das zonas concêntricas	73
Tabela 5 – Quadro sinóptico da perspectiva ecológica	89
Tabela 6 – Urbanização no Brasil: 1940 a 1980	116
Tabela 7 – Crescimento da população residente em favelas no Município de São Paulo: 1991 a 1996 (IBGE) .	124
Tabela 8 – Crescimento da população residente em favelas no Município de São Paulo: 1987 a 1993 (FIPE) ..	125
Tabela 9 – Crescimento da população residente em favelas no Município do Rio de Janeiro: 1991 a 2000 (IBGE/Instituto Pereira Passos)	125

PREFÁCIO ■

Sempre entendi a Criminologia uma ciência com uma área gigantesca e com grande potencial de exploração a profissionais e acadêmicos tanto das ciências jurídicas quanto das ciências sociais. No Brasil, porém, parece-me que aqueles da área jurídica vêem a Criminologia como um campo pertencente ao sociólogo, aproximando-se dela através do estudo do direito penal e processual penal, mas dali não passando. A regra é que, quando muito, estudam superficialmente a Escola Clássica, reconhecendo Cesare Beccaria e Jeremy Bentham como seus expoentes; a Escola Positiva, tendo como destaque principal Lombroso; e, com alguma sorte, terão ouvido falar de Durkheim e seu conceito de anomia e, talvez, em Robert Merton com seu quadro referente aos modos de adaptação social. O estudante de direito terá tido essa modesta iniciação na Criminologia graças às primeiras aulas de direito penal ou então à cadeira de sociologia jurídica. Resultado: é como se a Criminologia tivesse parado em 1938, ano de edição da obra *Social Structure and 'Anomie'* e que é anterior ao início da Segunda Guerra Mundial, escrita por Merton, que é o mais novo dos cientistas sociais acima referidos. Logo, não é de se estranhar que, da área jurídica, sejam poucos a se interessar por uma ciência que, no mínimo, parece-lhes “estagnada”, sem contar que a bibliografia em português é bastante restrita, o que limita o acesso às obras mais atualizadas e que são publicadas em outros países.

O sociólogo, a seu turno, tem demonstrado pouco interesse pela Criminologia, o que é explicado, em grande parte,

à carência de dados – em termos de quantidade e qualidade – por parte das instituições, assim como pelos entraves de toda ordem que encontram quando desejam realizar trabalho de campo em instituições fechadas como presídios, manicômio judiciário e polícias, pois estas apresentam barreiras bastante impermeáveis e, conseqüentemente, pouca interação com aqueles que não as integram. Assim, a maior aproximação do sociólogo à Criminologia costuma ser quando se interessa em estudar a violência, com ênfase nos direitos humanos, havendo, sem dúvida, trabalho de qualidade, como o que é desenvolvido, por exemplo, pelo Centro de Estudos da Violência, da USP, que é coordenado pelos professores Paulo Sérgio Pinheiro, Sérgio Adorno e Nancy Cárdua.

Apesar de ainda não termos no Brasil curso de Criminologia ao nível de graduação e da oferta de mestrado nesta área ainda ser limitada e muitas vezes obrigar que a Criminologia seja estudada em combinação com direito penal ou direito processual penal, o que certamente afasta aqueles graduados em ciências sociais, temos contribuições valiosas de professores como, por exemplo, Alba Zaluar, Álvaro Mayrink da Costa, João Marcello de Araújo Júnior e Roberto Lyra, como também temos instituições importantes como o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, com sede em São Paulo, e o Instituto Carioca de Criminologia, no Rio de Janeiro.

É com o intuito de contribuir para o estudo e divulgação da Criminologia que escolhi explorar a relação entre espaço urbano e criminalidade, sob a ótica da Escola de Chicago, o que se deu por duas razões principais: 1) traz uma perspectiva criminológica que é desconhecida da massa de profissionais do direito e também cientistas sociais brasileiros em virtude de raramente ser mencionada nos respectivos cursos de graduação; e 2) vivemos um momento em que o crime está na ordem do dia – e quando não esteve? – notadamente o tipo de criminalidade que tem por cenário o

grande centro urbano, pelo que o trabalho pioneiro da Escola de Chicago quanto ao tema, assim como as correntes criminológicas influenciadas de alguma forma por ela, contribuem para uma melhor compreensão deste vasto e complexo universo que é a sociedade criminógena.

INTRODUÇÃO ■

Sucessoras das aldeias, as cidades existem há alguns milênios, sendo que os registros históricos mais antigos indicam que as primeiras foram as surgidas no Vale do Nilo, no Egito, aproximadamente em 3.500 a.C., porém, eram bem menores do que as atuais e costumavam apresentar as seguintes características: 1) eram cercadas por muros altos, o que se dava por estratégia militar visando sua defesa de ataques inimigos; 2) a parte central da cidade continha uma grande área pública; 3) a classe dominante se concentrava no centro da cidade, enquanto os menos privilegiados moravam em direção aos limites da cidade; 4) havia poucas ruas e estas eram estreitas; e 5) a casa era o mesmo local do trabalho.¹

Atravessando muitos séculos em poucas linhas, chegamos à mais substancial modificação da cidade, que ocorre com a Revolução Industrial, que teve seu início na Inglaterra no final do século XVIII e caracterizou-se pelo processo de mecanização das indústrias, representando a consagração do capitalismo como forma de produção predominante em diversas sociedades da Europa Ocidental.

A sociedade industrial moderna faz concentrar a população nas cidades. Já não mais existem os muros físicos que antes separavam o meio urbano do rural e muitas vezes uma parte da cidade de outra. As mudanças não são apenas de ordem econômica, demográfica e espacial. Atingem os cos-

¹ GIDDENS, 1997, 470.

tumes, as interações sociais e as formas de controle social. Este ambiente densamente povoado, heterogêneo, marcado pela impessoalidade e caracterizado por desigualdades profundas, apresenta-se terreno fértil a desvios de conduta, muitos destes reputados como crimes. Daí o interesse de sociólogos pela cidade como objeto de estudo.

O artigo mais antigo utilizado pela sociologia urbana é *Die Grossstädte und das Geistesleben* (A Metrópole e a Vida Mental), publicado em 1903, do alemão Georg Simmel, para quem a organização social e a cultura do centro urbano são conseqüências da grande concentração populacional. Para ele, a cidade submete o indivíduo a constantes estímulos físicos e sociais, conduzindo à impessoalidade, mas também propiciando liberdade e oportunidades.²

A Escola de Chicago, em parte influenciada pelas idéias de Simmel, com quem alguns de seus sociólogos tiveram afinidade, envolve um período, um grupo de professores e de alunos, bem como uma produção acadêmica com características próprias.³ Este período, que se relaciona à denominada “primeira Escola de Chicago”, objeto deste ensaio, estende-se de 1915 a 1940. Seus trabalhos, a despeito da variedade metodológica, são marcados pelo empirismo e têm por foco a cidade, quase sempre Chicago,

² Artigo traduzido para o português em VELHO, O. (org.), *O Fenômeno Urbano*, 4. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1979, 11-25.

³ Hans Joas, embora reconheça a existência de afinidade entre membros da Escola de Chicago e Simmel, considera um equívoco tomar as idéias da Escola como derivadas do pensamento deste (JOAS, 1993, 27). Porém, como apontam David Downes e Paul Rock, a fusão do formalismo com o pragmatismo marcou parte do trabalho da Escola, sendo que Simmel é considerado o fundador do formalismo, além de ter exercido influência sobre Robert Park e outros sociólogos de Chicago (*vide* tópicos 3.3 e 3.4).

que é considerada pelos grupos que a compõem e suas respectivas interações.

A *ecologia humana* da Escola de Chicago,⁴ que é o principal foco deste trabalho, é a raiz de perspectivas clássicas importantes em sociologia urbana, como a *teoria do setor*, de Homer Hoyt, apresentada em 1939, a *teoria multinuclear*, de Chauncy Harris e Edward Ullman, de 1941, e a *ecologia fatorial*, de Eshref Shevky e Wendell Bell, de 1955, esta última uma conjugação daquelas três perspectivas. A Escola de Chicago influenciou, ainda, diversas perspectivas criminológicas e que serão aqui apresentadas.

O grande centro urbano nascido da industrialização é a base das novas interações sociais e que tanto interessaram aos sociólogos de Chicago. Daí a importância de se abordar os efeitos da industrialização nas cidades, que não são poucos, objeto do primeiro capítulo.

⁴ Alguns autores preferem o termo *ecologia social* a *ecologia humana*, como, por exemplo, LANIER & HENRY, 1998, 182-200.

EFEITOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO NAS CIDADES

SUMÁRIO: 1.1 Os novos cidadãos – 1.2 O gueto – 1.3 Cidade grande, mundo de estranhos – 1.4 Capital *versus* trabalho – 1.5 As novas instituições de controle social – 1.6 Uma cidade nasce das fábricas.

A Revolução Industrial fez descortinar um século XIX com uma alta concentração populacional nas cidades, o que se dá por dois importantes fatores. A primeira causa para o aumento demográfico que se inicia na Europa a partir de meados do século XVIII foi a diminuição da taxa de mortalidade, que pela primeira vez se afasta significativamente da taxa de natalidade. Na Inglaterra, a taxa de natalidade permanece quase constante em 37 por mil, enquanto a taxa de mortalidade, que era de 35 por mil em meados do século XVIII, decresce para 20 por mil na metade do século seguinte.¹

O segundo fator a contribuir para a concentração da população nas cidades foi a transformação da produção, pois os camponeses, que eram cultivadores diretos, tornam-se assalariados, o que se dá através de um processo

¹ BENEVOLO, 1999, 551.

de coisificação de sua força de trabalho, representando mão-de-obra para a indústria, pelo que se transferem para próximo das fábricas, geralmente concentradas em torno das cidades, razão do crescimento rápido destas em relação ao restante do país, pois acolhem tanto o aumento natural da população quanto o fluxo de migração do campo. Com o desenvolvimento tecnológico, são construídas estradas e canais navegáveis, bem como são introduzidas as estradas de ferro – o que se dá a partir de 1825 – e os navios a vapor substituem os navios à vela, meios de comunicação e transporte estes que possibilitam uma mobilidade de pessoas e mercadorias nunca havida.²

1.1 OS NOVOS CITADINOS

A industrialização ocorrida nos séculos XVIII e XIX na Europa fez resultar uma população excedente e que se vê obrigada a procurar melhores condições de vida em outras terras para fugir do desemprego e da fome. Assim, grandes grupos se deslocaram da Europa para as Américas, especialmente para os Estados Unidos. O historiador americano Roger Daniels,³ referindo-se ao clássico ensaio de Frank Thistlewaite, *Migration from Europe Overseas in the Nineteenth and Twentieth Centuries* (1960),⁴ destaca que dos 55 milhões de europeus que emigraram para além-mar entre 1821 e 1924, 33 milhões, ou seja, três quintos, foram para os EUA.⁵ Tantas foram as levas de

² *Ibid*, 551-2.

³ Roger Daniels é professor do Departamento de História da Universidade de Cincinnati.

⁴ Ensaio apresentado no *XI Congrès International des Sciences Historiques*, realizado em Estocolmo, em 1960. Frank Thistlewaite é historiador inglês.

⁵ DANIELS, 1990, 23.

imigrantes recebidas pelos EUA que, em 1900, representavam aproximadamente 15% da população americana.

Além dos imigrantes, muitos centros urbanos receberam pessoas oriundas do campo, sendo que aqueles, em sua maioria, também eram provenientes do meio rural e desprovidos de qualquer qualificação profissional. Este movimento de migração do campo para as cidades atingiu seu ápice nos anos da década de 1880. A população americana, que em 1860 era predominantemente rural, passa a ter seu maior número nas cidades a partir de 1920 (*vide tabela 1* abaixo).

Tabela 1
Urbanização nos Estados Unidos

– 1800 a 1940 –

Ano	População residindo nas cidades (%)
1800	6,1
1820	7,2
1840	10,8
1860	19,8
1880	28,2
1900	39,6
1920	51,2
1940	56,5

Fonte: Agência de Recenseamento dos EUA
(*US Census Bureau*)

Graças ao aumento natural da população e à imigração, a população dos Estados Unidos praticamente triplicou, entre 1870 e 1920, passando de 38 milhões para 108 milhões de habitantes, sendo que, a partir desta última data,

mais de 54 milhões, em razão da urbanização, passam a ter na cidade o substrato de sua vida social.

O crescimento acelerado vivido por algumas cidades americanas contribuiu para tornar mais difíceis as condições de vida dos imigrantes e migrantes. Um dos problemas era moradia. A oferta de imóveis não atendia à alta demanda. É nesta época que surgem as *tenement houses*, uma espécie de cortiço da América, que eram prédios cujos apartamentos eram locados aos recém-chegados à cidade. Estes prédios eram construídos especificamente para este propósito ou então eram aproveitamento de prédios antigos, muitas vezes casas que tinham servido a apenas uma família, e que tinham seu espaço interno redividido em vários apartamentos para acomodar o maior número de pessoas possível. Estes apartamentos normalmente continham apenas um cômodo, muitos deles sem janela e ventilação, e não ofereciam água e nem esgoto. Caracterizavam-se por condições totalmente insalubres, o que era agravado pelo fato de famílias inteiras se acomodarem em apenas um destes apartamentos, o que fazia deste lugar um ambiente propício à disseminação de doenças. Em razão do estado de miséria de seus ocupantes, era comum a ausência de mobiliário. A alta taxa de ocupação dos imóveis, a alta mobilidade dos inquilinos e o baixo valor do aluguel eram fatores a contribuir para que os locadores resistissem a realizar reparos nos apartamentos, de maneira que os prédios se deterioravam rapidamente.

Jacob Augustus Riis (1849-1914), imigrante dinamarquês que viveu em Nova Iorque e que pregava o moralismo, o pragmatismo e a reforma social, em seu primeiro livro, *How the Other Half Lives: Studies Among the Tenements of New York*, obra clássica sobre as *tenement houses* e que foi publicada pela primeira vez em 1890, analisando o surgimento deste tipo de moradia coletiva e

suas péssimas condições, informa que uma criança falecida numa *tenement* teve como *causa mortis* “asfixia pelo ar viciado de um apartamento sem ventilação”.⁶

Em primeiro de agosto de 1890, as *tenement houses* de Nova Iorque somavam 37.136, com uma população total estimada de 1.250.000 pessoas, sendo que 163.712 eram crianças com menos de cinco anos de idade.⁷ Considerando que a população total de Nova Iorque em 1890 era de 1.515.301 habitantes (*vide* tabela 2, sub-tópico 1.6), conclui-se que 82% destes residiam em *tenements*. Assim, talvez o título mais apropriado à obra de Riis tivesse sido não ‘Como a Outra Metade Vive’, mas ‘Como a Maior Parte Vive’.

Riis, seguindo sua orientação moralista, faz o seguinte comentário sobre a relação entre as *tenement houses*, a miséria e a criminalidade:

“A verdade é que a indigência cresce nas *tenements* tão naturalmente como ervas-daninhas em um jardim. Um destempero moral, como o crime, encontra ali seu solo mais fértil. Os arredores da *tenement house* favorecem seu crescimento e onde uma vez ele se enraiza é mais difícil desalojá-lo do que a mais virulenta das doenças físicas”.⁸

A médica sanitarista Lucy M. Hall escreveu um artigo sobre as *tenement houses* e sua população (*Tenement Houses and Their Population*), publicado em junho de 1885, baseado em inspeções que fez a alguns destes prédios na cidade de Nova Iorque, descrevendo a situação desumana e insalubre que encontrou, concluindo que “Toda esperança abandona você que entra aqui!”.

⁶ RIIS, 1997, 11.

⁷ *Ibid*, 222.

⁸ *Ibid*, 184.

Robert Hunter, um dos investigadores da Hull House, que era uma espécie de centro social (*vide* item 3.3), mostrou o resultado de sua pesquisa sobre as condições das *tenement houses* de Chicago na obra *Tenement Conditions in Chicago: Report by the Investigating Committee of the City Homes Association* (1901), tendo constatado que, apesar do território ocupado pelos três distritos que investigou ser pequeno, com apenas um terço de milha quadrada, sua população combinada era de 45.643 pessoas. Verificou também que apenas metade das famílias tinha acesso a instalações sanitárias e que 90% destas instalações eram defeituosas, sendo que, em meio a excremento e lixo, ratos e animais disputavam o espaço com as pessoas, que congelavam no inverno e sofriam com o calor no verão.⁹

Estas habitações foram comuns em várias cidades da Europa e dos Estados Unidos. Sobre os especuladores que têm nas moradas para pobres o seu lucro, veja-se o comentário do professor e urbanista italiano Leonardo Benevolo:

“Grupos de especuladores se encarregam de construir estas casas, umas poucas por vez ou em grandes conjuntos, tendo em vista apenas obter o lucro máximo: o operário, que recebe um salário apenas compatível com a sobrevivência, deve usar parte dele para pagar o aluguel, e o proprietário, que construiu uma casa o mais apertada possível e com os materiais de qualidade inferior deve conseguir um lucro superior ao custo da construção”.¹⁰

Benevolo, no entanto, destaca que as casas em que estas pessoas pobres passam a morar na cidade não chegam a ser propriamente piores do que suas residências no campo, mas a moradia de outrora apresentava diferenciais positivos. Veja-se:

⁹ SMITH, 1988, 32.

¹⁰ BENEVOLO, 1999, 566.

“A casa, por sua vez, pode também ser melhor que a cabana onde a mesma família morava no campo: os muros são de tijolos em vez de madeira, a cobertura é de ardósia e não de palha, a mobília e os serviços são igualmente primitivos ou não existem. Mas a cabana tinha muito espaço ao redor, onde os refugos podiam ser eliminados com facilidade e muitas funções – a criação de animais, o trânsito dos pedestres e dos carros, os jogos das crianças – podiam desenvolver-se ao ar livre sem demasiados estorvos entre si. Agora, o agrupamento de muitas casas num ambiente restrito impede a eliminação dos refugos e o desenvolvimento das atividades ao ar livre: ao longo das ruas correm os esgotos descobertos, se acumulam as imundícies, e nos mesmos espaços circulam as pessoas e os veículos, vagueiam os animais, brincam as crianças. Além do mais, os bairros piores surgem nos lugares mais desfavoráveis: perto das indústrias e das estradas de ferro, longe das zonas verdes. As fábricas perturbam as casas com as fumaças e o ruído, poluem os cursos de água, e atraem um trânsito que deve misturar-se com o das casas.”¹¹

A grande cidade desta fase é marcada por sérios problemas de infra-estrutura, agressões ao meio-ambiente e caos. O historiador americano Lewis Mumford chega a comparar o quadro de destruição e desordem dentro das grandes cidades no século XIX ao de um campo de batalha, acrescentando que:

“O industrialismo, a principal força criadora do século XIX, produziu o mais degradado ambiente urbano que o mundo jamais vira; na verdade, até mesmo os bairros das classes dominantes eram imundos e congestionados”.¹²

As cidades que sofreram com a poluição e degradação ambiental da industrialização do século XIX foram retra-

¹¹ *Ibid.*, 566.

¹² MUMFORD, 1998, 484.

tadas pelo escritor inglês Charles Dickens em seu clássico romance *Tempos Difíceis* (*Hard Times*), publicado em 1854, que tem por palco a cidade imaginária de Coketown,¹³ onde havia fumaça e cinzas por toda parte, lançadas incessantemente pelas chaminés das fábricas, cujas máquinas barulhentas não se cansavam de trabalhar, o canal da cidade era poluidamente negro e o rio, carregado de tinta púrpura, nauseava a todos com seu cheiro fétido.¹⁴

Os imigrantes, porém, não estavam à mercê de adversidades apenas no tocante à moradia, infra-estrutura, insalubridade e poluição. Roger Daniels narra outra dificuldade à qual estavam expostos e que é consequência daquelas:

“Epidemias de cólera, como a que devastou Bishop’s Hill, ocorriam quase todo verão, afetando principalmente os imigrantes pobres, matando muitos deles mesmo antes de chegarem a Chicago. Quando as portas de um vagão de carga cheio de imigrantes eram abertas, quatro corpos eram encontrados. Quase três por cento de toda população de Chicago morreu de cólera no verão de 1851. Numa área de três quadras, no lado norte, cada indivíduo dali morreu, 332 pessoas, imigrantes em sua maioria.”¹⁵

O novo cidadão, migrante ou imigrante, personagem pária de uma sociedade que o rejeita e ao mesmo tempo dele necessita. Sua estratégia de sobrevivência tem nome: o gueto.

¹³ *Coke*, em inglês, significa coque, que é o resíduo de carvão-de-pedra, e *town* significa cidade. Portanto, Coketown quer dizer ‘Cidade do Coque’. Ou, como sugere o tradutor da obra de Lewis Mumford, “Carbonópolis”.

¹⁴ DICKENS, 1995, 18.

¹⁵ DANIELS, 1990, 169.

1.2 O GUETO

Era comum que pessoas de uma mesma nacionalidade ou grupo étnico se agrupassem, o que, por se tratarem de grupos desprivilegiados, acarretava na formação de guetos étnicos ou culturais, como, por exemplo, o bairro dos italianos, dos negros e dos judeus. A língua e a cultura de cada grupo representavam mais uma barreira na sua adaptação à nova terra, não só com relação à língua e cultura da sociedade que os recebia, mas também quanto às dos demais grupos de outras nacionalidades. Uma reação de grupos imigrantes ao processo de aculturação era se fechar em relação à sociedade americana, procurando preservar seus costumes e sua língua, resultado de uma alta segregação, a beirar o isolamento.

Um exemplo deste tipo de processo é o dos italianos oriundos da Sicília, que até 1914 viviam em Chicago como uma comunidade totalmente estrangeira. Estes imigrantes sicilianos mantinham sua língua, suas tradições e casavam-se entre si. As mulheres continuavam a viver como se estivessem em seu país natal, ou seja, nunca saíam de suas casas a não ser para visitas formais ou idas à igreja.¹⁶

Outro exemplo deste processo, especialmente quanto à manutenção da língua, é o dos alemães, maior grupo imigrante nos Estados Unidos, que, partindo para uma atuação política, conseguiram que o alemão se tornasse a língua falada em escolas públicas. Nestas escolas, o inglês seria ensinado como segundo idioma:

“No início de 1839, vários estados, começando com Pensilvânia e Ohio, aprovaram leis autorizando (ou em

¹⁶ THOMAS, 1971, 122.

alguns casos exigindo) o ensino em alemão nas escolas públicas quando um certo número de pais – geralmente, mas nem sempre, 50 por cento – o requeriam, e estas leis foram copiadas, com variações inevitáveis, na maioria dos estados com grande presença de colonos alemães. Em Ohio, a lei autorizou a adoção de escolas em que o alemão era a língua exclusiva. Em Cincinnati, esta opção foi exercitada tanto que havia, efetivamente, dois sistemas, um inglês e um alemão, sendo que, na década de 1850, o conselho de educação reconheceu o direito dos alunos serem ensinados em alemão ou inglês. Em Saint Louis, por sua vez, o uso do bilingüismo foi uma estratégia para atrair crianças alemães-americanas para as escolas públicas. Estima-se que, em 1860, quatro crianças alemães-americanas em cinco freqüentavam escolas que não eram públicas; duas décadas depois estas proporções foram revertidas.”¹⁷

Este isolamento lingüístico e cultural de parte significativa dos imigrantes alemães adentra o século seguinte: “Teuto-americanos continuaram a publicar jornais em alemão e a tirar proveito da educação bilíngüe mesmo no século XX”.¹⁸

Esta fragmentação da sociedade tinha nos guetos sua principal evidência. O professor e sociólogo francês Loïc Wacquant, analisando o gueto, classifica-o como uma forma de “prisão social”, cuja função é confinar uma população estigmatizada para, assim, neutralizar a ameaça material e/ou simbólica que ela faz pesar sobre o grupo dominante.¹⁹ Aprofundando o conceito, aduz:

¹⁷ *Ibid.*, 159.

¹⁸ FREY, ABRESCH & YEASTING, 2001, 56.

¹⁹ WACQUANT, 2001, 100.

“... o gueto é um dispositivo socioespacial que permite a um grupo estatutário dominante em um quadro urbano desterrar e explorar um grupo dominado portador de um capital simbólico negativo, isto é, uma propriedade corporal percebida como fator capaz de tornar qualquer contato com ele degradante, em virtude daquilo que Max Weber chama de “estimação social negativa da honra”. Em outros termos, um gueto é uma relação etnoracial de controle e de fechamento composta de quatro elementos: estigma, coação, confinamento territorial e segregação institucional.”²⁰

Wacquant, reportando-se a Louis Wirth, que escreveu *The Ghetto* (1928),²¹ lembra que os guetos da Europa do início da era moderna eram delimitados por muros altos, com seus perímetros permanentemente vigiados, atravessados por várias portas e que eram fechadas à noite, devendo os judeus ali retornar antes do crepúsculo sob pena de sofrerem castigos severos.²²

Os guetos das grandes cidades industriais americanas, de conteúdo étnico mas predominantemente econômico, caracterizavam, na expressão popularizada por Zuenir Ventura em obra de mesmo título, a “cidade partida”, e que é marcada por dicotomias, internamente dividida por muros que podem ser visíveis ou invisíveis.

Os imigrantes integravam uma categoria inferior de habitantes, pois o estado não tinha para com eles as mesmas obrigações que tinha para com os seus nacionais.

²⁰ *Ibid*, 108.

²¹ Wirth nasceu na Alemanha e estudou nos EUA, tornando-se um dos expoentes da Escola de Chicago nos anos 1930. Embora tenha integrado a Escola de Chicago, não foi um ecologista humano.

²² WACQUANT, 2001, 108; e WIRTH, 1928, 32.

Muitos imigrantes sofriam discriminação por parte dos americanos natos, especialmente em razão da competição por emprego e moradia. Os imigrantes representavam mão-de-obra barata, pelo que concorriam com a população local, o que lhes atraía hostilidade, a reforçar a necessidade de existência do gueto.

O gueto, trama institucional paralela que, se de um lado fecha o grupo dominado em uma relação estrutural de subordinação e dependência, de outro, permite-lhe um certo nível de proteção, autonomia e dignidade.²³

1.3 CIDADE GRANDE, MUNDO DE ESTRANHOS

O grande centro urbano se torna palco de interações sociais que rompem com os instrumentos tradicionais de controle social. A cidade é a antítese da comunidade rural e representa o novo. Robert Park, já em 1915, constata a ocorrência de modificações nas instituições que exerciam controle social em decorrência da urbanização:

“A maioria de nossas instituições tradicionais, a igreja, a escola e a família, tem sido, sob as influências desintegrantes da vida cidadina, grandemente modificada”.²⁴

Posteriormente, Robert Park, aprofundando sua observação sobre as mudanças nas formas de controle social decorrentes do crescimento urbano, aponta que:

“...com o crescimento das grandes cidades, com a vasta divisão do trabalho que surgiu com a indústria mecanizada

²³ WACQUANT, 2001, 108.

²⁴ PARK, 1925, 24; traduzido para o português em VELHO, O. (org.), *O Fenômeno Urbano*, 4.^a ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1979, 47.

e com o movimento e a mudança decorrentes da multiplicação dos meios de transporte e comunicação, as velhas formas de controle social representadas pela família, vizinhança e comunidade local foram comprometidas e sua influência grandemente diminuída”.²⁵

Figueiredo Dias e Costa Andrade, abordando este processo de urbanização, destacam as seguintes características da cidade moderna, confirmando a constatação de Park:

“Pelas suas dimensões sem precedentes, pela sua heterogeneidade étnica e cultural, pelo anonimato e atomismo da sua interação, a cidade moderna caracteriza-se pela ruptura dos mecanismos tradicionais de controle (família, vizinhança, religião, escola) e pela pluralidade, praticamente sem limites, das alternativas de conduta”.²⁶

Anthony Giddens, discorrendo sobre as cidades e o desenvolvimento do urbanismo moderno, dá relevo às reflexões de Louis Wirth, estampadas em *Urbanism as a Way of Life* (1938):²⁷

“Wirth destaca que, nas cidades, grandes números de pessoas vivem em estreita proximidade uns com os outros, sem, entretanto, conhecerem-se pessoalmente – um contraste fundamental com pequenos e tradicionais vilarejos. Os contatos entre os que habitam as cidades são, em sua maioria, rápidos e parciais, sendo meios para outros fins que não a simples satisfação das relações em si. Interações com vendedores em lojas, caixas em bancos, passageiros

²⁵ PARK, 1925, 106-7.

²⁶ FIGUEIREDO DIAS & COSTA ANDRADE, 1997, 269.

²⁷ Este ensaio de Wirth foi publicado no *American Journal of Sociology*, 44. Traduzido para o português em VELHO, O. (org.), *O Fenômeno Urbano*, 4ª. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1979, 90-113.

ou coletores de tíquetes em trens são encontros passageiros, que ocorrem não em seu próprio benefício, mas como meios a outros fins”.²⁸

Nas palavras de Wirth:

“Os contatos da cidade podem na verdade ser face a face, mas são, não obstante, impessoais, superficiais, transitórios e segmentários. A reserva, a indiferença e o ar *blasé* que os habitantes da cidade manifestam em suas relações podem, pois, ser encarados como instrumentos para se imunizarem contra exigências pessoais e expectativas de outros”.²⁹

Pertinente é registrar o conceito de cidade formulado por Wirth: “Para fins sociológicos, uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos”.³⁰

Esta perspectiva da cidade, como comenta Manuel Castells, dá-lhe “um conteúdo cultural específico e se torna a variável explicativa deste conteúdo”. Neste sentido, a cultura urbana é oferecida como uma “forma de vida”.³¹

O conceito de urbanismo como forma de vida baseia-se na idéia de que a vida na cidade combina impessoalidade com distância social,³² sendo que este estilo urbano não se cinge às fronteiras físicas da cidade, pelo que a cultura da cidade é difundida para toda parte, pois, como explica Wirth, “a vida rural levará a marca do urbanismo, à medida que sofre a influência das cidades através de contato e comunicação”.³³

²⁸ GIDDENS, 1997, 477.

²⁹ WIRTH, 1979, 101.

³⁰ *Ibid.*, 96.

³¹ CASTELLS, 2002, 38.

³² GIDDENS, 1997, 498.

³³ WIRTH, 1979, 95.

Esta impessoalidade que caracteriza a metrópole foi explorada por Georg Simmel, no clássico texto *A Metrópole e a Vida Mental*:

“Na esfera da psicologia econômica do pequeno grupo, é importante que, sob condições primitivas, a produção sirva ao cliente que solicita a mercadoria, de modo que o produtor e o consumidor se conheçam. A metrópole moderna, entretanto, é provida quase que inteiramente pela produção para o mercado, isto é, para compradores inteiramente desconhecidos, que nunca entram pessoalmente no campo de visão propriamente dito do produtor. Através dessa anonimidade, os interesses de cada parte adquirem um caráter impiedosamente prosaico; e os egoísmos econômicos intelectualmente calculistas de ambas as partes não precisam temer qualquer falha devida aos imponderáveis das relações pessoais”.³⁴

A cidade grande é, como definiu Edward Krupat, um “mundo de estranhos”:

“... muitas pessoas que se vêem diariamente no ônibus ou na estação de trem, na lanchonete ou nos corredores do local de trabalho, nunca se tornam mais do que “estranhos familiares”.³⁵

É neste “mundo de estranhos” que surgem os primeiros conflitos do capital-trabalho, como demonstrado a seguir.

1.4 CAPITAL VERSUS TRABALHO

A medida que as fábricas cresciam, os trabalhadores se tornavam menos importantes. O excesso de mão-de-

³⁴ SIMMEL, 1979, 13-4.

³⁵ KRUPAT, 1985, 36.

obra mantinha um nível de desemprego tal que era fácil para o industrial substituir o operário que considerasse indesejado. Como a jornada de trabalho era longa e os salários curtos, surge um movimento nacional dos trabalhadores como reação aos abusos e exploração a que eram submetidos. Em 1840, a Corte Superior de Massachusetts, ao julgar o caso *Commonwealth versus Hunt*, considerou que atividades sindicais, inclusive greves, eram legais. A partir de então, organizações sindicais cresceram rapidamente, formando, em 1866, o primeiro sindicato operário nacional, a *National Labor Union*, que, no entanto, teve existência efêmera.³⁶ No ano de 1869, o desejo de setores operários de uma organização nacional levou à fundação da *Knights of Labor*, que começou mais como uma entidade recreativa do que como sindicato. Porém, a partir de 1879, a *Knights of Labor* assume uma posição de liderança nacional, trazendo para seus quadros trabalhadores de todas as áreas, homens e mulheres, negros e imigrantes. Esta organização, que comandou muitas greves, é desmantelada a partir da *revolta do Haymarket*, ocorrida em Chicago, em 1886, em razão de sua imagem ter sido associada à violência ocorrida naquela manifestação e que resultou na morte de sete pessoas. A *Knights of Labor*, naquele mesmo ano de 1886, é substituída pela *American Federation of Labor*.³⁷

Os confrontos do operariado em Chicago foram maiores do que os havidos em Nova Iorque. Chicago, entre 1887 e 1894, teve 528 greves, o que envolveu um total de 283.000 trabalhadores.³⁸

³⁶ RISJORD & HAYWOODE, 1979, 56.

³⁷ *Ibid.*, 58.

³⁸ ABU-LUGHOD, 1999, 119.

A reserva permanente de desempregados, especialmente composta pelos novos imigrantes, que facilmente se sujeitavam a baixos salários, era um componente importante em desfavor da causa operária, pois eram usados para furar as greves, o que aprofundava o sentimento discriminatório que os americanos natos tinham em relação aos imigrantes.

1.5 AS NOVAS INSTITUIÇÕES DE CONTROLE SOCIAL

A impessoalidade e o anonimato marcam a maioria das interações sociais que ocorrem no *locus* urbano. Os contatos do cotidiano passam a ser fugazes e superficiais. Os vizinhos não mais se conhecem. Colegas de trabalho ignoram onde o outro mora. Na sociedade rural, tinha-se o tempo do mundo. Na cidade grande, como diz uma expressão que é popular em diversas línguas, “tempo é dinheiro”. Com tantas e abruptas mudanças, as formas tradicionais de controle social se desvanecem, passando este controle a ser exercido não mais na esfera privada, mas primordialmente na esfera pública. Os costumes perdem força coercitiva, que passa a ser exercida pela lei. O papel da família e da religião cede cada vez mais lugar à escola, pública em sua maioria, instrumento de reprodução da ordem social, e à polícia, instrumento de repressão aos que desafiam esta ordem.

Há, entretanto, uma nova instituição e que surge na cidade grande, especialmente entre os jovens das áreas ou classes menos favorecidas: a gangue. Certamente que não se trata de uma instituição no sentido formal, afinal, não se registra gangue na junta comercial. Porém, é instituição

em seu sentido material, ou seja, uma entidade que agrega um grupo, possuindo um conjunto de regras e que tem por finalidade a satisfação de interesses coletivos. Veja-se o comentário de Park a respeito do tema:

“... estas gangues têm exercido uma influência consideravelmente maior na formação do caráter dos rapazes que a compõem do que a igreja, a escola ou qualquer outra agência da comunidade fora das famílias e lares nas quais os membros das gangues são criados. E é bem possível que a influência destes lares não tenha sido sempre e totalmente saudável”.³⁹

A gangue, instituição informal, paralela e marginal, nascida da grande cidade industrial e comercial e que passa a ter mais importância na formação de um grande número de pessoas do que outras instituições (o tema será aprofundado no item 3.8). O caminho à sua compreensão passa pelo estudo dos fenômenos urbano e industrial, bem como das interações e tensões sociais a envolver os que vêm a integrá-las.

1.6 UMA CIDADE NASCE DAS FÁBRICAS

Três cidades americanas vivenciaram, de forma intensa, esse processo de crescimento acelerado, conseqüente da industrialização – que nos EUA começou depois da Europa – e marcado pela chegada de grandes levas de grupos, externos e internos, e catalisador de fenômenos e processos sociais. Uma delas foi Nova Iorque, cidade do leste e principal porto de chegada dos imigrantes vindos do Velho Mundo, cuja população aumentou de 60 mil habitan-

³⁹ PARK, 1925, 112.

tes em 1800 para quase 3,5 milhões em 1900. A segunda cidade americana em população, em 1800, era Filadélfia, a 160 quilômetros ao sul de Nova Iorque, com uma população de 41 mil habitantes e que, em 1900, somava praticamente 1,3 milhões. A outra era Chicago, filha primogênita da industrialização americana, fundada em 1833, quando sua população era de apenas 350 habitantes, ultrapassando a cifra de 1,7 milhões em 1900 e que se tornou o principal centro industrial e comercial do centro-oeste americano (veja **tabelas 2, 3 e 4**).

Tabela 2
População da Cidade de Nova Iorque

– 1800 a 1930 –

Ano	População
1800	60.515
1810	96.373
1820	123.706
1830	202.589
1840	312.710
1850	515.547
1860	813.669
1870	942.292
1880	1.206.299
1890	1.515.301
1900	3.437.202
1910	4.766.883
1920	5.620.048
1930	6.930.446

Fonte: Agência de Recenseamento dos EUA

Tabela 3
População da Cidade de Filadélfia

– 1800 a 1930 –

Ano	População
1800	41.220
1810	53.722
1820	63.802
1830	80.462
1840	93.665
1850	121.376
1860	565.529
1870	674.022
1880	847.170
1890	1.046.964
1900	1.293.697
1910	1.549.008
1920	1.823.779
1930	1.950.961

Fonte: Agência de Recenseamento dos EUA

Tabela 4
População da Cidade de Chicago

– 1840 a 1930 –

Ano	População
1840	4.470
1850	29.963
1860	112.172
1870	298.977
1880	503.185
1890	1.099.850
1900	1.698.575
1910	2.185.283
1920	2.701.705
1930	3.376.438

Fonte: Agência de Recenseamento dos EUA

Manuel Castells, que é um dos maiores estudiosos de sociologia urbana da atualidade,⁴⁰ diz que “é útil fixar os contornos históricos de um fenômeno antes de se iniciar a sua investigação”.⁴¹ Foi da observância a este prudente conselho que nasceu este primeiro capítulo, orientação que irá permear também os capítulos seguintes, a tratar da Cidade, da Universidade e da Escola, sempre “de Chicago”, mas, como veremos, também de todos nós, metáforas que são da urbanização dos séculos XIX e XX (a Cidade) e do espírito científico e empreendedor que se coloca para além dos muros da academia (a Universidade e particularmente a Escola de Chicago).

⁴⁰ Manuel Castells, nascido na Espanha, é professor do Departamento de Sociologia e também do Departamento de Planejamento Urbano e Regional da Universidade da Califórnia, campus de Berkeley, e professor-visitante em várias universidades de diversos países.

⁴¹ CASTELLS, 2002, 20.

A CIDADE DE CHICAGO

SUMÁRIO: 2.1 Explosão demográfica e espacial – 2.2 A importância de Chicago – 2.3 O aumento da criminalidade.

2.1 EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA E ESPACIAL

Chicago experimentou um crescimento acelerado de seu espaço urbano na virada do século XIX para o século XX. Foi uma das cidades americanas que mais receberam imigrantes. Pessoas vieram da Inglaterra, Escócia, Irlanda, Suécia, Alemanha, Polônia e Itália, além de outros países. Chicago era a cidade americana cuja população apresentava o maior número de imigrantes ou filhos de imigrantes. Em 1880, representavam 87% de sua população.¹ Muitos grupos internos também migraram para Chicago. O maior destes grupos foi o de negros vindos do Sul. A população de Chicago, que era de 30.000 pessoas em 1850, ultrapassou a marca de 2.100.000 em 1910, chegando a quase 3.400.000 em 1930 (*vide tabela 4*).

O crescimento de Chicago começa a avançar com maior rapidez a partir da construção do canal ligando sua

¹ GUTMAN, 1977, 40.

margem nos Grandes Lagos à Bacia do Mississipi, inaugurado em 1848, e da chegada da ferrovia, em 1852, ligando Chicago à costa leste.

Acompanhando a explosão demográfica, a área territorial de Chicago multiplicou-se praticamente 100 vezes no período de 1835 a 1900, quando aumentou de aproximadamente 2 milhas quadradas (correspondentes a 3,2 km²) para 190 milhas quadradas (correspondentes a 304 km²).

O desenvolvimento dos meios de transporte teve importância capital para o crescimento espacial da cidade. Normalmente se levava 45 minutos para se ir do centro para fora do perímetro urbano, o que, na época do bonde puxado a cavalo, significava ir até a rua 22, lado sul. Com o advento do bonde elétrico, este limite passou a ser a rua 36 e com o trem elétrico (de superfície e elevado), esta fronteira foi estendida à rua 70.²

A carência por espaço permanecia mesmo com a expansão horizontal da cidade, razão pela qual o “arranha-céu”, impulsionado ainda pelo aumento da área a sofrer atração pelo centro da cidade em virtude do desenvolvimento dos meios de transporte, tornou-se uma necessidade em Chicago, pioneira neste tipo de construção. Estes edifícios de vários andares e que eram construídos no Loop, que era o centro comercial de Chicago, tiveram seu *boom* no período de 1880 a 1895. Segundo Harvey Warren Zorbaugh, na obra *The Gold Coast and the Slum* (1929), a construção de arranha-céus de trinta, quarenta e até cinquenta andares no Loop tornou possível uma grande centralização e articulação do centro comercial da cidade moderna, de forma que milhares de pessoas passaram a se dirigir diariamente ao centro, quando antes este fluxo se dava apenas às cente-

² ZORBAUGH, 1971, 3-4.

nas.³ Como destaca Zorbaugh, “o arranha-céu é o símbolo visível da dominação do Loop sobre a vida da cidade”.⁴

O espaço vertical que era adicionado à cidade pelos “arranha-céus” contribuía para minimizar o problema da explosão demográfica vivenciada por Chicago, que crescia não só em tamanho, mas em importância.

2.2 A IMPORTÂNCIA DE CHICAGO

Este crescimento vertiginoso alçou Chicago à posição de segunda cidade americana mais populosa em 1890, atrás apenas de Nova Iorque, posição que manteve por quase um século. Sua importância econômica decorria de ter se tornado um grande centro industrial e comercial, sendo que sua localização estratégica lhe rendeu a posição de principal centro ferroviário do meio-oeste. A indústria da carne, que desempenhava papel importante na economia de Chicago, foi a primeira a utilizar a linha de montagem. Foi também esta indústria a primeira a usar o carro refrigerado, a partir de 1881, o que permitiu que a carne que saía dos abatedouros da cidade chegasse, por meio ferroviário, aos açougues de Nova Iorque. Quando surgem as primeiras lojas de departamentos, o que se dá a partir de 1876, uma logo se instala em Chicago, a Marshall Fields. Diversamente das lojas e mercearias, que costumam atender à clientela vizinha, a loja de departamentos oferecia um pouco de tudo. Seus departamentos eram mini-lojas dentro de uma loja gigantesca, com capacidade para receber multidões de consumidores.⁵ No centro de Chica-

³ *Ibid*, 4.

⁴ *Ibid*, 4.

⁵ RISJORD & HAYWOODE, 1979, 43-5.

go, máquinas-de-escrever e elevadores moldavam uma nova atmosfera em um novo tipo de prédio, o arranha-céu.

Um grande marco do final do século XIX e que ajudou a projetar Chicago como modelo de cidade americana moderna foi a Feira de Chicago de 1893, comemorativa dos 400 anos de descobrimento da América por Cristóvão Colombo e, por isso, chamada de *Columbian Exposition*, que atraiu 27 milhões de visitantes durante seis meses de funcionamento, número que representava quase a metade da população americana de então, e causou grande impacto na nação.⁶ A Feira, também chamada de *World's Fair* (Feira Mundial) e de *White City* (Cidade Branca), apresentava os avanços tecnológicos e comerciais da época. Novos produtos foram lançados e novas marcas ficaram famosas. Algumas das novidades trazidas pela Feira foram a fibra-de-vidro, o cartão-postal, o zíper e a telefonia de longa-distância (Chicago-Nova Iorque).⁷

2.3 O AUMENTO DA CRIMINALIDADE

Chicago, nesta fase de crescimento exponencial, enfrentava diversos problemas sociais: altas taxas de crime e delinquência, alcoolismo, prostituição e corrupção. A abrupta mistura de culturas aliada às péssimas condições de vida contribuíram para o aumento da criminalidade. A taxa de crime em Chicago cresceu rapidamente depois de 1880. Muitas ruas eram dominadas por gangues. Frederic Trasher, autor de *The Gang: a Study of 1,313 Gangs in Chicago* (1927), estimava que as gangues existentes naquela cidade agrupavam pelo menos 25 mil adolescentes

⁶ PATTON, 1993, 38.

⁷ *Ibid*, 44.

e jovens adultos no início dos anos 1920.⁸ A corrupção estava presente em vários níveis. Os políticos locais serviam aos interesses de grandes companhias, como, por exemplo, os trustes das ferrovias. Havia também figuras que eram especialistas na arte da apropriação combinada com aceitação social, como Charles T. Yerkes, que comandava o sistema ferroviário da cidade em favor de seu lucro particular.⁹ Alguns políticos eram suspeitos de envolvimento com o crime organizado. William Thompson, por exemplo, foi prefeito de Chicago por duas vezes, em 1915 e depois em 1927, e pesava sobre ele acusações de prática de fraudes e de estar na folha de pagamento do gangster Al Capone. Como aponta Robert E. Lee Faris,¹⁰ Chicago, na década de 1920, era considerada a campeã mundial do crime organizado.¹¹

O aumento da criminalidade foi acompanhado por uma política pública de segurança voltada para a repressão, levada a cabo pelo aparelho policial. Eram altas as estatísticas criminais em determinadas áreas, como também era alto o número de prisões efetuadas. No ano de 1893, por exemplo, numa área de aproximadamente oito quilômetros quadrados, 25% da população que ali vivia tinha estado presa pelo menos uma vez naquele ano.¹² De acordo com

⁸ TRASHER, 1963, 5.

⁹ SMITH, 1988, 29.

¹⁰ Robert Faris estudou na Universidade de Chicago, onde obteve seu bacharelado, mestrado e doutorado. Foi chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Washington. Seu pai, Ellsworth Faris, foi chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, posição assumida em 1925 quando da aposentadoria de Albion W. Small. Ellsworth Faris foi também editor do *American Journal of Sociology* (1926) e presidente da *American Sociological Society* (1937).

¹¹ FARIS, 1967, 21.

¹² RISJORD & HAYWOODE, 1979, 111.

o Relatório Anual de 1900, do Departamento de Polícia de Chicago, a Polícia de Chicago, naquele ano, efetuou 70.438 prisões, sendo que 422 prisões foram por crime de tóxico, no caso o ópio, aproximadamente 1.600 prisões por infrações penais relativas a jogo e mais de 2.000 prisões por delitos relacionados com a prostituição.

Chicago se apresenta como paradigma de cidade americana a combinar explosão demográfica e heterogeneidade. Chicago, cidade dos imigrantes, dos migrantes, da indústria, das oportunidades, da diversidade e do caos. Chicago da rebeldia, das gangues, do crime organizado, de Al Capone, dos movimentos sociais, das greves, do Primeiro de Março. Chicago, cidade da Atenas do meio-oeste: a Universidade de Chicago.

A ESCOLA DE CHICAGO

SUMÁRIO: 3.1 Fundação da Universidade e do Departamento de Sociologia – 3.2 Os sociólogos de Chicago e o estudo da criminalidade – 3.3 Formalismo, pragmatismo e reforma social – 3.4 A cidade como laboratório social – 3.5 A ecologia humana – 3.6 A teoria das zonas concêntricas – 3.7 O caráter criminogênico da Zona II – 3.8 A gangue – 3.9 Testando a hipótese de Park e Burgess – 3.10 A teoria da delinquência por transmissão cultural – 3.11 A intervenção através da prevenção.

3.1 FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE E DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A Universidade de Chicago foi fundada sob os auspícios do milionário americano John D. Rockefeller, que desejava que o meio-oeste americano tivesse uma instituição universitária de primeira linha para fazer frente às universidades do leste.¹ O primeiro presidente da Universidade de Chicago foi William Rainey Harper, que, como Rockefeller, era batista, tendo sido pastor, professor no

¹ Rockefeller doou à Universidade de Chicago um total de 45 milhões de dólares, 35 milhões para sua fundação em 1891 e 10 milhões em 1910 (BULMER, 1984, 21; COULON, 1995, 12; e DOWNES & ROCK, 1998, 60).

Baptist Theological Seminary em Chicago e fundador do *The Journal of Religion* em 1882.² Harper realizou o que David Downes e Paul Rock chamaram de “pilhagem”, eis que atraía os profissionais das outras instituições oferecendo-lhes vantagem salarial, o que muitas vezes representava pagar ao novo contratado o dobro de seu salário anterior. Harper incentivou a instalação de departamentos novos, o que resultou na instalação de muitos deles praticamente ao mesmo tempo.³ Como resultado desta política, a Universidade de Chicago, inaugurada em 1891,⁴ foi a primeira instituição de ensino norte-americana a ter um departamento de sociologia, fundado em 1892,⁵ sendo também responsável pelo primeiro periódico importante sobre a disciplina, o *American Journal of Sociology*, que passou a ser veiculado a partir de 1895.⁶

O primeiro diretor do departamento de sociologia foi Albion Woodbury Small,⁷ que, embora não tenha ficado conhecido por sua obra escrita, ganhou notoriedade pelo trabalho que desenvolveu à frente do departamento de sociologia da Universidade de Chicago, onde demonstrou

² A Universidade de Chicago era uma fundação batista e o puritanismo protestante estava presente em parte do corpo docente.

³ DOWNES & ROCK, 1998, 60; David Downes e Paul Rock são professores da London School of Economics and Political Science. Downes integra o Departamento de Política Social e Rock o de Sociologia.

⁴ A inauguração da Universidade de Chicago foi em 1891, sendo que as aulas da primeira turma tiveram início em outubro de 1892.

⁵ O departamento congregava sociologia e antropologia, o que durou até 1929, quando estas disciplinas foram separadas em dois departamentos (COULON, 1995, 13).

⁶ Ao completar seu primeiro século de funcionamento, os quadros da Universidade de Chicago acumularam mais de 60 prêmios Nobel.

⁷ Small era presidente do Colby College, uma pequena escola batista em Maine, quando foi recrutado por Harper (BULMER, 1984, 33-4; e REINHARZ, 1995, 274).

seu espírito empreendedor.⁸ Segundo Small, antes da Escola de Chicago, a sociologia americana não era marcada por um corpo substancial de conhecimento, um ponto-de-vista constituído e nem um método rigoroso de pesquisa.

Quanto ao termo “Escola de Chicago”, foi cunhado ao longo de muitos anos, sendo que o primeiro a utilizá-lo em sentido similar ao que tem hoje foi Luther L. Bernard, no texto *Schools of Sociology*, publicado em 1930.⁹ Maurice Halbwachs, em *Chicago, expérience ethnique* (1932), reconheceu a existência de uma escola de sociologia original na Universidade de Chicago.¹⁰ Milla Alihan, na obra *Social Ecology* (1938),¹¹ utilizou o termo “Escola de Chicago” e, apesar das críticas que fez, identificou-a como uma escola com seguidores, um arcabouço teórico e estilo próprio.¹²

A denominada ‘primeira Escola de Chicago’ compreende o período de 1915 a 1940. Apesar de Andrew Abbott considerar que esta fase tenha tido seu término em 1935,¹³ Alain Coulon esclarece que ela se estendeu até 1940 e que o ano de 1935 apenas marcou a perda de influência exercida por membros da Escola de Chicago na *American Sociological Society*, quando outro grupo conquistou o poder nesta associação.¹⁴ Morris Janowitz, na introdução que escreveu para a reimpressão de 1967 do clássico *The*

⁸ Hoje, a obra de Small, como sociólogo, desperta interesse apenas àqueles que estudam a história da sociologia americana.

⁹ Publicado no *Social Science Quarterly* 11: 117-34 (1930).

¹⁰ Publicado nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* 4: 11-49 (1932).

¹¹ *Social Ecology*, New York: Columbia Press, 1938.

¹² ABBOTT, 1999, 7-8. Andrew Abbott é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago e editor do *American Journal of Sociology*.

¹³ *Ibid*, 5.

¹⁴ COULON, 1995, 7.

City, confirma a continuidade do maior período (1915 a 1940). Coulon esclarece, ainda, que na mesma reunião que os sociólogos de Chicago perderam poder na *American Sociological Society* se decidiu editar, diretamente pela associação, o *American Sociological Review*, pelo que a publicação da Universidade de Chicago, o *American Journal of Sociology*, deixava de ser a única.¹⁵ A 'segunda Escola de Chicago' designa fase posterior à Segunda Guerra Mundial, indo de 1945 a 1960.¹⁶

Quando nos referimos à Escola de Chicago, especialmente nesta sua primeira fase, estamos a falar de uma tradição marcada pelo pragmatismo filosófico, a observação direta da experiência e a análise de processos sociais urbanos. A obra de seus sociólogos é caracterizada por três vertentes principais, a saber: 1) o trabalho de campo e o estudo empírico; 2) o estudo da cidade, a envolver problemas relativos à imigração, delinquência, crime e problemas sociais, o que se relaciona diretamente com a teoria ecológica e que tem em Robert Park, Ernest Burgess e Roderick McKenzie seus maiores expoentes, sendo que Louis Wirth também se destacou no estudo da cidade, mas não era propriamente um ecologista, tendo estudado o fenômeno urbano pela trilha da idéia do 'urbanismo como estilo de vida', por ele preconizada; 3) uma forma característica de psicologia social, oriunda principalmente do trabalho de George Herbert Mead e que veio a ser denominada interacionismo simbólico.¹⁷ As três vertentes referidas serão consideradas, porém, o enfoque principal deste trabalho

¹⁵ *Ibid*, 25.

¹⁶ Sobre o assunto, veja-se a obra *A Second Chicago School? The Development of a Postwar American Sociology*, editada por Gary Alan Fine e publicada em 1995.

¹⁷ MARSHALL, 1998, 67-8.

recairá sobre o estudo da cidade, notadamente pela lente da teoria ecológica, como destacado na introdução.

A Universidade de Chicago assumiu posição mundial de destaque em sociologia. Poucas universidades mantinham centros de pesquisa em ciências sociais no início dos anos de 1920. Segundo Martin Bulmer, a única instituição de ensino que se equiparava à Escola de Chicago durante a década de 1920, em termos de escopo de trabalho e de um corpo docente de elevado nível internacional, era a *London School of Economics and Political Science*, que integra a Universidade de Londres, Inglaterra, embora esta fosse menor que a primeira, tanto em corpo docente quanto em alunado. A Universidade de Columbia, em Nova Iorque, só consegue rivalizar a sociologia de Chicago no final da década de 1930, período que coincide com a perda de influência da Escola de Chicago.¹⁸

3.2 OS SOCIÓLOGOS DE CHICAGO E O ESTUDO DA CRIMINALIDADE

Os professores e alunos da Escola de Chicago estavam no meio do processo de crescimento e mudança pelo qual passava a cidade, fato este que contribuiu para o trabalho notável por eles produzido, que lançou as bases para muitos estudos urbanos. As pesquisas conduzidas eram de um tipo geral, mas os estudiosos de Chicago estavam particularmente interessados em crime e delinquência no meio urbano.

A Escola de Chicago de Sociologia desenvolveu teorias sobre a vida social que foram influentes durante os anos

¹⁸ BULMER, 1984, 210.

20 e 30. Seu trabalho revolucionário explorou a relação entre a organização do espaço e a criminalidade. Alguns dos estudos produzidos pelos sociólogos de Chicago foram: *The Immigrant Press and its Control* (Park, 1922), *The Hobo: the sociology of the homeless man* (Anderson, 1923),¹⁹ *The Gang: A Study of 1,313 Gangs in Chicago* (Thrasher, 1927), *The Polish Peasant in Europe and America* (Thomas e Znaniecki, 1927), *The Ghetto* (Wirth, 1928), *Organized Crime in Chicago* (Landesco, 1929), *The Gold Coast and the Slum* (Zorbaugh, 1929), *The Jack Roller: A Delinquent Boy's Own Story* (Shaw, 1930), *The Growth of an Institution: The Chicago Real Estate Board* (Hughes, 1931), *The Taxi-Dance Hall* (Cressey, 1932), *The Distribution of Commercialized Vice in the City* (Reckless, 1933), and *Mental Disorders in Urban Areas* (Faris e Dunham, 1939).

Uma característica importante do trabalho dos sociólogos de Chicago foi a de terem reunido dados estatísticos e qualitativos que evidenciavam que o crime era um *produto social* do urbanismo, o que representou um novo enfoque teórico, pois, até então, as causas da criminalidade eram explicadas por diferenças individuais, biológicas (positivismo biológico) e psicológicas (positivismo psicológico).²⁰

Downes e Rock destacam a relevância da Escola de Chicago para a história da sociologia do crime.²¹

“O marxismo florescia na Europa, o grupo *Annales* era ativo na França, as sociedades estatísticas de Manchester e de Londres realizavam um trabalho relevante,

¹⁹ *Hobo*, em inglês, tem dois significados: 1) vagabundo; e 2) migrante sem qualificação profissional, mão-de-obra desqualificada.

²⁰ LANIER & HENRY, 1998, 183.

²¹ DOWNES & ROCK, 1998, 60.

mas foi em Chicago que a sociologia foi industrializada. Como consequência, surgiu uma criminologia mais ou menos coerente".²²

A Escola de Chicago se tornou bastante importante para o estudo da criminalidade urbana e as teorias estabelecidas por seus sociólogos durante aquele período influenciaram valiosos estudos urbanos sobre crime e que foram posteriormente conduzidos nos Estados Unidos e na Inglaterra. Sua atuação foi marcada pelo *pragmatismo* e, dentre as inovações que preconizou, destacam-se o método da *observação participante* e o conceito de *ecologia humana*, que são apresentados nos próximos sub-tópicos.

3.3 FORMALISMO, PRAGMATISMO E REFORMA SOCIAL

O formalismo é um ramo da sociologia que tem por objetivo captar as formas subjacentes de relações sociais e, assim, fornecer uma espécie de geometria ou fórmula da vida social. Para o formalismo, cada situação social é única, sendo que ela é parte de um quadro maior de processos formais. Atribui-se a Georg Simmel o lançamento das bases do formalismo.

O pragmatismo é uma doutrina que toma por critério da verdade o valor prático. O pragmatismo rejeita a busca por uma verdade absoluta. Considera verdadeiro tudo o que pode ser feito com êxito. Segundo Alain Coulon, "o

²² O grupo *Annales* referido por DOWNES & ROCK é a Escola dos Annales, que foi fundada na Universidade de Estrasburgo em 1929 por um grupo de historiadores franceses que queriam ligar a história à sociologia. Seu enfoque lhe dava uma ligação estreita com o pensamento marxista.

pragmatismo é na verdade uma *filosofia da ação*, mas também pode ser chamado de filosofia da intervenção social”.²³ Os principais proponentes do pragmatismo foram os realistas Charles Sanders Peirce e John Dewey e os nominalistas William James e George Herbert Mead.²⁴

Embora não todos, muitos dos sociólogos de Chicago estavam ligados ao formalismo e ao pragmatismo. De acordo com David Downes e Paul Rock, “foi a fusão daquelas escolas que produziu a pressão em direção a estudos focados e embasados em cenas sociais observáveis”.²⁵ Sobre esta fusão do formalismo com o pragmatismo, Downes e Rock acrescentam:

“Juntos, pragmatismo e formalismo trouxeram um toque especial ao trabalho sociológico. Era argumentado que o objetivo da pesquisa é entender o mundo social e que o mundo social, por sua vez, é fabricado pela experiência prática daqueles que nele vivem. É nesta experiência que a sociologia deve se concentrar, não em alguma ordem alternativa predita por uma teoria abstrata. Tal teoria lida com uma série ‘fatos’ e processos que são menos sólidos do que o conhecimento pessoal concreto daqueles que atualmente produzem o comportamento que é para ser explicado”.²⁶

A idéia da intervenção social e da reforma permeou a ação de filósofos e sociólogos de Chicago. Dewey, interessado pela educação, fundou, com a participação ativa

²³ COULON, 1995, 18.

²⁴ Dewey foi o fundador do Departamento de Filosofia da Universidade de Chicago. Mead também integrou o Departamento de Filosofia da Universidade e foi um dos fundadores da tradição sociológica denominada interacionismo simbólico.

²⁵ DOWNES & ROCK, 1998, 63.

²⁶ *Ibid*, 65-6.

de Mead, uma “escola primária experimental” dentro da Universidade, cuja pretensão era contribuir para uma melhor educação do cidadão em razão de seu currículo radicalmente diferente das demais escolas primárias.²⁷

Estas idéias de reforma social contavam com total apoio de William Harper, primeiro presidente da Universidade de Chicago, que via a sociologia como uma ciência que deveria contribuir para a solução de problemas sociais.²⁸ Como aponta Dennis Smith: “O empreendimento (Universidade de Chicago) foi favorecido por uma forte maré de fervor Batista e filantropia capitalista”.²⁹

Uma das mais importantes ativistas pelas reformas em Chicago foi a socióloga, feminista e pacifista Jane Addams, que juntamente com Ellen Gates Starr alugou um prédio chamado Hull House, que era uma residência antiga, construída em 1856 por Charles Hull, e que estava abandonada. Situava-se em área pobre da cidade, onde havia uma população composta por diversos imigrantes europeus necessitando de “americanização”.³⁰ Hull House, fundada em 1889, criava um novo modelo, uma combinação de casa e trabalho. Era uma espécie de comuna intelectual, onde moravam e residiam várias sociólogas e pesquisadoras.³¹ Hull House oferecia diversos serviços aos habitantes dos guetos de Chicago, como, por exemplo, programa para educação de adultos, onde eram ministradas desde aulas de culinária e administração doméstica até aulas de literatura em nível superior. Hull House, que

²⁷ COULON, 1995, 18-9.

²⁸ BULMER, 1984, 23.

²⁹ DENNIS, 1988, 1; Dennis Smith é professor de sociologia na Loughborough University, Inglaterra.

³⁰ ABU-LUGHOD, 1999, 131.

³¹ DEEGAN, 1995, 335-6.

foi parcialmente inspirada na londrina Toynbee Hall, financiava concertos e palestras, possuía biblioteca, galeria de arte, central de empregos e creche, além de manter programas recreativos.³² Hull House era uma espécie do que hoje se convencionou chamar centro de cidadania.

Jane Addams escreveu diversos livros e artigos sobre a Hull House, tornando este projeto social conhecido em nível nacional. Internacionalmente, Addams ficou popular pela sua militância pacifista, que fez dela a primeira mulher americana a, em 1931, receber o Prêmio Nobel da Paz. Seu legado à sociologia se dá através de duas correntes de pensamento: o feminismo cultural e o pragmatismo crítico.³³ Addams residiu em Hull House até seu falecimento em 1935. Quanto à Ellen Starr, co-fundadora de Hull House, tinha sido colega de classe de Jane Adams no Rockford Female Seminary, com ela viajando para Londres em 1888, onde conheceram Toynbee Hall. Starr tinha sido professora numa escola feminina antes de fundar Hull House. Marcou sua vida pela luta que travou pela reforma de leis sobre o trabalho infantil e pela melhoria das condições de trabalho de operários imigrantes.

Sophonisba Preston Breckinridge foi a primeira mulher a se doutorar em ciência política pela Universidade de Chicago, o que se deu em 1901. Edith Abbott doutorou-se em economia pela Universidade de Chicago em 1905. Ambas residiram em Hull House e eram pesquisadoras da Escola de Chicago de Civismo e Filantropia (*Chicago School of Civics and Philanthropy*) no período de 1908 a 1920, estando Breckinridge na direção da pesquisa social desta instituição, sendo Abbott sua assistente. Lá, conduziram diversos estudos sobre moradia, assistência à infância

³² RISJORD & HAYWOODE, 1979, 112.

³³ DEEGAN, 1995, 336.

e delinquência juvenil, além de outros problemas urbanos existentes em Chicago, sendo que Abbott trabalhou no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, em meio-expediente, de 1913 a 1920. A Escola de Chicago de Civismo e Filantropia, que era sucessora do Chicago Institute of Social Science, fundado por Graham Taylor, era uma instituição independente e que foi absorvida pela Universidade de Chicago em 1920, quando foi renomeada Escola de Serviço Social (*School of Social Service Administration*), tendo à sua frente as duas pesquisadoras referidas,³⁴ sendo que Abbott tornou-se reitora da Escola de Serviço Social em 1924, ocupando o cargo até 1942. A parceria profissional profícua de Breckinridge e Abbott resultou, ainda, na fundação pelas duas do jornal *Social Service Review*, em 1927. Breckinridge e Abbott relacionaram-se com a Universidade de Chicago também em razão de terem fundado sua própria entidade filantrópica, o Institute of Philanthropy, que se filiou à Universidade.³⁵

Dentre outras personalidades que residiram e trabalharam em Hull House, destacam-se: 1) Florence Kelly, que integrou os quadros da Universidade de Chicago no final do século XIX e, dentre outras realizações, fundou a National Child Labor Committee em 1904 e a National Association for the Advancement of Colored People em 1909; 2) Frances Kellor, que fez curso de pós-graduação em sociologia na Escola de Chicago de 1898 a 1902, período que residiu em Hull House. Seu trabalho, que atraiu a atenção do público para o problema das moradias superpovoadas e insalubridade nos locais de trabalho, incitou o governo a fundar o Bureau of Industries and Immigration, que foi por ela dirigido. Contribuiu na

³⁴ BULMER, 1984, 39 e 68.

³⁵ ABU-LUGHOD, 1999, 131.

criação de várias instituições privadas, como, por exemplo, a North American Civic League for Immigrants, cujo objetivo era ajudar imigrantes no processo de assimilação da cultura americana, pois pensava que assim se minimizariam tensões étnicas entre os americanos nativos e os imigrantes que chegavam, o que lhe rendeu o apelido de *Miss Americanizer* (Senhorita Americanizadora); e 3) Julia Clifford Lathrop, que foi co-fundadora da Escola de Chicago de Civismo e Filantropia em 1904, onde foi conferencista, permanecendo como curadora da instituição até 1920, quando passou a se chamar Escola de Serviço Social da Universidade de Chicago. Exerceu diversos cargos no governo, dentre eles o de diretora da recém criada Agência da Infância (*US Children's Bureau*), do Departamento de Comércio e do Trabalho, em 1912, por indicação presidencial.³⁶

Hull House se tornou um importante centro de pesquisa para a Universidade de Chicago e as sociólogas e pesquisadoras de Hull House, com seus alunos, através do levantamento que fizeram das condições de moradia e trabalho das famílias imigrantes, prestaram valiosa contribuição ao desenvolvimento da sociologia urbana.³⁷ Embora muitas das sociólogas e pesquisadoras de Hull House tivessem tido ou mantivessem ligação com a Universidade de Chicago, nestes anos de apogeu de seu trabalho e que foram de aproximadamente 1892 a 1920, não estavam elas integradas ao Departamento da Sociologia, que era dominado pelo que os antigos chamavam de 'sexo forte', mas à Escola de Serviço Social.³⁸

³⁶ DEEGAN, 1995, 336.

³⁷ ABU-LUGHOD, 1999, 131.

³⁸ LOPATA, 1995, 373.

O viés reformista da Escola de Chicago tem como seu maior produto o Projeto da Área de Chicago (*Chicago Area Project*), inaugurado por Clifford Shaw e Henry McKay em 1934. Shaw e McKay, considerando que a desorganização social das áreas pobres era a principal causa da criminalidade, concentraram-se em maximizar a capacidade destas áreas de mobilizar seus recursos de controle social, ou seja, a principal missão dos residentes destas localidades seria a tomada de iniciativas visando criar vínculos entre jovens socialmente desmotivados e também buscar fontes para promoção de seu bem-estar, pretendendo, com estas ações, a redução da criminalidade em nível local. Algumas das características do Projeto da Área de Chicago eram: 1) pessoas residentes na vizinhança formavam grupos locais; 2) estes grupos eram dirigidos por adultos da própria comunidade, de maneira a se evitar a imposição de uma cultura dominante diversa; e 3) através destes grupos se procurava combater a desorganização social existente na área, o que se dava de várias formas: 3.1) organização de atividades recreativas, como ligas esportivas e de jovens, bem como colônias de férias; 3.2) redução da deterioração física do bairro; 3.3) auxílio dos membros do Projeto a jovens que se envolvessem com a justiça criminal; e 3.4) aconselhamento por membros do Projeto a residentes com problemas.³⁹

Shaw e McKay criticavam casas como Hull House, pois consideravam que, de certa forma, viviam uma “ossificação do trabalho social”. Para eles, a contratação de pessoas para trabalharem neste tipo de projeto social e que não residiam na área em que trabalhavam acarretava em uma falta de interesse delas para com os objetivos de seu trabalho. Shaw e McKay conceberam programas comunitários variados, sendo que o mais criativo deles era a colocação de ex-

³⁹ LANIER & HENRY, 1998, 191-2.

criminosos para trabalharem como uma espécie de orientador junto às gangues. O propósito não era o de reprimir e nem extinguir a gangue, mas de redirecionar suas ações. Esta estratégia de redirecionamento veio a ser utilizada no trabalho do órgão responsável pela infância e juventude da Cidade de Nova Iorque no pós-guerra, bem como influenciou o programa Mobilização para Juventude (*Mobilization for Youth*), além de outros programas correlatos desenvolvidos pela política lançada pelo Presidente Lyndon Johnson em janeiro de 1964 e que foi batizada de “Guerra à Pobreza” (*War on Poverty*), resposta governamental à situação de miséria que, segundo Michael Harrington, autor do livro *The Other America*, publicado em 1962, atingia aproximadamente 35 milhões de americanos.⁴⁰

Os funcionalistas criticavam todas estas iniciativas, pois consideravam o sistema pela interação de suas variáveis e não em termos de causa e efeito. Para eles, mecanismos naturais de adaptação surgem espontaneamente quando um problema aparece, pelo que se colocavam contra programas e políticas intervencionistas, atitude essa que, no entanto, é modificada quando a preocupação com a assistência e o bem-estar social começa a ter maior importância, tanto como instrumento de resolução de conflitos e direcionamento de recursos na economia americana, quanto como fonte importante de financiamento para pesquisa em ciências sociais.⁴¹

É com a preocupação de compreender a cidade, inclusive para atuar sobre seus problemas sociais, que a Escola de Chicago lança a base de grande parte de seu trabalho: *a cidade como laboratório*.

⁴⁰ DOWNES & ROCK, 1998, 331-3; RISJORD & HAYWOODE, 1979, 410-1.

⁴¹ DOWNES & ROCK, 1998, 334-5.

3.4 A CIDADE COMO LABORATÓRIO SOCIAL

Robert Ezra Park foi um importante membro da Escola de Chicago, tendo integrado o Departamento de Sociologia de 1914 a 1934. Park estudou sociologia na Alemanha, onde, em 1900, foi aluno de Georg Simmel, precursor do formalismo, tendo sido por ele influenciado.⁴² Também foi aluno de William James, um dos proponentes do pragmatismo.

O fenômeno do crescimento urbano atraiu a atenção de estudiosos de diversas áreas (história, geografia, etc), que escreveram sobre as novas dimensões da miséria nas populações faveladas urbanas. Nos Estados Unidos, Lincoln Steffens escreveu *Shame of the Cities*, que estimulou Robert Park a se debruçar sobre o tema.⁴³

Antes de Park, um outro membro do Departamento de Sociologia, Charles Richmond Henderson, já havia se interessado por estudar a cidade, embora seu interesse estivesse mais próximo do humanitário do que do cientista objetivo. Nos primeiros anos da Universidade, Henderson costumava enviar alunos da pós-graduação para observar o que ocorria em várias das áreas da cidade. Faleceu em 1916, sendo sucedido por Ernest Watson Burgess, que havia sido seu aluno e cuja associação com Park resultou no período de intensa produção acadêmica e influência da Escola de Chicago.⁴⁴

Park escreveu o artigo *The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environ-*

⁴² Era comum que grupos de acadêmicos americanos viajassem para Alemanha nas duas últimas décadas do século XIX para absorverem os produtos do sistema universitário alemão, que era considerado o mais avançado do mundo (SMITH, 1988, 7).

⁴³ FARIS, 1967, 51-2.

⁴⁴ *Ibid*, 52.

ment, publicado pela primeira vez em 1915, no volume 20 do *American Journal of Sociology*, e que se tornou um marco para a etnografia urbana, pois nele sustenta que os métodos pacientes de observação utilizados por antropólogos como Boas e Lowie para estudo dos povos primitivos poderiam ser ainda mais vantajosamente empregados na investigação dos costumes, crenças e práticas sociais do homem civilizado.⁴⁵ Este artigo de Park teve o mérito de colocar de lado a tradição da filosofia abstrata, então em voga.⁴⁶

Antes de se dedicar à sociologia, Park tinha sido jornalista, passado profissional que influenciou sua propensão à pesquisa empírica. Para ele, a cidade era o lugar propício para se estudar a vida social, era o laboratório social no qual as nuances da vida social podiam ser observadas. Por isso, Park incentivava seus alunos a observarem e registrarem tudo o que estivesse ocorrendo à volta deles. Em suas palavras:

“A cidade, e especialmente a grande cidade, onde mais do que em qualquer outro lugar as relações humanas tendem a ser impessoais e racionais, definidas em termos de interesse e em termos de dinheiro, é num sentido bem real um laboratório para a investigação do comportamento coletivo”.⁴⁷

Robert Park dizia a seus alunos:

“Vão e se sentem nos saguões dos hotéis de luxo e nas escadas das pensões de pernoite; sentem-se nos sofás da Gold Coast e nas camas de armar da favela; sentem-se no Orchestra Hall e no Star and Garter Burlesque. Logo, vão sujar os fundilhos de suas calças na pesquisa de verdade”.⁴⁸

⁴⁵ PARK, 1925, 3; e PARK, 1979, 28 (edição em português).

⁴⁶ SMITH, 1988, 1.

⁴⁷ PARK, 1925, 22; e PARK, 1979, 45.

⁴⁸ MARSHALL, 1998, 67.

A proposta de Park para que o Departamento de Sociologia desenvolvesse a idéia da “cidade como laboratório”, por ele defendida verbalmente e por escrito, foi aceita por Albion Small e, logo depois da Primeira Guerra Mundial, a pesquisa baseada na teoria ecológica teve início.⁴⁹

Park pregava que a sociologia não estava interessada em fatos, mas em como as pessoas reagem a eles. Neste compasso, a experiência prática era considerada fundamental, pelo que a melhor estratégia de pesquisa era aquela em que o pesquisador participava diretamente do objeto de seu estudo. Este método inovador e cuja introdução na pesquisa se deve à Escola de Chicago é o da *observação participante*. Neste método, o observador toma parte no fenômeno social que estuda, o que lhe permite examiná-lo da maneira como realmente ocorre. Assim, o conhecimento tem por base não a experiência alheia, mas a própria experiência do pesquisador.

Robert Faris, sobre a estratégia de pesquisa preconizada por Park, comenta o seguinte:

“Park não deu apenas organização à sociologia que ele oferecia aos alunos, mas também estimulava sua vasta atividade exploratória. Ele, com sucesso, exortava-os a buscar rica experiência pessoal com os tópicos do interesse deles; a entrar dentro do assunto e até vivê-lo tanto quanto possível. Com freqüência, ele acompanharia um aluno na procura de material para apresentar um exemplo de como lidar com ele. Assim, o antes filósofo e homem da imprensa trazia novas dimensões ao treinamento de pesquisa de estudantes de sociologia em Chicago”.⁵⁰

⁴⁹ FARIS, 1967, 52.

⁵⁰ *Ibid*, 30.

A Escola de Chicago dos anos 1920 e 1930 transformou a Cidade de Chicago em um gigantesco laboratório social, através de numerosos estudos etnográficos da vida e da cultura urbana e que foram conduzidos por seus professores e alunos, atentos ao que ocorria à sua volta, com especial interesse sobre a criminalidade, que surgia como um fenômeno coletivo em determinadas áreas da cidade. Aliás, esta divisão da cidade em áreas é uma das características da ecologia humana, conceito nascido em Chicago e que é abordado a seguir.

3.5 A ECOLOGIA HUMANA

O ponto de partida da escola ecológica é que a criminalidade não é determinada pelas pessoas, mas pelo grupo a que pertencem. O fundamento desta suposição foi lançado por cientistas do início do século XIX, que ficaram conhecidos como “estatísticos morais” ou “médicos sociais”, que integram o que se convencionou chamar de escola cartográfica, merecendo destaque André-Michel Guerry, advogado e estatístico francês, autor de *Essai sur la Statistique Morale de la France* (1833), e Lambert Adolphe Jacques Quetelet, matemático e astrônomo belga, que escreveu *Physique Sociale* (1835). Foi Guerry que apresentou o primeiro trabalho de ecologia social do crime através do uso de mapas para relacionar três elementos: crime, localidade e fatores sociais. Estes pioneiros estudaram os efeitos de fatores demográficos, situacionais e ambientais sobre a criminalidade, tendo concluído que eram as condições da sociedade que causavam a criminalidade.⁵¹ Na Inglaterra, Joseph Fletcher (1848) e John

⁵¹ EINSTADTER & HENRY, 1995, 122.

Glyde (1856), em trabalhos apresentados na Statistical Society of London, utilizaram estatística das Cortes e dados do censo para mapearem a distribuição e demografia do crime e comparar índices de criminalidade com outros indicadores sociais.⁵²

A junção do enfoque geográfico com a biologia deu o suporte teórico à obra pioneira da Escola de Chicago em sua vertente ecológica, escrita por Robert Park, que foi o artigo *The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*, que lançou as bases para muitos estudos de sociologia urbana. Nele, Park apresenta os postulados básicos da perspectiva ecológica:

“Em tempos recentes a cidade tem sido estudada segundo o ponto de vista de sua geografia, e ainda mais recentemente segundo o ponto de vista de sua ecologia. Existem forças atuando dentro dos limites da comunidade urbana – na verdade, dentro dos limites de qualquer área de habitação humana – forças que tendem a ocasionar um agrupamento típico e ordenado de sua população e instituições. À ciência que procura isolar estes fatores, e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas pela operação conjunta de tais forças, chamamos Ecologia Humana, que se distingue da Ecologia dos animais e plantas”.⁵³

Park e seus contemporâneos usavam o modelo da ecologia social para pesquisar a cidade. Ele propôs uma analogia entre a distribuição da vida vegetal na natureza e a organização da vida humana em sociedades. Esta é a razão pela qual este conceito se tornou conhecido como *ecologia humana*.

⁵² GARLAND, 1997, 26.

⁵³ PARK, 1925, 1-2; e PARK, 1979, 26-7.

A perspectiva ecológica considera que o comportamento humano é modelado pelas condições sociais presentes nos meios físico e social, condições estas que limitam o poder de escolha do indivíduo. As pessoas são vistas como conformistas, pois agem de acordo com os valores e normas do grupo. Portanto, diversamente da Escola Clássica, que privilegia o livre arbítrio individual, a ecologia humana considera que a sociedade impõe limitações a este livre arbítrio.

Ecologia é o ramo da biologia que lida com as relações dos organismos entre si e também entre eles e o meio ambiente físico. Park colheu dois importantes conceitos desta ciência natural: 1) simbiose; e 2) “invasão, dominação e sucessão”.⁵⁴

O primeiro conceito – simbiose – é a convivência de diferentes espécies para o benefício mútuo de cada uma delas. Park via a cidade não apenas como um fenômeno geográfico, mas como um tipo de “super-organismo” que tinha “unidade orgânica” derivada das interrelações simbióticas das pessoas que vivem nela. Ele considerava que este super-organismo tinha muitas “áreas naturais” onde vivem tipos diferentes de pessoas. Assim como as áreas naturais das plantas, estas áreas naturais tinham uma unidade orgânica, como, por exemplo, “Little Italy” (bairro dos imigrantes italianos), “Chinatown” (bairro dos imigrantes chineses) e “Black Belt” (comunidade negra). Outras áreas naturais incluíam indivíduos em certos grupos de renda ou, ainda, áreas industriais ou comerciais. Ocorrem relações simbióticas tanto entre os indivíduos de uma área natural quanto entre as áreas naturais da cidade. Cada área natural é uma

⁵⁴ O primeiro conceito é retirado do trabalho do ecologista dinamarquês Eugenius Warming e o segundo da obra do naturalista e biólogo inglês Charles Darwin.

parte e a cidade é o todo.⁵⁵ A idéia de Park ao cunhar o termo “áreas naturais” foi a de significar que tais áreas são consequências de processos naturais ao invés de intenções humanas.⁵⁶

O segundo conceito envolve o processo pelo qual o equilíbrio da natureza em uma dada área pode sofrer modificação. Uma nova espécie pode invadir a área, dominá-la e dela afastar outras formas de vida. Este processo é chamado “invasão, dominação e sucessão”. Park entendeu que este processo também ocorre nas sociedades humanas. Sobre este processo, Roderick D. McKenzie escreve o seguinte:

“O crescimento estrutural da comunidade ocorre em seqüência de sucessão, que não é diversa dos estágios de sucessão no desenvolvimento da formação das plantas. Certas formas especializadas de utilidades e usos não aparecem na comunidade humana até que um certo estágio de desenvolvimento seja atingido, assim como a floresta de faia ou de pinheiro é precedida pela dominação por sucessão de outras espécies de plantas. E assim como nas comunidades vegetais as sucessões são os produtos de invasão, da mesma forma é na comunidade humana a formação, segregações e associações que parecem constituir o resultado de uma série de invasões”.⁵⁷

A história das Américas, por exemplo, é marcada por um processo de invasão, dominação e sucessão pelos europeus no território das populações nativas americanas. Nas cidades, um grupo cultural ou étnico pode tomar um bairro inteiro de outro grupo, podendo esse processo ter início com a mudança de apenas um ou alguns moradores. De maneira

⁵⁵ VOLD, BERNARD & SNIPES, 1998, 141-2.

⁵⁶ FARIS, 1967, 59.

⁵⁷ MCKENZIE, 1971, 28.

similar, comércio ou indústria podem se mudar e até tomar um bairro inteiro que antes era predominantemente residencial.⁵⁸

A teoria ecológica se baseia na “perspectiva de vida coletiva como um processo adaptativo consistente de uma interação entre meio-ambiente, população e organização”.⁵⁹ Portanto, no estudo das causas da criminalidade, privilegia aspectos sociológicos ao invés de individuais. O comportamento humano é visto como sendo moldado por vetores sócio-ambientais. Assim, o crime não é considerado um fenômeno individual, mas ambiental, no sentido de que ambiente compreende os aspectos físico, social e cultural da atividade humana. Daí muitos se referirem à esta corrente como positivismo sociológico.⁶⁰

Quanto à analogia ecológica, sua importância ressalta por ter “sensibilizado pesquisadores com a idéia de que competição e cooperação coexistem em um mesmo espaço geográfico”.⁶¹ Pertinentemente ao significado criminológico da analogia ecológica, destaca-se por ter contribuído para que as teorias biológicas e psicológicas, à época prevalentes, fossem desafiadas.⁶²

Entretanto, os ecologistas de Chicago, embora reconhecessem que a sociedade era marcada pela diversidade de seus grupos componentes, tinham uma visão consensualista da sociedade, ou seja, seguiam a perspectiva funcionalista de que a sociedade está fundada em um consenso de valores entre seus membros e que a função do estado é proteger o interesse social, que seria comum a todos.

⁵⁸ VOLD, BERNARD & SNIPES, 1998, 142.

⁵⁹ HAWLEY, 1986, 3-4.

⁶⁰ EINSTADTER & HENRY, 1995, 121.

⁶¹ *Ibid*, 124.

⁶² *Ibid*, 124:

Aliás, os sociólogos de Chicago compartilhavam de um compromisso para com o *American Way*.⁶³ Esta visão em favor da integração social na sociedade urbana rendeu aos sociólogos de Chicago o epíteto de *integracionistas*. A visão inversa, ou seja, de que a sociedade está baseada no conflito, surge com a teoria criminológica apresentada por Thorsten Sellin, em 1938, no ensaio *Culture Conflict and Crime*, que se concentrava no conflito de normas de conduta. Sellin, baseado no trabalho dos estudiosos de Chicago, “via a sociedade como uma mistura de culturas, cujas normas de conduta, ou normas de comportamento expressando valores, estavam em conflito com aquelas das outras culturas”.⁶⁴

A concepção do conflito ganha mais espaço a partir da década de 1960, época marcada por um questionamento das normas e valores, bem como por crítica às instituições sociais dominantes. É quando surgem movimentos por direitos civis, como, por exemplo, o movimento feminista e o *Black Power*, a resistência à Guerra do Vietnã, cresce a militância estudantil e diversas revoltas populares iniciadas nos guetos tomam lugar em várias cidades americanas a partir de 1965, iniciando em Los Angeles e atingindo Chicago, Cleveland, São Francisco, Newark e Detroit, que viveu o mais trágico e dramático destes conflitos populares urbanos, que custou 38 vidas e prejuízos materiais, na época, em torno de 500 milhões de dólares, sinais evidentes de que a política “Guerra à Pobreza” não atingiu seus objetivos, sendo que o ápice desta violência urbana foi em abril de 1968, quando Martin Luther King Jr. foi assassinado, levando a comunidade negra às ruas em mais de 100

⁶³ SMITH, 1988, 33.

⁶⁴ EINSTADTER & HENRY, 1995, 127.

cidades e destruição de diversos prédios por incêndio e explosões intencionalmente provocados em resposta ao assassinato daquele líder.⁶⁵ Este contexto sócio-político da década de 1960 foi terreno fértil para o desenvolvimento de teorias criminológicas baseadas no conflito e que terão como maior expoente a criminologia marxista, também denominada criminologia radical, que tornou-se popular nos anos de 1970, principalmente com os trabalhos de Richard Quinney e William Chambliss.

A teoria ecológica recebeu contribuição preciosa de Ernest Burgess, que elaborou a *teoria das zonas concêntricas* e que é apresentada adiante.

3.6 A TEORIA DAS ZONAS CONCÊNTRICAS

Ernest Burgess, professor da Escola de Chicago de 1916 a 1952, escreveu *The Growth of the City* (1925), onde explorou o processo de invasão, dominação e sucessão. Burgess apresentou um mapeamento de Chicago e concluiu que as cidades não crescem simplesmente em seus limites. Ao invés disto, elas tendem a se expandir radialmente de seu centro em padrões de círculos concêntricos, que descreveu como “zonas”.⁶⁶ Daí a denominação *teoria de zonas concêntricas*. Esta teoria é um diagrama da estrutura ecológica que “representa uma construção ideal das tendências de qualquer cidade a se expandir radialmente a partir de seu bairro comercial central”.⁶⁷

⁶⁵ RISJORD & HAYWOODE, 1979, 422.

⁶⁶ VOLD, BERNARD & SNIPES, 1998, 142.

⁶⁷ BURGESS, 1925, 50.

De acordo com a teoria de zonas concêntricas, a cidade é dividida em cinco áreas:

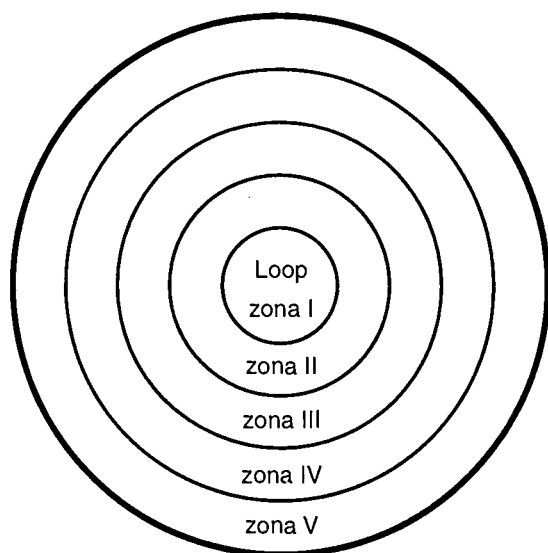


Diagrama do modelo zonal de desenvolvimento urbano

- teoria das zonas concêntricas -

Adaptado de BURGESS, 1925, 51 (reimpressão de 1984)

A Zona I é o bairro central, com comércio, bancos, serviços, etc. Burgess chamou este distrito de “loop”. A Zona II é a área imediatamente em torno da Zona I e representa a transição do distrito comercial para as residências. Normalmente é ocupada pelas pessoas mais pobres. É a chamada “zona em transição” ou, ainda, “zona de transição”.⁶⁸ A Zona III contém residências de trabalhado-

⁶⁸ Burgess chamou a Zona II de “zone in transition”. Entretanto, há pesquisadores que à ela se referem como “zone of transition”, como, por exemplo, EINSTADTER & HENRY, 1995, 130 e WALKLATE, 1998, 21.

res que conseguiram escapar das péssimas condições de vida da Zona II, sendo composta geralmente pela segunda geração de famílias imigrantes. A Zona IV, chamada de *suburbia*, é formada por bairros residenciais e é caracterizada por casas e apartamentos de luxo. É onde residem as classes média e alta. A Zona V, denominada *exurbia*, fica além dos limites da cidade e contém áreas suburbanas e cidades satélites. É habitada por pessoas que trabalham no centro e despendem um tempo razoável no trajeto entre casa e trabalho. Esta área não é caracterizada por residências proletárias. Ao contrário, normalmente é composta de casas de classe média-alta e alta. O conceito de subúrbio das cidades norte-americanas é diverso do das cidades da América Latina. Enquanto nas cidades latino-americanas o subúrbio é usualmente caracterizado por ser uma área pobre, nos EUA é onde residem pessoas de alto padrão sócio-econômico.⁶⁹

Sobre os moradores da Zona V, veja-se o seguinte comentário de Álvaro Mayrink da Costa:

“Os *commuters* são habitantes de áreas suburbanas, que moram mais afastados do que os trabalhadores especializados, os quais vão de trem rápido [metrô] diariamente ao Centro da cidade para seu trabalho [como diretores de grandes empresas] e áreas suburbanas ou “satélites” – dentro de um raio de 30 a 60 minutos de viagem, por trens rápidos, da zona central”.⁷⁰

As cinco zonas crescem e cada uma delas gradualmente se move, avançando no território da zona adjacente em um processo de invasão, dominação e sucessão.

⁶⁹ O tema será aprofundado no capítulo 6, sub-tópico 6.1.

⁷⁰ MAYRINK DA COSTA, 1997, 211.

3.7 O CARÁTER CRIMINOGÊNICO DA ZONA II

Park e Burgess consideraram a Zona II como de particular interesse, eis que era a área que as estatísticas indicavam como de maior incidência de crime. Eles observaram que a expansão do bairro central acarretava no deslocamento dos residentes da Zona II. A expansão do centro fazia com que as áreas que lhe eram adjacentes se tornassem atraentes à instalação de comércio e indústria, o que trazia tráfego de veículos e pessoas, além da fumaça das fábricas. A Zona II normalmente é marcada por casas em péssimo estado de manutenção, infra-estrutura deficiente, pobreza, doenças, alcoolismo, restaurantes baratos, pessoas ociosas, novos imigrantes e baixo controle social. É a “área natural” a ser ocupada pelo recém-chegado à cidade, por ser a mais barata para se viver e se localizar próxima das fábricas, que absorviam esta mão-de-obra. Ali residem pessoas de classes desfavorecidas e minorias, sendo local propício ao desenvolvimento de cortiços e formação de guetos. Por estas razões, é considerada a área mais indesejada para se morar, o que explica a alta mobilidade residencial que a caracteriza.

Paul Frederick Cressey, um dos sociólogos de Chicago, no artigo *Population Succession in Chicago: 1898-1930*, publicado pela primeira vez no *American Journal of Sociology* de julho de 1938, destaca que as modificações na distribuição da população pela cidade não ocorrem de forma uniforme, pois alguns bairros crescem mais rápidos que outros e os vários grupos culturais se movem em velocidades diferentes.⁷¹ Sobre esta variação populacional, apesar da expansão territorial e populacional experimentada por Chicago no período por ele enfocado, que foi de

⁷¹ CRESSEY, 1971, 109.

1898 a 1930, Cressey aponta que houve uma perda populacional nas “áreas próximas ao centro” – leia-se “Zona II”:

“Em 1898, 45 por cento da população da cidade – um total de 824.000 pessoas – viviam dentro das primeiras três milhas; mas em 1930 esta área acomodava apenas 14 por cento da população de Chicago, ou 474.000 pessoas. Esta região inclui a maior parte da área favelada da cidade e corresponde aproximadamente ao que E. W. Burgess tem designado como a ‘zona em transição’”.⁷²

Aliás, na natureza, a ordem é considerada instável exatamente nas áreas de transição, que é onde ocorrem mudanças rápidas na respectiva estrutura ecológica.⁷³

O residente da Zona II faz lembrar “o estranho”, abordado por Georg Simmel em seu ensaio *Exkurs über den Fremden*, de 1903. Para Simmel, o *estranho* não é a pessoa que chega hoje e se vai amanhã, mas aquele que chega hoje e, embora possa nunca se ir, vive um estado permanente de possibilidade de partida.⁷⁴ O morador da Zona II parece “o estranho”. Os que moram nesta área ali estão por ausência de outra alternativa habitacional, sendo regra que anseiem por dali se mudar em direção ao subúrbio tão logo alcancem condições para tanto. Assim, mude-se dali logo, mais tarde ou nunca, o morador da Zona II, por viver esse anseio de dali partir, não cria ou evita criar vínculos com a área, o que é fator a contribuir para o baixo controle social desta localidade.

Em razão destas características, a hipótese de Park e Burgess era que a Zona II era a área da cidade na qual o crime e o vício floresceriam.

⁷² *Ibid*, 110.

⁷³ LANIER & HENRY, 1998, 188.

⁷⁴ Referência à esta obra de Simmel em CHRISTIE, 1994, 20.

A concentração de crime e delinquência na zona em transição era considerada um sinal do processo de *desorganização social*, que é um conceito que surge na obra *The Polish Peasant in Europe and America* (1918), de William Isaac Thomas e Florian Znaniecki, e que Robert Park define como sendo a forma como a sociedade e a comunidade percebem o “processo pelo qual a autoridade e a influência de uma cultura anterior e sistema de controle são afetadas e eventualmente destruídas”.⁷⁵ Mark Lanier e Stuart Henry, sobre o assunto, esclarecem o seguinte:

“Mais genericamente, a desorganização social se refere a uma situação em que há pouco ou nenhum sentimento de comunidade, relações são transitórias, níveis de vigilância da comunidade são baixos, instituições de controle informal são fracas e as organizações sociais ineficazes. Diversamente de uma comunidade organizada, onde a solidariedade social, a cooperação entre vizinhos e a ação harmoniosa se juntam para resolver problemas comuns, áreas socialmente desorganizadas têm muitos valores morais em competição e conflito”.⁷⁶

Na zona em transição, laços de solidariedade social da comunidade eram destruídos à medida que o comércio e a indústria invadiam tais áreas, o que diminuía a resistência à criminalidade.

Antes da Escola de Chicago, em razão do prestígio das ciências biológicas, o que se devia em grande parte às descobertas de Charles Darwin, muitos biólogos, sociólogos e a maioria do público acreditavam que as favelas urbanas eram uma consequência de um determinismo biológico decorrente do acasalamento entre pessoas portadoras de genes defeituosos. Assim, o entendimento dos

⁷⁵ PARK, 1925, 107.

⁷⁶ LANIER & HENRY, 1998, 189.

sociólogos de Chicago de que a miséria, a doença e a criminalidade encontradas nas favelas urbanas seriam produtos da desorganização social e não de um determinismo biológico era inovador, pois se contrapunha à concepção até então prevalente.⁷⁷

Park e Burgess lançaram a pedra fundamental para muitos estudos sobre áreas de delinqüência. A questão do crime e da delinqüência se tornou de interesse crescente dos sociólogos na década de 20 do século passado em razão da onda de crimes decorrente da resistência à *Lei Seca*, um problema social que particularmente afetou Chicago.⁷⁸

A delinqüência encontra sua exponenciação nas gangues, que tinham seu *habitat* na paisagem da Zona II de Chicago nas décadas de 1920 e 1930, abordadas a seguir.

3.8 A GANGUE

Um grupo de jovens, todos rapazes e residentes na mesma vizinhança, reunidos em uma esquina de um bairro pobre situado próximo ao centro comercial da cidade. A maioria deles filhos de imigrantes. Este grupo informal de indivíduos se encontra regularmente para a prática de várias atividades, algumas delas infrações penais que podem ir de pequenas contravenções a crimes maiores. O quadro aqui descrito se amolda à imagem popular que nos Estados Unidos se tem da gangue.

Robert Park, no artigo *Juvenile Delinquency*, reconhece que a delinqüência não é primariamente um problema do

⁷⁷ FARIS, 1967, 57.

⁷⁸ A Lei Seca vigorou nos Estados Unidos de 1920 a 1933 e proibia o fabrico, transporte, venda e importação de bebida alcóolica. Alguns grupos obtiveram altos lucros em razão desta lei impopular (HOBBS, 1997, 824).

indivíduo, mas do grupo, e destaca um promissor estudo sobre as gangues de Chicago que estava sendo conduzido por um dos sociólogos de Chicago.⁷⁹ O pesquisador referido por Park era Frederic Milton Trasher, cujo estudo sobre as gangues de Chicago, *The Gang*, publicado em 1927, tornou-se obra clássica sobre o tema. Neste livro, Trasher desafia a imagem popular da gangue e que foi referida no parágrafo anterior, baseada no senso comum de que a gangue era um grupo de jovens desocupados e que ficavam pelas ruas praticando delitos. Seguindo métodos da Escola de Chicago, Trasher “utilizou dados do censo e dos tribunais, observações, documentos pessoais e entrevistas”,⁸⁰ concluindo que as gangues são grupos estruturados de jovens pobres e que estão ligadas aos seguintes elementos: território, lealdade e hierarquia. Trasher não estava a dizer que a imagem popular da gangue fosse propriamente um equívoco, mas que havia mais informações acerca deste grupo e seus componentes do que era percebido pela observação leiga. Como ele destaca, a formação da gangue reflete uma dinâmica social, como, por exemplo, a busca da identidade em razão da modificação da cidade. A gangue, para um universo significativo de jovens, apresenta-se como um substituto para o que a sociedade lhes nega. Representa um grupo em que são aceitos. Representa, pois, inserção, oportunidade e objetivo comum, ainda que – e exatamente por isso – normas e valores da gangue se contraponham às da macrossociedade. A prática de infrações penais pelos membros da gangue, em termos ecológicos, é uma resposta contida no meio-ambiente para aqueles jovens “buscando sobreviver em vizinhanças socialmente desorganizadas”.⁸¹

⁷⁹ PARK, 1925, 111.

⁸⁰ HOBBS, 1997, 803.

⁸¹ EINSTADTER & HENRY, 1995, 133.

Werner Einstadter e Stuart Henry, explicando a motivação e o padrão de formação de uma gangue, destacam o seguinte:

“Ao invés de sofrer individualmente esta desorganização pessoal, alguns eram atraídos à uma solução de “comunidade” informal, coletiva e desregulada. Isolados da cultura dominante e alienados das culturas tradicionais de seus pais, alguns jovens imigrantes formavam seus próprios e novos grupos de suporte primário, alguns dos quais tomavam a forma de gangues”.⁸²

Quanto à alienação dos jovens em relação à cultura de seus pais imigrantes, Trasher destaca que, nas comunidades imigrantes, a maioria dos pais foi criada em áreas rurais ou semi-rurais do Velho Mundo, onde a tradição tinha um peso importante na vida das pessoas. Os filhos destes imigrantes, experimentando as ruas de Chicago, ficavam expostos a uma gama de costumes diferentes, assim como a múltiplas situações novas, de forma que estes jovens tinham necessidades sobre as quais seus pais nunca tinham ouvido falar. Como nem sua família imigrante e nem a macro-sociedade oferecessem uma resposta à necessidade de adaptação social destes jovens, seu ingresso em uma gangue se apresentava como a solução para este seu problema adaptativo.⁸³

Clifford Shaw e Henry McKay, no artigo *Male Juvenile Delinquency as Group Behavior*, publicado pela primeira vez em 1931, apontam o seguinte sobre as gangues e o poder que detinham sobre seus membros e, em alguns casos, sobre a vida social de toda uma área:

“Em certas áreas da cidade, as práticas e valores sociais de muitos destes grupos são principalmente de um caráter

⁸² *Ibid*, 133.

⁸³ TRASHER, 1963, 179-80.

delinqüente. Frequentemente, estes grupos desenvolvem padrões delinqüentes persistentes e códigos e normas tradicionais que são muito importantes na determinação do comportamento dos membros. Alguns destes grupos são altamente organizados e se tornam tão poderosos sobre seus membros que as tradições delinqüentes e os padrões de comportamento persistem e tendem a dominar a vida social por toda a área...”⁸⁴

Segundo Trasher, diversas crianças ingressam na gangue com idade de até 7 ou 8 anos e, iniciada esta associação, vivenciam uma evolução dramática, que as transforma, inicialmente, em gazeteiros, depois em menores infratores, posteriormente, em criminosos ocasionais e, caso nada intervenha, chegam à vida adulta como criminosos profissionais ou gangsters.⁸⁵ A gangue, portanto, é a gênese de muitos adultos que desenvolvem uma carreira criminosa.

Quanto aos centros de recuperação de menores infratores, tornam-se lugares conhecidos dos membros da gangue e, embora criados para “reformatar” estes jovens, acabam muitas vezes acelerando o processo de delinqüência.⁸⁶

Os membros da gangue são iniciados na prática de diversas condutas consideradas anti-sociais, algumas delas delituosas, que podem ser, por exemplo, a cábula de aula, o furto de fruta na mercearia, o desrespeito às autoridades e o vandalismo, que se tornam atividades rotineiras neste grupo.

A gangue, portanto, tem seus próprios valores e normas; tem sua própria cultura, que, em relação à cultura dominante na sociedade, é considerada uma subcultura. A

⁸⁴ SHAW & MCKAY, 1971, 253.

⁸⁵ TRASHER, 1963, 257.

⁸⁶ *Ibid*, 258.

tradição delinqüente da gangue é, através da transmissão cultural, passada aos seus novos membros, de forma que a gangue e sua respectiva subcultura persistem na vizinhança independentemente de qual grupo étnico se torne dominante em qualquer que seja o momento (o tema é aprofundado no sub-tópico 3.10).⁸⁷ Os jovens integrantes da gangue, assim, apresentam uma maior probabilidade de, ao atingirem a idade adulta, tornarem-se criminosos.

Trasher identificou nas gangues delinqüentes características idênticas às encontradas em organizações formais, como, por exemplo, atividade dirigida a objetivos, estratificação interna, exclusividade, lealdade para com o grupo e estabilidade, o que autoriza que este tipo de agrupamento possa ser reconhecido como uma organização complexa. Logo, se uma gangue de jovens pode apresentar tais características, é razoável se concluir que as organizações criminosas integradas por adultos também as possuam.⁸⁸

O trabalho de Trasher foi o primeiro a enfrentar, de forma científica, o fenômeno social urbano que é a gangue, tendo influenciado diversos estudos sobre o assunto, merecendo destaque *Street Corner Society* (1955), de William Foote Whyte, e *Delinquent Boys* (1955), de Albert K. Cohen, este último o pioneiro no “uso sistemático dos conceitos de cultura e subcultura na explicação da delinqüência”.⁸⁹ Outros estudos importantes sobre a subcultura são *Delinquency and Opportunity* (1960), de Richard Cloward e Lloyd Ohlin, e *Delinquency and Drift* (1964), de David Matza.

A análise de Trasher sobre as gangues tem pontos comuns com o que viria a ser realizado 15 anos depois

⁸⁷ EINSTADTER & HENRY, 1995, 133.

⁸⁸ GOTTFREDSON & HIRSCHI, 1990, 205-6.

⁸⁹ DOWNES & ROCK, 1998, 148.

por Clifford Shaw e Henry McKay, eis que ambos os estudos alocam a delinquência da gangue dentro de certas áreas naturais da cidade e que eram por eles consideradas propícias ao aparecimento deste tipo de grupo, áreas estas marcadas pela pobreza, pela presença dos imigrantes e pela desorganização social.⁹⁰

Aliás, Shaw e, posteriormente, ele e McKay, testaram a hipótese de Park e Burgess sobre a natureza criminogênica da Zona II. A partir da década de 1920, Shaw e McKay trabalharam no *Institute for Juvenile Research*, do Estado de Illinois, instituição que recebeu importante apoio de Burgess, sendo que Shaw e MacKay tinham ligações com o Departamento de Sociologia da Universidade, onde ambos foram alunos, permanecendo Shaw como pesquisador e conferencista deste departamento. Shaw e McKay conduziram estudos importantes sobre delinquência e desenvolveram conceitos novos, como será demonstrado adiante.

3.9 TESTANDO A HIPÓTESE DE PARK E BURGESS

Clifford Shaw (1929) testou a hipótese de Park e Burgess usando estatística dos tribunais e das prisões para mapear a distribuição na cidade das residências de menores infratores e adultos criminosos. Algumas das conclusões de Shaw foram: a) quanto mais perto do centro da cidade, maior a taxa de crime; b) as taxas altas de crime eram verificadas em áreas caracterizadas por deterioração do espaço físico e população em declínio; e c) apesar da composição da população da Zona II ter se modificado significativamente ao longo de trinta anos, altas taxas de

⁹⁰ HOBBS, 1997, 803-4.

crime persistiam nesta área. As observações de Shaw sugeriam que os níveis de criminalidade eram determinados pela natureza da vizinhança e não pela natureza dos indivíduos que lá viviam. Este é o motivo pelo qual esta perspectiva passou a ser chamada de *determinismo ambiental*.⁹¹

Posteriormente, Clifford Shaw e Henry McKay, tomando por base o modelo das zonas concêntricas, estudaram a delinquência juvenil em Chicago, produzindo a obra *Juvenile Delinquency and Urban Areas* (1942). Eles usaram estatística oficial e mapearam a área da cidade onde os adolescentes infratores viviam de forma a medirem o nível de ocorrência de atos infracionais.⁹² Concluíram que os bairros com as maiores taxas de crime eram os do centro da cidade e que, quanto mais distante do centro, menor era esta taxa.

Shaw e McKay, entretanto, reconheceram que nem todos os grupos étnicos estavam igualmente vulneráveis à desorganização social, pelo que consideraram o exemplo dos imigrantes chineses, grupo que apresentava maior habilidade em resistir à desorganização e se adaptar às condições ambientais, mesmo que adversas. Outra exceção à regra geral era dos judeus europeus, também resistentes ao determinismo ambiental da Zona II.⁹³

A concepção de uma área natural para a delinquência levou Shaw e McKay a buscarem uma explicação para o fato de uma região assim considerada continuar a se apresentar criminogênica apesar da troca de residentes ao longo do tempo, mesmo quando havia modificação quanto

⁹¹ MUNCIE, 1999, 102; e EINSTADTER & HENRY, 1995, 124.

⁹² Ato infracional é como se denomina a transgressão à lei penal por quem ainda não atingiu a maioridade penal.

⁹³ EINSTADTER & HENRY, 1995, 134.

ao grupo étnico predominante. A resposta encontrada foi que a delinquência é passada por *transmissão cultural*.

3.10 A TEORIA DA DELINQUÊNCIA POR TRANSMISSÃO CULTURAL

Shaw e McKay, partindo da idéia de “área de delinquência”, formularam a *teoria da delinquência por transmissão cultural* (*cultural transmission theory of delinquency*). O ponto-chave era que certos tipos de crime se tornavam uma norma cultural dentro da zona em transição. Eles relacionaram a delinquência juvenil à teoria de desorganização social. Afirmavam que havia uma probabilidade maior da prática de crime numa comunidade com ausência de suporte comunitário, havendo probabilidade menor de sua ocorrência se os adolescentes tivessem apoio de seus pais, escola e/ou igreja. A alta mobilidade verificada na área central da cidade fazia com que os residentes tivessem uma tendência a não se interessarem pelo que ocorria à sua volta, já que não pretendiam ficar ali por muito tempo. Shaw e McKay consideravam que a desorganização social desta área central estava diretamente relacionada com a alta taxa de crime.

Um dado importante encontrado no trabalho de Shaw e McKay era a relativa estabilidade do nível de delinquência na mesma comunidade no correr do tempo. Eles interpretaram este dado como uma evidência de que, embora a composição demográfica mude, o nível de delinquência se mantém constante e concluíram que a delinquência juvenil era determinada pela situação econômica e pelo local em que se vivia e não por características étnicas.

A Escola de Chicago, ao reconhecer a existência de um determinismo ambiental,⁹⁴ admitiu que as infrações penais decorrem de uma imposição do ambiente físico e social. Nesta perspectiva, a diminuição da criminalidade depende da intervenção, a se dar por meio de políticas públicas preventivas.

3.11 A INTERVENÇÃO ATRAVÉS DA PREVENÇÃO

Vimos no sub-tópico 3.3 que havia uma tendência na Universidade de Chicago, desde seu envolvimento com a Hull House, à reforma social, sendo que, por parte de alguns de seus membros, essa verve reformista tinha inspiração religiosa e filantrópica. O amadurecimento desta orientação pró-mudança, aliado às pesquisas realizadas pelos sociólogos de Chicago sobre os fatos sociais circundantes, levou membros da Escola de Chicago à conclusão de que a prevenção da criminalidade se dá através de políticas públicas, sendo que esta prevenção terá como melhor caminho o aumento do controle social nas áreas pobres, que são as áreas naturais da delinquência e da criminalidade.

Robert Park sugeriu que uma maneira de se contribuir para esta prevenção seria através de *playgrounds*, que são áreas de lazer, mas que estariam voltados para a formação de associações permanentes entre as crianças e seriam administrados ou monitorados por agências que formam o caráter, como a escola, a igreja ou outras instituições

⁹⁴ “Em sua forma extrema, a ecologia social pode se tornar determinismo ambiental porque nega a intervenção humana.” (EINSTADTER & HENRY, 1998, 130).

locais, o que seria uma maneira de se criar vínculos positivos entre as pessoas, a partir da infância, numa tentativa de preencher o espaço formador que antes era ocupado pela família, já que as condições da vida urbana fizeram com que muitos lares fossem transformados em pouco mais do que meros dormitórios. Para Park, uma política pública com esta orientação contribuiria para a diminuição das gangues e, conseqüentemente, da criminalidade.⁹⁵

Alguns sociólogos de Chicago, entretanto, viam na facilitação do processo de assimilação dos imigrantes a melhor forma de se minimizar a criminalidade. Para alguns deles, inclusive, a cessação da imigração acarretaria na integração gradual de todos os grupos étnicos à sociedade americana.⁹⁶ Nesta linha de pensamento, instituições como a Hull House seriam a chave para a integração e conseqüente diminuição da criminalidade.

Frederic Trasher considerava construtivo o trabalho realizado por instituições como Hull House e outras agências, como, por exemplo, a Young Men's Christian Association (*Associação Cristã de Moços*) e o Boy Scouts of America (*Escoteiros da América*), mas tinha-nas como numericamente insuficientes.⁹⁷ Trasher concordava com Park no sentido de que a gangue era um resultado da deficiência do grupo social prover àqueles jovens com atividades organizadas e supervisionadas.⁹⁸ Como seria praticamente impossível afastar o jovem da gangue enquanto sua família continuasse a morar na mesma comunidade, a única alternativa ao problema, segundo Trasher,

⁹⁵ PARK, 1925, 111-2.

⁹⁶ EINSTADTER & HENRY, 1995, 137.

⁹⁷ TRASHER, 1963, 179-80.

⁹⁸ *Ibid*, 177.

seria lidar com toda a gangue, o que seria feito da seguinte forma:

“Isto pode ser feito através do reconhecimento da gangue, destinando-lhe um lugar no programa da comunidade, redirecionando suas atividades para canais edificantes e socialmente significativos. Alternativamente, isto pode ser feito incorporando o líder e cada membro da gangue em alguma instituição maior e para a qual a lealdade deles possa ser desenvolvida”.⁹⁹

O princípio geral deste processo de transformação da gangue, orientado por uma agência social, é o seguinte: 1) a gangue passa a ser considerada como um clube, recebe uma denominação social e é afiliada a uma estrutura maior; e 2) em seguida, os membros do grupo são orientados para entender seu papel social e a ter alguma participação na vida da comunidade.¹⁰⁰

Para os intervencionistas, a causa da criminalidade a ser atacada era a desorganização social, o que era interpretado por áreas do governo como sendo a “pobreza”. Para Clifford Shaw, o caminho para a redução da criminalidade era a organização da comunidade,¹⁰¹ ou seja, uma via que guarda semelhança com a idéia de Park de difusão de *playgrounds* administrados por instituições ou com a idéia de Trasher de reorientação da gangue para alguma atividade socialmente relevante para a comunidade, pois todas estas concepções têm por objetivo o aumento dos vínculos entre as pessoas residentes nos bairros pobres.

A concepção da intervenção visando a prevenção da criminalidade encontra sua maior realização no Projeto da

⁹⁹ *Ibid*, 351.

¹⁰⁰ *Ibid*, 351.

¹⁰¹ EINSTADTER & HENRY, 1995, 138.

Área de Chicago (*Chicago Area Project*), que foi copiado e implantado em outras cidades americanas, idealizado por Shaw e McKay, cujo objetivo, como já visto, era aumentar a capacidade das regiões pobres de, por si, mobilizar seus recursos de controle social, motivando os jovens e promovendo o bem-estar social (*vide* quadro sinóptico da perspectiva ecológica – **tabela 5**).

Tabela 5
– Escola de Chicago –

Quadro sinóptico da perspectiva ecológica

Idéia básica > a compreensão da sociedade humana através de sua analogia com a ecologia, especialmente a vida vegetal
Natureza humana > o ser humano faz escolhas racionais, mas seu livre arbítrio está limitado pelo ambiente físico e social, do qual ele faz parte
Visão da sociedade > a sociedade é um conjunto de comunidades humanas > a sociedade se baseia no consenso
Leis > são regras da cultura dominante da sociedade e que são formuladas por suas instituições políticas
Crime > é definido pela lei
Causas da criminalidade > desorganização social > diversidade étnico-cultural > transmissão cultural da delinquência
Resposta à criminalidade > intervenção pela prevenção > técnicas voltadas à alteração do ambiente físico e social > programas visando aumentar o controle social nas áreas afetadas pela desorganização social

O declínio da Escola de Chicago ao longo dos anos de 1930 é atribuído a diversos fatores, sendo o principal deles a ausência de Robert Park, que era considerado uma figura gregária, muito querido pelos alunos e colegas professores, e que estimulava intelectualmente o departamento. Park viajou pelo mundo em grande parte de 1931 e 1932, aposentando-se em 1934.¹⁰²

Assim, a teoria ecológica foi perdendo espaço nos estudos desenvolvidos a partir do final da década de 1930, que passaram a adotar uma concepção sócio-econômica da cidade. Entretanto, alguns destes novos estudos não são propriamente uma negação da perspectiva ecológica, mas seu aprofundamento, pois nela têm raízes.

¹⁰² BULMER, 1984, 205.

TEORIAS SOCIOECONÔMICAS DA CIDADE

SUMÁRIO: 4.1 A teoria dos setores – 4.2 A teoria multinuclear – 4.3 A ecologia fatorial.

Surgiram várias vertentes teóricas originadas da teoria ecológica, mas que colocaram seu foco em uma concepção socioeconômica da estrutura urbana. É o caso da *análise dos padrões irregulares das áreas urbanas*, apresentada por Maurice Davie em 1937, que rejeitava a teoria das zonas concêntricas, propondo que as áreas naturais da cidade são formadas de acordo com diversas categorias e critérios sociais como renda e nacionalidade, entre outros, sendo que, ao seu ver, qualquer que fosse o critério, jamais se chegaria a padrões de círculos concêntricos. Mário Eufrasio objeta à proposição de Davie que este “não se apercebeu de que a teoria de Burgess é uma teoria da estrutura e do desenvolvimento da organização espacial da cidade e não uma teoria da estrutura urbana estática sem dimensão temporal”¹ e que Davie “considera descritivamente as zonas propostas por Burgess, não atentando para sua natureza típico-ideal”.² Outra perspectiva foi a lançada

¹ EUFRASIO, 1999, 195.

² *Ibid*, 195.

por James Quinn,³ em 1940, que foi a *interpretação socioeconômica dos índices espaciais da estrutura urbana*, contribuindo com reflexões sobre o tema da concepção ecológica da cidade, debatendo com Davie e Alihan, mas, como ressaltado por Mário EufRASIO, Quinn também não percebeu o caráter típico-ideal da teoria de Burgess, embora tivesse tido a “sensibilidade para pressentir alguns desenvolvimentos e derivações que a teoria da estrutura urbana viria a ter posteriormente”.⁴ Entretanto, as teorias de conteúdo sócio-econômico mais importantes desta fase são as que serão tratadas nos tópicos seguintes.

4.1 A TEORIA DOS SETORES

A **teoria dos setores** (*sector theory*) foi diretamente influenciada pela teoria das zonas concêntricas. Surgiu na monografia *The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities* (1939), do economista Homer Hoyt, que via a cidade com a forma de uma torta dividida em fatias (setores), cujo centro era o distrito comercial e cada fatia era caracterizada por um tipo de uso imobiliário e que era servida por alguma forma de transporte. Assim, uma fatia da torta poderia ser dominada por um certo tipo de atividade industrial e ligada ao centro comercial por linha ferroviária. Já outra fatia poderia ser um bairro residencial. Na perspectiva de Hoyt, a cidade, portanto, não se desenvolve em círculos concêntricos, mas em setores, sendo cada setor caracterizado por uma atividade econômica diferente. Para Hoyt, o principal uso do

³ James Quinn foi aluno do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, onde concluiu seu doutorado em 1931.

⁴ EUFRASIO, 1999, 208.

solo a ser considerado em sua análise é o residencial, apresentando “a estrutura de áreas sociais da cidade através do critério da caracterização dos grupos sociais que as habitam pelas suas categorias de renda”.⁵

4.2 A TEORIA MULTINUCLEAR

A teoria multinuclear ou polinuclear ou, ainda, dos núcleos múltiplos (*multiple nuclei theory*) foi apresentada pelos geógrafos Chauncy D. Harris e Edward L. Ullman no artigo *A Theory of Location for Cities*, publicado no *American Journal of Sociology*, em maio de 1941,⁶ e posteriormente no ensaio *The Nature of Cities*, de 1945.⁷ Esta teoria é uma expansão da teoria das zonas concêntricas e da teoria dos setores e se baseia na idéia de que a cidade não possui um único centro comercial, mas vários minicentros, podendo a cidade se desenvolver a partir destes diversos centros ou núcleos, que se expandem e eventualmente se fundem, sendo que cada seção da cidade é caracterizada por algum tipo de padrão de uso territorial. Harris e Ullman entendem que atividades similares localizam-se em uma mesma área, com o que surgem minicidades dentro da cidade.

4.3 A ECOLOGIA FATORIAL

Os sociólogos Eshref Shevky e Wendell Bell apresentaram no livro *Social Area Analysis*, publicado em

⁵ *Ibid*, 210.

⁶ *American Journal of Sociology*, 1941, 46: 853-64.

⁷ *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, 1945, 242: 7-17.

1955, o resultado de sua pesquisa, que envolveu uma grande quantidade de dados referentes a características sociais e que foram submetidos à análise fatorial por computador, concluindo que há três fatores básicos e que estão presentes na estrutura de qualquer cidade, que são o status familiar, o status econômico e o status étnico. Ao mapearem estes fatores numa cidade, descobriram que o status familiar formava círculos concêntricos no mapa da cidade. Constataram que o status econômico apresentava uma tendência à formação de setores no mapa da cidade e que o status étnico determinava áreas de concentração étnica e que eram independentes de qualquer identidade econômica. Assim, a **ecologia fatorial** conseguiu conjugar três teorias: a teoria ecológica, que serviu para explicar a distribuição da população na cidade de acordo com o status familiar; a teoria dos setores, que explicou esta distribuição populacional conforme o status econômico; e a teoria multinuclear, a dar conta da ocupação territorial da cidade consoante o status étnico.

Registra-se que os idealizadores das teorias destacadas neste capítulo não pertenceram à Escola de Chicago, mas tão-só se valeram do trabalho de Burgess para desenvolverem, a partir dele, suas próprias teorias.

Se, por um lado, o trabalho dos ecologistas de Chicago contribuiu para o desenvolvimento e exploração de novos conceitos, como, por exemplo, ecologia humana e desorganização social, bem como novas teorias, como as acima apresentadas, por outro, a crítica à Escola de Chicago, dirigida especialmente àqueles conceitos originais, não se fez ausente, como veremos no próximo capítulo.

TEORIA ECOLÓGICA: VIDA APÓS A CRÍTICA

SUMÁRIO: 5.1 A crítica – 5.2 O renascimento da teoria ecológica – 5.3 Influenciando outras perspectivas: 5.3.1 Teoria estrutural-funcionalista do desvio e da anomia; 5.3.2 Teoria da associação diferencial; 5.3.3 Teorias culturais e subculturais; 5.3.4 Teoria do aprendizado cultural; 5.3.5 Prevenção do crime através do desenho ambiental; 5.3.6 Teorias do controle.

5.1 A CRÍTICA

A Escola de Chicago foi pioneira na área de estudos urbanos e, com seu trabalho, abriu espaço para muitos estudos subseqüentes sobre a relação entre crime e espaço urbano. Entretanto, como outras teorias e perspectivas criminológicas, sua obra foi objeto de muitas críticas, que são adiante apresentadas.

A ecologia humana de Park foi criticada por Milla Alihan (1938), que não concordou com o uso das metáforas com as plantas para se explicar a sociedade humana. Alihan não considerou tal simbolismo acurado para descrever a organização humana. Ela apontou que a analogia

com as plantas não levava em consideração elementos importantes como, por exemplo, tecnologia, classe e poder. Edward W. Soja, na esteira da análise de Alihan, considera que o modelo ecológico da cidade ressen-te a falta do fator *capital-trabalho* em sua equação.¹ Veja-se:

“A ausência mais incrível nesta modelagem de espaço urbano foi a do processo de industrialização e seu impacto formativo na geografia urbana. Ao não tratar diretamente do sistema fabril e da relação capital-trabalho como forças subjacentes à organização do espaço urbano, a interação dinâmica entre urbanização e industrialização que definiam a cidade capitalista industrial era essencialmente ignorada. O dualismo estrutural profundo do capital *versus* trabalho, a burguesia (urbana) *versus* o proletariado (urbano), que energizavam as observações urbanas de Engels e outras, pareciam dissolver-se na nova metrópole americana.”²

A parcialidade da Escola de Chicago, como aponta Manuel Castells, é verificada, ainda, em sua noção de cultura urbana, isto é, na idéia de uma cultura unificada e que caracterizaria os habitantes da cidade independentemente de sua classe, gênero ou etnia.³

A Escola de Chicago também foi criticada pelo uso que fez do conceito de desorganização social. No pensamento de Shaw e McKay, a desorganização social existe quando a estrutura e a cultura de uma comunidade são incapazes de implementar e expressar os valores de seus próprios residentes.⁴

William Whyte, na obra *Street Corner Society* (1943), sustenta que a comunidade italiana de um subúrbio de

¹ Edward Soja é professor de planejamento urbano da Universidade da Califórnia, *campus* de Los Angeles.

² SOJA, 2000, 88.

³ CASTELLS, 2002, 391.

⁴ KORNHAUSER, 1978, 63.

Boston que ele estudou – Cornerville – seria desorganizada tomando-se por base o conceito de normalidade da sociedade americana, mas que aquela comunidade italiana também era organizada, consoante seus próprios padrões, pelo que não padecia de falta de organização, apenas era uma organização social diferente.⁵

Downes e Rock, sobre a crítica de Whyte a este conceito, apontam o seguinte:

“Quase qualquer período prolongado de observação parece capaz de revelar padrões inteligíveis até mesmo nas situações mais caóticas. Acertadamente, Whyte afirmou que a referência à desorganização social apenas significa que o observador não entendeu o que ele viu”.⁶

David Matza (1969) considerou que a Escola de Chicago escreveu sobre *desorganização* quando na verdade estava descrevendo *diversidade*.⁷ Esta é a razão pela qual Matza e outros pesquisadores abandonaram o conceito de desorganização social em favor do conceito de diversidade cultural ou organização social diferenciada.⁸

Outra crítica à Escola de Chicago é a de que ela teria simultaneamente desenvolvido duas noções contraditórias de causa de crime. O comportamento individual era visto como determinado pela desorganização social, mas também como estando imbuído de um elemento de liberdade de ação, particularmente nos padrões de aprendizagem que eram favoráveis à violação da lei. Taylor, Walton e Young (1973) apontaram que estas duas noções são teoricamente incompatíveis. Acima de tudo, a aprendizagem normativa

⁵ COULON, 1995, 37-38.

⁶ DOWNES & ROCK, 1998, 71.

⁷ *Ibid.*, 71.

⁸ MUNCIE, 1999, 104.

de comportamentos implica em um nível de organização social que o conceito de desorganização tende a negar.⁹

Einstadter e Henry (1995) destacam que uma das críticas mais cruciais ao conceito de desorganização social é a de ser ao mesmo tempo a descrição de uma condição e a causa desta mesma condição, isto é, o crime é produto da desorganização social e também um exemplo de desorganização social. Como consequência, a explicação de desorganização social é “uma tautologia”, ou seja, uma repetição inútil de uma mesma idéia em termos diferentes.¹⁰

Lea e Young (1984) acusam a Escola de Chicago de ser exageradamente mecânica na relação que estabeleceu entre adversidade e taxa de criminalidade, ao que apontam que diferentes grupos étnicos reagem de forma diversa a intempéries como, por exemplo, desemprego, educação insuficiente e moradia precária.¹¹

Janet L. Abu-Lughod aponta que Ernest Burgess produziu generalizações prematuras sobre a forma urbana, não tendo atentado para o fato de que sua teoria das zonas concêntricas era específica para a topografia particular e arranjo semi-circular simplificado de Chicago, o que acarretou no envio de sociólogos urbanos a outras cidades em uma busca inútil de paralelos. Abu-Lughod também critica a Escola de Chicago por ter se preocupado tanto em estudar as comunidades de imigrantes e, à exceção de alguns trabalhos de Robert Park, não ter dado atenção à crescente comunidade afro-americana.¹² Quanto à esta crítica, no entanto, merece destaque o comentário de Edward Soja, que confirma a existência de racismo, bem

⁹ *Ibid*, 104.

¹⁰ EINSTADTER & HENRY, 1995, 140.

¹¹ LEA & YOUNG, 1984, 133.

¹² ABU-LUGHOD, 1999, 131-2; Janet Abu-Lughod é professora emérita de sociologia da *Northwest University* e do Departamento de Pós-graduação da *New School of Social Research*.

como sexismo, na Escola de Chicago, mas que tais formas de discriminação, segundo aponta, eram “relativamente benignas e liberais, especialmente em comparação com a academia em qualquer outro lugar nos EUA”.¹³

Figueiredo Dias e Costa Andrade (1997) destacam que uma crítica freqüente à Escola de Chicago é a de que a utilização da delinquência *oficial* baseada na residência do delinquente não leva em consideração as chamadas “cifras negras” e nem o local do delito, acabando por implicar na adoção de um inevitável caráter classista.¹⁴

Crítica contundente à teoria ecológica é a de que esta simplifica a análise etiológica da delinquência, pois não explica a criminalidade produzida fora das áreas consideradas delitivas e nem as condutas não-delitivas que ocorrem nestas áreas.¹⁵ Nesta linha e contra o determinismo da teoria ecológica, Lea e Young (1984) argumentam que, se existe uma área criminogênica, como explicar que os mais velhos, as mulheres e os trabalhadores que ali vivem não tenham envolvimento com a criminalidade?¹⁶

Estas são as críticas mais freqüentes à Escola de Chicago. Porém, apesar de sua pertinência, notadamente quanto à deficiência da analogia das sociedades humanas com a ecologia e ao desacerto da exclusão da classe social de suas conceituações, por simplista que possa parecer o seu modelo de análise urbana e da criminalidade, a Escola de Chicago descreveu com acuidade diversas características do espaço urbano. Apesar das variações que encontramos na organização das cidades, um traço comum a elas é a existência de um centro comercial principal e a irradiação

¹³ SOJA, 2000, 88.

¹⁴ FIGUEIREDO DIAS & COSTA ANDRADE, 1997, 280.

¹⁵ GARCÍA-PABLOS DE MOLINA & GOMES, 2000, 276.

¹⁶ LEA & YOUNG, 1984, 39.

de sua influência a outras áreas da cidade através de algum padrão de arranjo espacial, merecendo destaque a defesa que Robert Faris faz quanto ao modelo zonal de Burgess:

“O diagrama zonal nunca foi oferecido como uma descrição do padrão verdadeiro de cidade alguma. Burgess falou disto como um *tipo ideal*, significando não que fosse o desenho mais desejável para uma cidade, mas, ao invés, contrastando-o com o real no sentido de que o desenho de um homem em um livro de anatomia não é a descrição de nenhum homem verdadeiro, mas a representação das características que são encontradas na maioria dos homens normais”.¹⁷

Faris acrescenta:

“Uns poucos sociólogos que não estavam totalmente familiarizados com as contribuições de Park e Burgess desenvolveram a concepção errônea de que o estudo ecológico das cidades envolvia uma negligência à influência do costume, sentimento e tradição nos padrões de crescimento urbano. Em seus escritos e aulas, porém, Park e Burgess consistentemente enfatizavam que uma variedade de forças não ecológicas causavam abandono ao padrão anelar ideal e indicavam que tais fatores especiais eram de ser encontrados em todas as cidades.”¹⁸

Einstadter e Henry, sobre o tema, destacam o seguinte:

“Embora nem todas as cidades seguissem o padrão de Chicago, diferenciais espaciais nas taxas de crime são agora reconhecidas como um fenômeno universal em todas as principais cidades do mundo”.¹⁹

Faris aponta, ainda, que Park e Burgess, na metade dos anos de 1920, passaram a se referir ao “caráter de cidades

¹⁷ FARIS, 1967, 60.

¹⁸ *Ibid*, 60.

¹⁹ EINSTADTER & HENRY, 1998, 130.

do mesmo tipo geral de Chicago”,²⁰ o que atraiu a crítica de estudiosos de outras regiões dos Estados Unidos, que apontavam para cidades que não possuíam o padrão espacial encontrado em Chicago. Porém, Faris esclarece o seguinte:

“O padrão de Chicago, contudo, foi oferecido como um exemplo da forma geral, separado de condições topográficas locais e outros fatores especiais, através do qual uma cidade moderna *urbana, industrial e em expansão* toma sua forma. Cidades que se desenvolveram em outros sistemas que não o industrial, tais como muitas cidades mais antigas na Europa, no Oriente ou em outra parte tomam uma forma inteiramente diferente. Não se esperaria de cidades baseadas no turismo, tais como Atlantic City e Miami Beach, que tomassem a mesma forma, nem de cidades governamentais, cidades religiosas, cidades educacionais ou vários outros tipos”.²¹

Em resumo, os ecologistas de Chicago nunca pretenderam que o modelo zonal de Burgess tivesse aplicação irrestrita e tampouco desconsideraram a existência de fatores não ecológicos na definição dos padrões de arranjo espacial das cidades. A teoria das zonas concêntricas se trata tão-só de um tipo ideal e, como tal, um modelo abstrato que, ao ser utilizado como padrão de comparação, auxilia na observação do mundo real. Assim, a importância da teoria ecológica não depende da alta ou baixa visibilidade das zonas concêntricas no padrão da cidade, mas na descoberta da existência de uma ecologia complexa “e que opera em importantes formas para selecionar populações, controlar a direção de seu fluxo e diversamente

²⁰ FARIS, 1967, 55.

²¹ *Ibid*, 55.

influenciar comportamento, especialmente na variedade de manifestações da desorganização social”.²²

Com relação às críticas ao conceito de desorganização social, são atenuadas diante do comentário de David Downes e Paul Rock, que apontam que o termo não foi muito acurado, mas que os sociólogos de Chicago com ele pretendiam se referir à “falta de integração social”.²³ Salientam, ainda, que esta concepção de desorganização é integrada pela idéia de “controle social frágil”.²⁴ Sobre o assunto, importante é o comentário de Frances Heidensohn no sentido de que o conceito de desorganização social foi lançado pelos sociólogos da Escola de Chicago “na tentativa de se explicar e entender os padrões de crime e desvio de conduta em sua cidade”,²⁵ o que, de certa forma, é corroborado por Ernest Burgess e Donald Bogue, que proclamaram que “esta teoria foi considerada como altamente útil para explicar muitos problemas sociais urbanos”.²⁶

O conceito de área criminal ou delitiva, originado do determinismo ambiental da Escola de Chicago, foi aproveitado e explorado ainda mais profundamente por estudos posteriormente desenvolvidos, merecendo destaque o trabalho de Terence Morris, *The Criminal Area* (1957), que, dentre outros, será abordado no próximo tópico.

5.2 O RENASCIMENTO DA TEORIA ECOLÓGICA

De acordo com Hermann Mannheim, na obra *Comparative Criminology* (1965), a teoria ecológica atingiu

²² *Ibid*, 62.

²³ DOWNES & ROCK, 1998, 73.

²⁴ *Ibid*, 73.

²⁵ HEIDENSOHN, 1989, 23.

²⁶ BURGESS & BOGUE, 1964, 488.

o ponto máximo de sua popularidade no período entre as duas grandes guerras.²⁷ No entanto, surgiu um número significativo de monografias sobre o assunto depois da Segunda Guerra Mundial, destacando-se: *Human Ecology: A Theory of Community Structure* (Hawley, 1950), *Towards an Understanding of Juvenile Delinquency* (Lander, 1954), *The Criminal Area* (Morris, 1957) e *Cultural Behavioral, and Ecological Perspectives in the Study of Social Organization* (Duncan & Schnore, 1959).²⁸

A ecologia humana ganha novo impulso na Inglaterra na década de 1970 e nos Estados Unidos a partir dos anos de 1980, notadamente devido a dois fatores principais: a) a redescoberta do crime; e b) as estatísticas sobre criminosos.²⁹

O primeiro destes fatores – a redescoberta do crime – significou uma mudança de perspectiva. Nos anos 70, diversas correntes criminológicas transferiram o foco do *infrator* para a *infração penal*. Esta mudança incluía pesquisas de vitimização de larga escala, assim como os primeiros trabalhos da unidade de pesquisa do governo britânico (*Home Office Research Unity*) sobre “crime como oportunidade” (*crime as opportunity*),³⁰ que levaram à perspectiva criminológica denominada **prevenção situacional do crime** (*situational crime prevention*),³¹ desenvolvida por Ronald Clarke e apresentada no artigo *Situ-*

²⁷ BOTTOMS & WILES, 1997, 311.

²⁸ A monografia de DUNCAN & SCHNORE foi publicada no *American Journal of Sociology*, 65: 132-146.

²⁹ BOTTOMS & WILES, 1997, 311-2; e EINSTADTER & HENRY, 1995, 125.

³⁰ Um ditado popular e que bem caracteriza esta expressão é “a ocasião faz o ladrão”.

³¹ BOTTOMS & WILES, 1997, 311-2.

ational Crime Prevention: Theory and Practice (1980),³² que é uma teoria do controle baseada na idéia de que o crime pode ser melhor prevenido de duas formas: a) reduzindo-se as oportunidades de se cometer crime e que estão disponíveis no ambiente; e b) aumentando-se os riscos da atividade criminosa.

Posteriormente, Ronald Clarke, em conjunto com Derek Cornish, desenvolveu a **teoria da escolha racional** (*rational choice theory*), apresentada no artigo *Modeling Offender's Decisions* (1985)³³ e no livro *The Reasoning Criminal: Rational Choice Perspectives on Offending* (1986),³⁴ que, baseada na prevenção situacional do crime, aprofundou o arcabouço teórico desta perspectiva, partindo da idéia de Gary Becker de que as pessoas realizam decisões racionais, de natureza econômica, quando escolhem entre a prática ou não do crime.³⁵

O segundo fator para o ressurgimento da teoria ecológica na década de 70 relaciona-se às estatísticas sobre criminosos. O precursor desta fase foi Terence Morris, com sua obra *The Criminal Area*, publicada em 1957. Influenciado pela ecologia humana da Escola de Chicago, Morris conduziu um estudo empírico sobre Croydon, localizado na periferia de Londres, e mostrou que o índice de residências de criminosos naquela região não se adequava bem à teoria de zonas concêntricas de Burgess em razão de Croydon ser predominantemente residencial.³⁶ Ele observou que certos

³² *British Journal of Criminology*, 1980, 20: 136-47.

³³ Publicado em TONRY & MORRIS (eds.), *Crime and Justice: An Annual Review of Research*, Chicago: University of Chicago Press, 1985, 147-86.

³⁴ Publicado por Springer, Nova Iorque.

³⁵ Gary Becker escreveu *Crime and Punishment: An Economic Approach* (1968).

³⁶ BOTTOMS & WILES, 1997, 312.

conjuntos habitacionais tendiam a ser áreas de alta incidência de crime porque as autoridades responsáveis pela política de habitação frequentemente colocavam famílias consideradas problemáticas juntas num mesmo conjunto habitacional. Morris não concordou com a avaliação de Shaw e McKay de que áreas de alta taxa de crime continuavam a gerar crime mesmo que houvesse alteração quanto aos seus habitantes. A conclusão de Morris foi de que não é apenas a área que leva alguém a cometer crime e que “os processos ecológicos naturais de seleção e que se manifestam no ciclo de invasão-dominância-sucessão estão sujeitos a serem severamente modificados por políticas sociais”.³⁷

O trabalho realizado por Morris influenciou muitos criminologistas britânicos. Suas observações foram confirmadas e ainda mais desenvolvidas em um trabalho sobre a cidade de Sheffield, realizado por John Baldwin e Anthony Bottoms, publicado em 1976 sob o título *The Urban Criminal*. Nesta pesquisa, constatou-se que de fato havia criminosos residentes na área central de Sheffield, porém, o modelo zonal de Chicago não se aplicava bem a esta cidade, eis que havia altas e baixas concentrações de residências de criminosos espalhadas pelas várias áreas da cidade.³⁸ Baldwin e Bottoms observaram a relação entre área de residência de criminosos e área de ocorrência de crime e desafiaram a idéia de que tais áreas fossem uma mesma área, ou seja, a área de residência do criminoso não é necessariamente a área onde ocorre o crime. Eles estudaram as conseqüências diretas e indiretas do mercado imobiliário e sugeriram que este mercado poderia explicar

³⁷ MORRIS, 1957, 130.

³⁸ As habitações populares são parte marcante do ambiente urbano inglês e muitas delas são construídas distantes da área central das cidades. Este é o motivo do modelo zonal da Escola de Chicago não ser muito aplicável a muitas cidades inglesas.

certos índices referentes aos criminosos. Esta iniciativa de se pesquisar o mercado imobiliário foi precursora de outras pesquisas do gênero.³⁹

Posteriormente, Bottoms conduziu em conjunto com Paul Wiles outra pesquisa influente, publicada em 1986,⁴⁰ tendo concluído que “na Grã-Bretanha, a chave para se entender as carreiras criminosas desenvolvidas nas comunidades residenciais está nas operações do mercado imobiliário”.⁴¹

Susan Smith, seguindo a linha dos criminologistas britânicos citados, realizou pesquisa na cidade inglesa de Birmingham. Ela verificou haver uma concentração de criminosos residindo na área pobre adjacente ao centro da cidade, tendo concluído que a alta concentração de criminosos naquela área se dava em razão da distribuição desigual da riqueza e da oportunidade. Por isso, as pessoas mais pobres são as que tendem a residir ali. Smith pesquisou a possível contribuição da situação de emprego, oportunidades de moradia e classe social para o alto índice de criminosos no bairro pobre adjacente ao centro. Sugeriu que estes fatores exercem um importante papel na explicação da existência de criminosos no bairro pobre.⁴²

Smith deu continuidade à sua pesquisa, voltando-se para a vitimização e a privação a que os habitantes do bairro pobre estão expostos. Nesta obra, diz claramente que seu trabalho tem raízes na Escola de Chicago e assume que há uma relação entre distância social e distância física

³⁹ BOTTOMS & WILES, 1997, 313.

⁴⁰ *Housing Tenure and Residential Community Crime Careers in Britain*, in A.J. Reiss e M. Tonry, eds. (1986), *Communities and Crime*. Chicago, Illinois: University of Chicago.

⁴¹ BOTTOMS & WILES, 1997, 313.

⁴² SMITH, 1986, 73.

de forma que os níveis de segregação propiciam uma medida da frequência ou da qualidade da interação entre grupos sociais.⁴³ Realizando sua análise sob a ótica da discriminação racial a que estão submetidos os negros na Inglaterra, observou que o crime é apenas um dos perigos que afligem os residentes das áreas pobres da cidade, concluindo que o crime é um indicador da desvantagem que os moradores do bairro pobre experimentam em razão de serem quem são e de, em razão da segregação a que estão expostos, morarem onde moram.⁴⁴

Esta mudança de perspectiva, transferindo-se o foco do criminoso para o crime, bem como a atribuição de importância ao mercado imobiliário, contribuiu para o ressurgimento da criminologia ambiental dos anos 70 em diante. Uma novidade neste renascimento da ecologia é que as revisões da teoria ecológica passam a levar em consideração a importância dos fatores político e econômico na análise sobre áreas criminogênicas.

No próximo sub-tópico, serão apresentadas perspectivas criminológicas que foram influenciadas, em menor ou maior grau, pela Escola de Chicago, muitas delas surgidas e desenvolvidas nos últimos 30 anos e que têm se destacado pela capacidade de orientar políticas públicas na área da segurança e controle da criminalidade, o que, aliás, é consentâneo com a veia reformista que marcou parte do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago.

5.3 INFLUENCIANDO OUTRAS PERSPECTIVAS

A Escola de Chicago de Sociologia Urbana inovou a Criminologia ao explorar as relações entre espaço e

⁴³ SMITH, 1989, 14.

⁴⁴ *Ibid*, 159.

crime, sendo que continua a enriquecer a Criminologia atual porque forneceu muitas das ferramentas que são usadas no estudo da criminalidade. Diversas perspectivas criminológicas sofreram sua influência, sendo destacadas as que seguem abaixo.

5.3.1 Teoria estrutural-funcionalista do desvio e da anomia

A relação da Escola de Chicago com a **teoria estrutural-funcionalista do desvio e da anomia** (*strain theory*) está na gênese de ambas, posto que influenciadas pelo trabalho de Émile Durkheim. A idéia Durkheimiana da anomia é a origem da concepção de **desorganização social** e que foi desenvolvida pelos sociólogos de Chicago, como também é a origem do conceito de **patologia social**, que é usado pela teoria do desvio e da anomia para explicar o crime como um problema social, ou seja, como resultado das tensões existentes na estrutura da sociedade. Assim, uma linha comum entre a Escola de Chicago e a teoria do desvio e da anomia é o enfoque na forma em que as condições sociais produzem criminalidade.

A Escola de Chicago foi responsável por apresentar a idéia de crime como um **fenômeno social** – em contra-posição à teoria clássica, ao positivismo biológico e ao positivismo psicológico. Esta idéia é um dos princípios da teoria estrutural-funcionalista do desvio e da anomia acima referida, que veio a ser desenvolvida por Robert Merton na década de 50 e que se preocupava com as causas do crime e sua relação com a estrutura da sociedade.⁴⁵

⁴⁵ Robert Merton escreveu *Social Theory and Social Structure* (1957). Enquanto para a Escola de Chicago a delinquência tem origem na vizinhança, para a teoria da anomia sua origem está na sociedade.

Assim, embora ambas a Escola de Chicago e a teoria do desvio e da anomia possuam conceitos com origem em Durkheim, a primeira antecedeu o trabalho de Merton, tendo sido pioneira na apresentação da concepção de **crime como fenômeno social**, conceito este que foi incorporado pelo último. Daí a contribuição da Escola de Chicago à teoria Mertoniana.

5.3.2 Teoria da associação diferencial

A Escola de Chicago, com o trabalho de George Herbert Mead e outros, também foi precursora do **interacionismo simbólico**, perspectiva criminológica cuja idéia central é que os significados surgem da interação. O interacionismo simbólico da Escola de Chicago influenciou a **teoria da associação diferencial** (*differential association theory*), desenvolvida por Edwin Sutherland,⁴⁶ para quem o crime não é causado nem por característica da personalidade do criminoso e nem pelo ambiente, mas decorre do aprendizado, ou seja, a conduta criminosa é aprendida assim como qualquer outro comportamento é aprendido, aprendizado este que ocorre na interação com outras pessoas através de um processo de comunicação.⁴⁷

⁴⁶ Edwin Sutherland estudou na Escola de Chicago, onde obteve seu doutoramento em 1913, tendo integrado o Departamento de Sociologia como professor-pesquisador de 1930 a 1935.

⁴⁷ Foi na terceira edição de sua obra *Criminology*, publicada em 1939, que Sutherland fez uma apresentação mais sistemática da teoria da associação diferencial. Aplicou sua teoria ao denominado crime de colarinho branco, publicando sobre o assunto: *White Collar Criminality*, *American Sociological Review*, 5: 1-12 (1940); *White Collar Crime*, New Haven: Yale University Press (1940); e *Is 'White Collar Crime' Crime?*, *American Sociological Review*, 10: 132-39 (1945).

5.3.3 Teorias culturais e subculturais

Os argumentos de Sutherland sobre conflito normativo e o conteúdo do que é aprendido (*vide* item 5.3.2) são a base para as **teorias culturais e subculturais**,⁴⁸ aí incluída a **teoria do rótulo ou etiquetagem** (*labeling theory*), que percebe o crime como um processo social, sendo a conduta desviante aquela que as pessoas assim rotulam. O **interacionismo simbólico** foi popularizado e desenvolvido por estas teorias culturais e subculturais, merecendo destaque os nomes de Howard Becker, Edwin Lemert, Kai Erikson, John Kituse e David Matza.⁴⁹

5.3.4 Teoria do aprendizado cultural

A descrição do processo de aprendizagem elaborada por Sutherland (*vide* item 5.3.2) serviu de esteio à **teoria do aprendizado cultural** (*social learning theory*), cujo expoente é Ronald Akers.⁵⁰ À concepção de que o *comportamento criminoso é o comportamento normalmente aprendido*, acrescentaram-se argumentos oriundos de teorias mais modernas, que sustentam que o aprendizado também pode ocorrer através de interações diretas com o meio, independentemente de associações com outras pessoas.⁵¹

5.3.5 Prevenção do crime através do desenho ambiental

Diversas perspectivas que tomaram impulso nos anos 70, embora tenham se afastado da análise estritamente

⁴⁸ VOLD, BERNARD & SNIPES, 1998, 189.

⁴⁹ YOUNG, 1997, 482-3; e também COULON, 1995, 79-80.

⁵⁰ Akers escreveu *Deviant Behavior: A Social Learning Approach* (1973).

⁵¹ VOLD, BERNARD & SNIPES, 1998, 195.

ecológica, possuem raízes na Escola de Chicago, tendo como ponto comum a orientação à prevenção do crime. Nesta linha, surgiu a **prevenção do crime através do desenho ambiental**, usualmente referida como CPTED – sigla em inglês de *crime prevention through environmental design* – e que considera que o desenho arquitetônico de prédios e áreas públicas previne a ocorrência do delito, influenciando no índice de criminalidade. Os pioneiros deste determinismo arquitetônico foram Jane Jacobs (1961)⁵² e C. Ray Jeffery (1971),⁵³ sendo o que seu maior expoente foi Oscar Newman (1972), arquiteto e urbanista de Nova Iorque, que preconizou a perspectiva chamada de **espaço defensível** (*defensible space*).⁵⁴ Newman, combinou noções de antropologia e arquitetura, associando-as ao conceito de vigilância. O espaço defensível se apoia na noção psicológica de territorialidade, noção esta que faz com que as pessoas desejem cuidar e guardar o que é seu,⁵⁵ ou seja, a prevenção do crime se dá através do desenvolvimento de sentimentos de territorialidade entre residentes de uma mesma área através do autopolicamento.⁵⁶

5.3.6 Teorias do controle

As teorias do controle têm por fundamento a idéia de que qualquer pessoa é um criminoso potencial, sendo a

⁵² Publicou *Death and Life of Great American Cities*, Nova Iorque: Random House, 1961.

⁵³ Publicou *Crime Prevention through Environmental Design*, Londres: Sage, 1971.

⁵⁴ PEASE, 1997, 972-973; e GARCÍA-PABLOS DE MOLINA & GOMES, 2000, 277.

⁵⁵ ROCK, 1997, 248.

⁵⁶ LANIER & HENRY, 1998, 195.

oportunidade da prática do crime a maior incentivadora da atividade criminosa. São as formas de controle que evitam que a maioria das pessoas cometa crime. Nesta linha, conclui-se que aqueles que praticam crime o fazem em virtude da fragilidade das forças de controle que estão em operação.

Diversas são as teorias do controle, mas as que serão aqui consideradas são aquelas que receberam alguma influência da teoria ecológica. No caso, as teorias do controle que consideram a variável “espaço”. São elas: a) **teoria das atividades de rotina** (*routine activity theory*), originada no trabalho de Lawrence Cohen e Marcus Felson (1979), que entendem o crime como produto de três fatores conjuntos e que se aliam a certos momentos e lugares: um infrator motivado, uma vítima potencial e a ausência de um guardião capaz;⁵⁷ b) **prevenção situacional do crime** (1980) e **teoria da escolha racional** (1985), já abordadas (vide item 5.2); e c) a denominada **tese das janelas quebradas** (*broken windows*), de James Q. Wilson e George L. Kelling (1982), que, em síntese, preconiza que uma simples janela quebrada é um sinal de que ninguém se importa ou cuida daquele imóvel e isso leva a outros danos e que uma situação individual de desleixo pode contaminar toda uma área, que entra numa espiral de deterioração tanto física quanto das relações sociais de que é palco.⁵⁸ A tese das janelas quebradas é o fundamento teórico da chamada **política de tolerância zero**, segundo a qual o combate às contravenções e aos delitos menores

⁵⁷ Cohen e Felson publicaram o artigo *Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach*, *American Sociological Review*, 1979, 44, 588-608.

⁵⁸ O artigo *Broken Windows* foi publicado no *Atlantic Monthly*, março de 1982, 29-38.

leva a uma redução substancial do nível geral de criminalidade.⁵⁹

Outra teoria do controle e que sofreu alguma influência da Escola de Chicago é a lançada por James Q. Wilson em conjunto com Richard Herrnstein, na obra *Crime and Human Nature* (1985), para quem as causas do crime dependem de três elementos, que são: a) fatores constitucionais (idade, sexo, inteligência, tipo físico e personalidade); b) presença ou ausência de controladores de comportamento (a influir na equação custo-benefício do crime); e c) natureza da consciência (a variar de acordo com a constituição individual e o processo de aprendizagem de cada um). Wilson e Herrnstein colocaram seu foco em explicações sócio-biológicas da criminalidade, com ênfase em ser o crime um fenômeno urbano. Veja-se:

“O crime é uma atividade desproporcionalmente praticada por homens jovens e que moram em grandes centros urbanos. Há criminosos velhos, do sexo feminino, rurais e de pequenas cidades, mas, em um grau muito mais elevado do que seria esperado, criminosos são homens jovens da cidade grande”.⁶⁰

Estudos sobre a interação da vida nos bairros pobres adjacentes ao centro comercial da cidade, métodos inovativos de pesquisa sociológica, como, por exemplo, história de vida, observação participante, o conceito de desorganização social e o compromisso com o desenvolvimento de políticas sociais em relação ao crime e à delinquência são contribuições da Escola de Chicago que têm influenciado uma série de estudos urbanos empíricos e também perspectivas criminológicas.⁶¹

⁵⁹ BURKE, 1998, 12.

⁶⁰ WILSON & HERRNSTEIN, 1985, 26.

⁶¹ HEIDENSOHN, 1989, 16-7.

Os estudos e pesquisas na área da Criminologia, bem como as informações estatísticas sobre a criminalidade, apresentam alguns fatos sobre o crime, dentre eles: 1) o crime é desproporcionalmente praticado por pessoas que moram nos grandes centros urbanos, ou seja, a grande cidade é o ambiente mais propício à ocorrência de crime do que as cidades menores; 2) o crime é desproporcionalmente praticado por pessoas que experimentam alta mobilidade residencial e que residem em áreas assim caracterizadas; e 3) pessoas jovens que se relacionam com delinquentes ou criminosos estão mais sujeitas a se envolverem com a prática de crime.⁶² Os dois primeiros fatos reforçam a intensa relação entre o fenômeno urbano e a criminalidade, ou seja, o caráter criminógeno da cidade, que é a tese central da Escola de Chicago.⁶³ O terceiro achado encontra ressonância na idéia-base do interacionismo simbólico, que é outro tema que exsurge da Escola de Chicago, como visto acima.

⁶² BRAITHWAITE, 1989, 47-8.

⁶³ FIGUEIREDO DIAS & COSTA ANDRADE, 1997, 284.

ANALISANDO AS CIDADES BRASILEIRAS PELA ÓTICA DOS SOCIÓLOGOS DE CHICAGO

SUMÁRIO: 6.1 Aplicação da teoria das zonas concêntricas às cidades brasileiras – dificuldades – 6.2 O surgimento de área semelhante à Zona V do modelo de Burgess nas cidades brasileiras – 6.3 Observando processos: a privatização do espaço público, um fenômeno crescente.

6.1 APLICAÇÃO DA TEORIA DAS ZONAS CONCÊNTRICAS ÀS CIDADES BRASILEIRAS – DIFICULDADES

Uma tentação ao pesquisador é buscar aplicar a teoria das zonas concêntricas às grandes cidades brasileiras ou mesmo de outros países latino-americanos. Entretanto, há dificuldades a serem enfrentadas nesta tarefa. A primeira delas é a diferença quanto a aspectos econômico-industriais. A industrialização nos EUA deu grandes saltos ao longo da segunda metade do século XIX. No Brasil, país essencialmente agrícola, a industrialização só começa a partir de

1890, tendo causa *sui generis*, que foi o excedente de capital oriundo da lavoura cafeeira, ou seja, de uma atividade rural. Apesar dos incentivos que o governo de Getúlio Vargas dá à industrialização, é somente a partir da Segunda Guerra Mundial que o Brasil procura alternativas à suspensão da importação de produtos manufaturados, só se verificando um processo significativo de industrialização a partir dos anos de 1950. Como industrialização e urbanização costumam caminhar juntas, a nossa diferença em relação aos EUA é confirmada pelo fato da população brasileira concentrar seu maior número nas cidades apenas aproximadamente em meados de 1960 (*vide tabela 6*), enquanto nos Estados Unidos este processo se verificou já em 1920, isto é, nossa urbanização tem uma diferença cronológica de aproximadamente meio século em relação à americana.

Tabela 6
Urbanização no Brasil

– 1940 a 1980 –

Ano	População residindo nas cidades (%)
1940	31,2
1950	36,1
1960	44,6
1970	55,9
1980	67,5

Fonte: IBGE

Apesar de nossa urbanização, fenômeno relativamente recente, ainda temos número significativo da população em áreas rurais. Há segmentos da população rural que preferem se manter no campo, apesar das dificuldades estrutu-

rais da sociedade brasileira quanto ao seu assentamento. A lentidão no desenvolvimento de projetos e políticas públicas nesta área rendeu, em El Salvador, uma guerra civil que durou 12 anos, atravessando a década de 1980 e só chegando a termo em 1992. A Nicarágua viveu a Revolução Sandinista, quando segmentos da população se levantaram em armas em 1978, sendo que uma de suas principais causas foi a repressão imposta aos movimentos camponeses. No Brasil, apesar das iniciativas governamentais, havendo até mesmo um órgão voltado para a reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que faz parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) existe desde 1985 e se faz presente em 23 dos 27 estados brasileiros, envolvendo, no ano de 2002, aproximadamente 1,5 milhão de pessoas. O Brasil, distintamente dos EUA e Europa, viveu um processo de industrialização desacompanhado de reforma agrária. A importância da fixação das pessoas do campo no meio rural está no fato do Brasil, diferentemente de muitos outros países, possuir território vasto e desocupado, além de se evitar um aumento da evasão rural, que encontraria cidades que já vivenciam sérios problemas de habitação e desemprego, contribuindo para sua maior saturação e potencialização dos conflitos de que já são portadoras.

Outro fator a dificultar a aplicação da teoria das zonas concêntricas às cidades brasileiras ou de outros países da América Latina decorre do subúrbio aqui, diversamente do que ocorre nos Estados Unidos, usualmente se tratar de área pobre. De regra, quanto mais periférico o lugar, mais empobrecido, o que se explica pelo fato do investimento em transporte e rodovia no Brasil e outros países latino-americanos ser mais modesto do que nos EUA. Logo, quanto mais distante o local, mais propício a se destinar

às residências dos mais pobres, que ocupam as áreas desprezadas pelos que estão afastados da base da pirâmide social, por serem mais baratas ou até mesmo gratuitas. Os mais desfavorecidos também ocupam áreas centrais, desde que apresentem problemas geológicos ou níveis altos de declividade. As pessoas das classes média e alta, a seu turno, instalam suas residências levando em conta uma maior proximidade em relação ao centro comercial, local de trabalho da maioria delas, já que maior distância no trajeto casa-trabalho importa em diminuição da qualidade de vida. Nas grandes cidades litorâneas, o padrão que é encontrado é que o centro se desenvolve a partir do litoral e, assim, os mais favorecidos também residem nos bairros praianos próximos do centro. Esta diferença relativamente ao subúrbio inviabiliza a aplicação do modelo zonal de Burgess à nossa realidade.

Uma terceira dificuldade quanto a esta aplicação está no fato de nossas maiores cidades não serem tão homogêneas entre si como são algumas cidades americanas. A homogeneidade das grandes metrópoles dos EUA aqui referida é no sentido de que comungavam dos seguintes fatores: industrialização, recebimento de grandes levas de imigrantes e crescimento acelerado da população e do espaço físico. As cidades brasileiras, à exceção de São Paulo e, em menor grau, Rio de Janeiro, não vivenciaram tais eventos.

Brasília, a capital, é uma cidade projetada e recente, posto que fundada em 1960, concebida no formato de um avião, não se assemelhando a qualquer outra. Brasília possui uma característica em sua gênese que a faz exclusiva, que é a idéia contida no Plano Piloto de que seus habitantes viveriam em moradias do mesmo tipo, as superquadras, de forma que, diversamente das outras cidades brasileiras, buscava-se evitar que as diferenças

classistas se fizessem visíveis no espaço urbano, objetivo que não se atingiu se considerarmos a periferia de Brasília, composta por cidades satélites marcadas pela pobreza e, na linguagem dos sociólogos de Chicago, desorganização social. Outra característica que marca o caráter único de Brasília é o fato de ter sido construída exclusivamente com verbas públicas.¹

São Paulo, principal cidade do país, tem características que a fazem única. É o principal centro industrial e financeiro. É também a cidade mais populosa. Possui enorme diversidade étnico-cultural em razão das grandes levadas de migrantes e imigrantes que recebeu. É a cidade brasileira que mais se aproxima das americanas quanto à reunião dos fatores *imigração, industrialização e crescimento rápido*.

Belo Horizonte, fundada em 1897, foi construída para ser a capital de Minas Gerais, tendo sido planejada de acordo com o que havia de mais moderno na época em termos de urbanismo. Seu traçado urbano é em forma de tabuleiro. Apesar de planejada, teve crescimento desordenado a partir da década de 1940 em razão do desenvolvimento industrial da região.²

Exemplo emblemático de cidade recheada de peculiaridades, especialmente quanto ao seu espaço, é o Rio de Janeiro, que possui muitos morros, ao contrário de Chicago, que é plana. A consequência disto é que residem nos morros ou o pobre ou o rico. Os menos favorecidos que moram nos morros são aquelas pessoas que se sujeitam ao acesso difícil – o sobre-e-desce ladeira – e à escassez de serviços e infra-estrutura precária. Os mais favorecidos que escolhem estes lugares para sua residência são pessoas

¹ BREFE, 1995, 26 e 29.

² *Ibid*, 17 e 19.

que têm condições de construir, a um custo maior do que o usual, casas e mansões nos morros ou encostas, como é o caso de alguns bairros da zona sul da cidade, como, por exemplo, São Conrado e Joatinga. A topografia acidentada e irregular da cidade afeta a disposição das faixas padronizadas em círculos ou mesmo outra forma.

Entretanto, a despeito das cidades brasileiras e americanas possuírem conceitos distintos de subúrbio, a teoria das zonas concêntricas parece se amoldar, ainda que parcialmente, ao Rio de Janeiro, pois seu centro comercial principal é cercado de bairros pobres (Bairro de Fátima, Caju, Catumbi, Cidade Nova, Estácio, Gamboa, Lapa, Santo Cristo, São Cristóvão e Saúde), contendo diversos galpões e fábricas abandonados, alguns deles possuindo presídios em seu território, outros contendo cemitérios, estando vários destes bairros próximos ao cais do porto, sendo que um deles contém o depósito de lixo da cidade, apresentando estas áreas um traço comum de deterioração e decadência, o que bem lembra a Zona II do modelo zonal de Burgess.

6.2 O SURGIMENTO DE ÁREA SEMELHANTE À ZONA V DO MODELO DE BURGESS NAS CIDADES BRASILEIRAS

A pesar das dificuldades de se tentar aplicar a teoria das zonas concêntricas às cidades brasileiras, um aspecto desta teoria é facilmente aplicável a uma situação recente e que tem atingido cada vez mais cidades. Uma tendência surgida há aproximadamente 25 anos é o deslocamento de número significativo de pessoas para condomínios de luxo situados em áreas distantes do centro comercial principal, condomínios estes que se assemelham a cidades, com lojas

dentro de sua área e população muitas vezes superior a cinco mil pessoas, portanto, mais populosos que muitos municípios, e que são cercados por muros e dotados de monitoramento de seus espaços por circuito de tv e vigilância permanente. É o caso, em São Paulo, de Alphaville e, no Rio de Janeiro, de condomínios situados na Barra da Tijuca, como, por exemplo, Nova Ipanema e Novo Leblon.

Este tipo de condomínio fechado, localizado distante do centro comercial e que pode ser encontrado nos grandes centros urbanos brasileiros a partir de meados da década de 1970 se adequa à denominada área dos *commuters* da teoria das zonas concêntricas de Burgess, que é a Zona V. A solução que atende a muitos de seus moradores para se vencer a distância até o centro com melhor qualidade de vida é a disponibilização de linhas de ônibus com ar-condicionado, exclusivas para os residentes destes condomínios.

Segundo a jornalista Rosana Zakabi, em seu artigo *Viver em condomínio*, publicado na Revista Veja, um milhão de brasileiros vivem em condomínios fechados situados na circunvizinhança das grandes cidades, sendo que São Paulo conta com mais de 300 deste tipo de empreendimento, havendo 176 nos arredores de Curitiba, e Goiânia, que não possuía nenhum, já conta com 10, mesmo número que há em Manaus. Segundo Zakabi, os moradores destes condomínios somados aos dos condomínios fechados representados por conjuntos de casas ou ruas cercados por muros atingem a cifra de quatro milhões. O megacondomínio Alphaville, a 23 quilômetros da Cidade de São Paulo, construído na década de 1970, é o mais emblemático de todos em razão de ter sido o primeiro deste gênero e também em função de sua estrutura gigantesca: 40 restaurantes, 16 agências bancárias, dois prontos-socor-

ros, um *shopping center*, 40 mil moradores e uma população flutuante diária de 170 mil pessoas.³

Manuel Castells explica que o aumento das tensões sociais e a decadência da cidade são as causas que levam as elites a se agruparem em comunidades fechadas. Segundo aponta, este *emuralhamento* dos mais favorecidos é, no final dos anos de 1990, um fenômeno mundial.⁴

A antropóloga Teresa Pires do Rio Caldeira, em obra importante sobre o tema, *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, confirma o comentário de Castells e explica a lógica que ampara esta mudança:

“A violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social. Nas duas últimas décadas, em cidades tão diversas como São Paulo, Los Angeles, Johannesburgo, Buenos Aires, Budapeste, Cidade do México e Miami, diferentes grupos sociais, especialmente das classes mais altas, têm usado o medo da violência e do crime para justificar tanto novas tecnologias de exclusão social quanto sua retirada dos bairros tradicionais dessas cidades. Em geral, grupos que se sentem ameaçados com a ordem social que toma corpo nessas cidades constroem enclaves fortificados para sua residência, trabalho, lazer e consumo. Os discursos sobre o medo que simultaneamente legitimam essa retirada e ajudam a reproduzir o medo encontram diferentes referências. Com frequência, dizem respeito ao crime e especialmente ao crime violento. Mas elas também incorporam preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas aos pobres e marginalizados. Invariavelmente, a circulação desses discursos do medo e a

³ ZAKABI, 2002, 94-101.

⁴ CASTELLS, 2002, 348-9.

proliferação de práticas de segregação se entrelaçam com outros processos de transformação social: transições democráticas na América Latina; pós-*apartheid* na África do Sul; pós-socialismo no leste europeu; transformações étnicas decorrentes de intensa imigração nos Estados Unidos. No entanto, as formas de exclusão e encerramento sob as quais as atuais transformações espaciais ocorrem são tão generalizadas que se pode tratá-las como parte de uma fórmula que elites em todo o mundo vêm adotando para reconfigurar a segregação espacial de suas cidades”.⁵

Teresa Caldeira chama os condomínios fechados de “versão residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que chamo de enclaves fortificados”.⁶ Estes enclaves fortificados – condomínios fechados, conjunto de escritórios e *shopping centers*, bem como espaços que vêm sendo adaptados a este modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos – possuem as seguintes características básicas: 1) são propriedade privada para uso coletivo; 2) enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade; 3) são fisicamente demarcados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos; 4) são voltados para o interior e não em direção à rua; 5) são controlados por guardas armados e sistemas de segurança, a impor regras de inclusão e exclusão; e 6) são flexíveis, podendo se situar praticamente em qualquer lugar, em razão de sua autonomia e independência em relação ao seu entorno.⁷

Esta estratégia, que envolve especialmente a moradia, o lazer e o consumo, segue a lógica da segregação. A cidade deixa de ser um todo contínuo e passa a ser um

⁵ CALDEIRA, 2000, 9.

⁶ *Ibid.*, 258.

⁷ *Ibid.*, 258-9.

conjunto composto por diversas comunidades ilhadas. A cisão social fica ao mesmo tempo mais acentuada e mais evidente, havendo diversos exemplos de condomínios de luxo vizinhos a favelas.

Ao mesmo tempo em que se multiplicam estas formas de enclaves fortificados, as grandes cidades brasileiras vêm apresentando um aumento no número de favelados, o que evidencia o aumento da distância social entre as classes que as habitam (*vide tabelas 7, 8 e 9*, que são relativas às duas maiores cidades do país, sendo que as tabelas 7 e 8 se referem à cidade de São Paulo, porém, são oriundas de fontes diversas), destacando-se que, no *ranking* nacional, a cidade de São Paulo ocupa a primeira colocação em concentração de favelas (612), seguida do Rio de Janeiro (513), Fortaleza (157), Guarulhos (136), Curitiba (122), Campinas (117), Belo Horizonte (101), Osasco (101), Salvador (99) e Belém (93), consoante dados preliminares do Censo Demográfico de 2000.⁸

Tabela 7
Crescimento da população residente em favelas no
Município de São Paulo

- 1991 a 1996 -

Ano	População residindo nas favelas (%)
1991	6,7
1996	7,6

Fonte: Censos Demográficos 1991 e 1996, IBGE

⁸ O IBGE considera favelas e assemelhados como "aglomerados subnormais". *Aglomerado subnormal* é o conjunto formado por mais de 50 unidades habitacionais, situadas em terreno de propriedade alheia

Tabela 8
Crescimento da população residente em favelas no
Município de São Paulo

– 1987 a 1993 –

Ano	População residindo nas favelas (%)
1987	8,8
1993	19,2

Fonte: Pesquisa FIPE⁹

Tabela 9
Crescimento da população residente em favelas no
Município do Rio de Janeiro

– 1991 a 2000 –

Ano	População residindo nas favelas (%)
1991	16,1
1996	17,1
2000	18,6

Fonte: Censos Demográficos 1991, 1996 e 2000, IBGE¹⁰

(pública ou particular), com ocupação desordenada, densa e, em geral, carente de serviços públicos essenciais.

⁹ A diferença nos números do IBGE e da FIPE é explicada, em sua maior parte, pelo fato do primeiro considerar favela apenas o aglomerado com pelo menos 51 unidades habitacionais, enquanto a segunda não utiliza este parâmetro numérico.

¹⁰ Os dados referentes ao ano de 2000 foram fornecidos pelo Instituto Pereira Passos, da Secretaria Municipal de Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro e se baseiam nos dados preliminares do Censo IBGE 2000. A previsão é de que os resultados completos do Censo 2000 sejam divulgados em capítulos até 2003.

Paulo Bastos Cezar, do Instituto Pereira Passos, sobre os dados acerca da cidade do Rio de Janeiro, observa que a taxa de crescimento da população residente em favelas é de 2,4% ao ano, enquanto o resto da cidade cresce apenas 0,38%, o que significa que “as ‘favelas’ crescem em um ano o que o ‘asfalto’ leva mais de seis anos para crescer, no conjunto.” Ao que acrescenta: “E o crescimento das ‘favelas’ se acelerou recentemente, pois na década anterior a população dos setores subnormais havia crescido apenas 1,91% ao ano”.¹¹

O grupo dos residentes em favelas, a despeito de toda ordem de problemas que vivenciam, o que envolve infraestrutura precária e escassez de serviços, está melhor situado na estrutura urbana do que as populações chamadas de rua, que inclui os sem-teto, mendigos e meninos e adolescentes de rua. É que o morador da favela possui uma moradia, um endereço, um teto sobre sua cama e que não é nem a marquise e nem o tempo. Quando um morador de favela é desalojado de sua casa, o que acontece com muitos em razão de desocupação forçada (administrativa ou judicial), perde um aspecto relevante de sua identidade e posição sociais, perde seu local de referência. Como consequência, se trabalhava com vínculo empregatício, terá maior chance de perder seu emprego, seja pela ausência de endereço, seja pelo seu asseio pessoal, que fica comprometido. Se procurava emprego, pelas mesmas razões, encontrará mais portas fechadas.

Os mais favorecidos se isolam dos demais através de uma fragmentação do espaço social. Esta polarização faz aumentar a distância social entre os dois grupos e, como adverte o criminologista Nils Christie, é a distância social que aumenta a tendência de que certas condutas sejam criminalizadas,¹² o que se explica pelo fato da polarização

¹¹ INSTITUTO PEREIRA PASSOS, 2002, 2.

¹² CHRISTIE, 1994, 23.

social fazer aumentar o desconhecimento sobre “o outro”. A elite e seus filhos só têm algum contato com pessoas de classe social distinta da sua quando estão numa relação direta de hierarquia laboral, ou seja, o contato com a empregada doméstica, com o motorista particular, com o salva-vidas da piscina do condomínio ou com o porteiro e o vigia. Não lidam, como outrora, com as pessoas que viviam e trabalhavam no comércio local. Estas ou os filhos destas nem mesmo entram mais em seu campo visual, ainda que comunidades pobres se formem próximo ao seu condomínio fechado, inclusive para fornecer a mão-de-obra, geralmente desqualificada e barata, de que necessitam. No mais, relacionam-se apenas com seus iguais. A sociedade passa, assim, a ser portadora de menos diversidade social. Aproveitando uma analogia ecológica, é como se a cidade deixasse de ser uma floresta heterogênea e se tornasse um conjunto de bosques homogêneos, sendo os bosques diferenciados entre si.

Assim, apesar de singularidades da realidade urbana brasileira, não se pode deixar de considerar a pertinência do debate sobre a cidade dual (*dual city*), que é marcada pela polarização do rico e do pobre, combinada com um aumento da economia informal e redução de serviços sociais. A ordem espacial da cidade fica *dualizada*, reflexo que é desta polarização social. Um ingrediente importante nesta fórmula é o achatamento da classe média. O fato dos ricos ficarem mais ricos, em razão da existência de um processo concentrador de renda (abaixo abordado), e o aumento das populações faveladas indicam que a classe média, via de consequência, tende a ficar menor.

Segundo a socióloga Saskia Sassen, vivemos uma época de valorização de trabalhadores altamente especializados e que, portanto, recebem altos salários e, de outro lado, há uma desvalorização de outras atividades econômicas e

respectivos trabalhadores.¹³ Embora seja difícil mensurar estas tendências, Sassen aponta que “há evidência a mostrar um crescimento em favor dos setores mais altos e em desfavor dos mais baixos em todas as cidades”.¹⁴ Destaca, ainda, que este processo, que é concentrador de renda, não implica propriamente no desaparecimento da classe média, mas que sua dinâmica não é a de expandir os estratos médios e que a classe média, enquanto setor significativo, dependerá de diversas questões, especialmente das políticas públicas que vierem a ser desenvolvidas.¹⁵

A disseminação dos condomínios fechados e o aumento do número de favelados contribuem para a criação da cidade dual, marcada pelo *apartheid* espacial e pela polarização social. Porém, o surgimento destes condomínios não existe destacado de um fenômeno maior, que é o da privatização do espaço público, que é um fenômeno mundial e crescente.

6.3 OBSERVANDO PROCESSOS: A PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, UM FENÔMENO CRESCENTE

Um fenômeno crescente é a privatização do espaço público, seja pela utilização privada de áreas públicas, seja pela utilização de espaços privados de recreação e lazer em substituição aos correlatos públicos. Exemplo de utilização privada de áreas públicas é a ocupação de ruas e

¹³ Saskia Sassen é professora de sociologia na Universidade de Chicago e professora visitante na London School of Economics and Political Science. É autora de diversos livros em sociologia urbana, dentre eles *The Global City*.

¹⁴ SASSEN, 2001, 362.

¹⁵ *Ibid*, 362.

praças por camelôs, quadro comum nas grandes cidades brasileiras. A criação de cidades fechadas dentro da cidade acompanha este fenômeno de privatização de espaços públicos, o que inclui a privatização do controle social, característica do entrincheiramento social em que se encontram tanto os mais ricos quanto os mais pobres, cada um de seu lado da cidade, nesta cidade dicotômica e cindida.

O passeio nas praças e outras áreas públicas em finais de semana e feriados vem sendo substituído pelo passeio nos *shopping centers*, que vêm aumentando em número e tamanho, de forma que o lazer da sociedade de consumo em seu estágio atual é marcado pelo convite constante à aquisição de mercadorias e serviços. Nesta linha de incentivo ao consumo, cartões de crédito chegam às casas das pessoas sem sequer terem sido solicitados. Diversas ruas vêm sendo “fechadas” por seus moradores, especialmente as do tipo “sem saída”, através da colocação de guarita e vigia particular para controlar a entrada e saída das pessoas naqueles trechos. Moradores contratam vigias para suas ruas. Há, inclusive, associações de moradores que são formadas para o fim precípua de administrar tais contratações. Multiplicam-se as empresas de segurança privada. Nils Christie, em livro publicado em 1994, versando sobre a globalização do fenômeno, aponta que o setor da segurança privada está em expansão nos Estados Unidos e Europa, destacando que nos Estados Unidos, segundo relatório do ano de 1991, do National Institute of Justice, sediado em Washington, as agências de segurança privada contavam com 1,5 milhão de empregados contra 600 mil agentes públicos.¹⁶ Brian Forst, em 1999, previu que, no ano 2000, esta relação

¹⁶ CHRISTIE, 1994, 106.

seria de 2,5 milhões agentes privados contra 800.000 policiais.¹⁷

No Brasil, muitos dos vigias de rua e vigilantes das empresas privadas, de segurança ou não, são policiais, civis e militares, que têm nesta atividade particular o seu segundo emprego. Os sócios de algumas empresas de segurança são, inclusive, policiais, eventualmente militar de alta patente, significando que ele poderá ser “mais comandante” em sua atividade empresarial privada do que em sua função pública. Este quadro de envolvimento de policiais com esta atividade coloca em xeque um aspecto ético profissional que ultrapassa a problemática do público-privado, que é a questão de até que ponto sua baixa eficiência no serviço público garante mais mercado e melhores rendimentos à sua atividade privada.

Ainda sobre a privatização do controle social, registra-se que cresce em escala global um movimento de privatização das prisões, iniciado nos Estados Unidos em 1976 e que já atingiu, através de sua forma mais drástica, que é a administração da prisão por uma empresa privada, diversos países, dentre eles África do Sul, Austrália, Escócia, Inglaterra e Nova Zelândia.¹⁸ Kristel Beyens e Sonja Snacken, no artigo *Prison Privatization: An International Perspective*, concluem que “a evidência encontrada em diferentes países indica que o setor da prisão pode ser considerado como um grande mercado internacional

¹⁷ FORST & MANNING, 1999, 34.

¹⁸ Sobre o tema *privatização de prisões*, são obras importantes: *Privatization and the penal system* (1989), de Mick Ryan e Tony Ward; *The History and Politics of Private Prisons* (1993), de Martin Sellers; *Crime Control as Industry* (1994), de Nils Christie; *Punishment for Profit* (1995), de David Shichor; e *Privatizing Prisons: Rhetoric and Reality* (1997), de Adrian James *et al.* A obra de Christie está traduzida para o português pela Editora Forense, 1998.

em expansão”.¹⁹ Stephen Nathan, também especialista sobre o tema, aponta que uma grande empresa deste setor, a Corrections Corporation of America (CCA), já teria identificado o Brasil, a China e o México como mercados de seu interesse.²⁰ Segundo Nathan, outra empresa do ramo, a Wackenhut Corrections Corporation, em seu relatório anual de 1994, faz referência ao desenvolvimento, na América do Sul, de um mercado favorável às prisões privadas.²¹

As modificações havidas na estrutura das famílias, sendo algumas de suas causas a crise da família patriarcal, o aumento do número de divórcios e o fato positivo de cada vez mais mulheres participarem do mercado de trabalho, levam as crianças a serem entregues cada vez mais cedo às creches, ou seja, a criação e supervisão da criança que ocorria dentro da família agora é terceirizada cada vez mais e mais cedo. Da mesma maneira, terceiriza-se com mais frequência as festas comemorativas, que passam a ser realizadas em casas de festas e restaurantes, ou seja, os amigos não frequentam mais a casa do outro, mas locais “neutros”. Em muitos casos, não é mais um grupo de parentes e amigos a cantar o tradicional “Parabéns”, mas garçons do restaurante, geralmente totalmente desconhecidos do aniversariante, algumas vezes acompanhados pela solidariedade festiva de clientes sentados nas mesas próximas, igualmente desconhecidos do festejado. Até o entretenimento das crianças, que costumava ser feito por algum parente ou amigo mais lúdico, é entregue a terceiros desconhecidos e que são pagos para a tarefa. Exemplo limite da MacDonaldisação – para aproveitar o termo

¹⁹ BEYENS & SNACKEN, 1996, 258.

²⁰ NATHAN, 1995a, 20.

²¹ NATHAN, 1995b, 17.

cunhado pelo sociólogo George Ritzer no livro *The McDonaldization of Society*, de 1993 – das relações sociais é a realização de festas infantis em lanchonetes de *fast-food* e que são animadas por jovens uniformizados no estilo da franquia e que têm duração de poucas horas, geralmente cronometradas à risca. Enquanto as crianças ingressam mais cedo às creches, os idosos são cada vez mais entregues a asilos ou aos denominados “hotéis para a terceira idade”. Todas estas cenas refletem uma exponenciação da impessoalidade e do anonimato referidos por Louis Wirth e que fecundam as relações sociais na cidade grande e que faz com que as pessoas, cada vez mais, tornem-se *commodities*.

Neste processo de privatização geral, sobra para os mais pobres um sistema de saúde e previdência que os demais já substituíram por planos de saúde privados e previdência privada e/ou fundacional, que são muito superiores em qualidade e vantagens. Também sobra para os mais pobres uma escola pública deteriorada pela falta de professores e de investimento. A classe média, que no passado tinha seus filhos ocupando as carteiras da escola pública, hoje se vale do ensino privado, reconhecidamente de melhor qualidade. Os menos favorecidos têm à sua disposição áreas públicas para seu lazer que, além de não serem muitas, pouco oferecem, ao contrário dos clubes, dentro ou fora de condomínios, parques temáticos e outras formas de lazer pago que estão disponíveis aos que estão melhor situados na escala social e econômica.

Vê-se, assim, que a forma de ocupação dos espaços da cidade está diretamente relacionada com as interações sociais que neles ocorrem, que, a seu turno, estão relacionadas, tantas vezes sutil e sempre complexamente, à política e à ideologia preponderante.

Ainda que se encontre restrição à utilização da teoria ecológica às cidades brasileiras, a reflexão sobre o tema

certamente haverá de contribuir para se conhecer melhor o fenômeno urbano, seja através do estudo da Escola de Chicago pelo viés da ecologia humana, que foi o principal foco de atenção deste trabalho, seja pelas suas duas outras linhas importantes, que são as idéias de Louis Wirth sobre urbanismo como forma de vida e o interacionismo simbólico.

Apesar das dificuldades com relação à aplicação da teoria das zonas concêntricas às cidades brasileiras, a elaboração deste capítulo, a despeito de algumas observações baseadas em macro teorias,²² procurou seguir o moto dos sociólogos de Chicago quanto a ser a cidade, seja ela americana, brasileira ou de qualquer outra nacionalidade, um grande laboratório social.

²² Uma característica da Escola de Chicago era a de rebater as grandes teorias com o empirismo.

CONCLUSÃO

A Escola de Chicago, em razão de suas contribuições para a compreensão da criminalidade e especialmente da relação desta com o espaço urbano, ocupa posição de destaque na história da sociologia do crime, da delinquência e do controle social. Decerto que uma perspectiva criminológica sozinha encontrará entraves para dar conta deste vasto universo que é a sociedade criminógena. O importante, pois, é a originalidade, o poder de influenciar outras correntes e, sem dúvida, contribuir para o entendimento deste pedaço tão intrincado e precioso da realidade social que é o crime. Nesta perspectiva, o trabalho da Escola de Chicago é notável e de difícil equiparação.

O legado da Escola de Chicago contribui para que os países em desenvolvimento considerem os “efeitos colaterais” da urbanização/industrialização, processos que experimentam com atraso em relação aos países chamados de Primeiro Mundo, de maneira a minorar as suas consequências sociais negativas, que são, por exemplo, a segregação social através de guetos e favelas, assim como a criminalidade que eflui com maior vigor de uma sociedade onde os laços sociais estão menos coesos e suas instituições contam com baixo índice de credibilidade junto à população.

Aos países desenvolvidos, o trabalho da Escola de Chicago, em uma releitura atualizada, serve de alerta à

A melhor compreensão do fenômeno urbano torna possível o desenvolvimento de políticas públicas de forma que o Poder Público chegue, como lhe compete, à totalidade dos espaços da cidade, diminuindo, com isso, a exclusão social e, conseqüentemente, a criminalidade dela decorrente e que com freqüência vitima estes próprios excluídos. Assim, sem perder de foco as contradições e conflitos que compõem as múltiplas e complexas interações sociais, com uma cidade mais urbana, planejada, pensada e repensada, bem como portadora de maior diversidade e com menor segregação, a conseqüência provável será uma população mais feliz.

Mas será que o Poder Público está interessado em chegar à totalidade dos espaços da cidade? E, caso esteja, estarão suas políticas públicas comprometidas com a mudança? Será que, como sugere Castells, a preocupação dos governos com os problemas urbanos é apenas uma construção ideológica para desviar a atenção popular de processos políticos? Estas indagações ficam para a reflexão, sendo certo que a compreensão do fenômeno urbano e da criminalidade que tem por palco a cidade reclamam cada vez mais uma apreciação multidisciplinar, o que só faz agregar riqueza ao tema.

A cidade, intrincado livro de pedra, concreto e aço cujos habitantes são seus personagens. A cidade, fenômeno visível e invisível, impregnada de obviedades e sutilezas, dualidades e polarizações, com seus portais escancarados, a convidar o pesquisador, com tanto a ser explorado, Mundo Novo fadado a jamais se tornar Velho, continente infinito que é.

BIBLIOGRAFIA ■

- ABBOTT, Andrew. *Department and Discipline: Chicago school at one hundred*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- ABU-LUGHOD, Janet. *New York, Chicago, Los Angeles: America's global cities*. Mineápolis: University of Minnesota Press, 1999.
- AGÊNCIA DE RECENSEAMENTO DOS EUA. *1990 Population and Housing Unit Counts: United States*. Em *1990 Census of Population and Housing*. Tabela 4. Population Division. Washington: outubro de 1993.
- AGÊNCIA DE RECENSEAMENTO DOS EUA; Gibson, Campbell. *Population of the 100 largest cities and other urban places in the United States: 1790 to 1990*. Population Division working paper 27. Washington: junho de 1998.
- AGÊNCIA DE RECENSEAMENTO DOS EUA; Gibson, Campbell e Lennon, Emily. *Historical census statistics on the foreign-born population of the United States: 1850 to 1990*. Population Division working paper 29. Washington: fevereiro de 1999.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- BEYENS, Kristel e SNACKEN, Sonja. *Prison Privatization: An International Perspective*. Em MATTHEWS, Roger e FRANCIS, Peter (eds.), 240-65. *Prisons 2000: An International Perspective on the Current State and Future of Imprisonment*. Londres: MacMillan Press, 1996.
- BOTTOMS, Anthony e WILES, Paul. *Environmental Criminology*. Em MAGUIRE, Mike, MORGAN, Rod e REINER, Robert (eds.), 305-59. *The Oxford Handbook of Criminology*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1997.

- BRAITHWAITE, John. *Crime, shame and reintegration*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- BREFE, Ana Cláudia. *As Cidades Brasileiras no Pós-Guerra*. 3. ed. São Paulo: Atual Editora, 1995.
- BULMER, Martin. *The Chicago School of Sociology: Institutionalization, Diversity, and the Rise of Sociological Research*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.
- BURGESS, Ernest. *The Growth of the City: An Introduction to a Research Project*. Em PARK, Robert, BURGESS, Ernest e MCKENZIE, Roderick (eds.), 47-62. *The City*. Chicago: University of Chicago Press, 1925. Reimpressão de 1984, Midway Reprint.
- BURGESS, Ernest e BOGUE, Donald. *Contributions to Urban Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1964.
- BURKE, Roger. *A Contextualisation of Zero Tolerance Policing Strategies*. Em BURKE, Roger (ed.), 11-38. *Zero Tolerance Policing*. Leicester: Perpetuity Press, 1998.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *The Space of Flows (1996, 2nd edn 2000)*. Em SUSSER, Ida (ed.), 314-66. *The Castells Reader on Cities and Social Theory*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *The Urban Ideology (1972)*. Em SUSSER, Ida (ed.), 34-70. *The Castells Reader on Cities and Social Theory*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *Urban Sociology in the Twenty-first Century (2000)*. Em SUSSER, Ida (ed.), 390-406. *The Castells Reader on Cities and Social Theory*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *Urbanization (1972)*. Em SUSSER, Ida (ed.), 15-33. *The Castells Reader on Cities and Social Theory*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.
- CHRISTIE, Nils. *Crime Control as Industry*. 2. ed. Londres: Routledge, 1994.
- CLARKE, Ronald. *Situational Crime Prevention: Theory and Practice*. Em *British Journal of Criminology*, 1980, 20: 136-47. Também publicado em MUNCIE, John, MCLAUGHLIN, Eugene e LANGAN, Mary (eds.), 332-42. Londres: Sage, 1996.

- CLARKE, Ronald e CORNISH, Derek. *Modeling Offender's Decisions*. Em TONRY, Michael e MORRIS, Norval (eds.), 147-86. *Crime and Justice: An Annual Review of Research*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.
- COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus Editora, 1995.
- CRESSEY, Paul. *Population Succession in Chicago: 1898-1930*. Em SHORT, Jr, James (ed.), 109-19. *The Social Fabric of the Metropolis: Contributions of the Chicago School of Urban Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.
- DANIELS, Roger. *Coming to America: a history of immigration and ethnicity in American life*. Nova Iorque: Harper Perennial, 1990.
- DEEGAN, Mary Jo. *The Second Sex and the Chicago School: Women's Accounts, Knowledge, and Work, 1945-1960*. Em FINE, Gary (ed.), 322-364. *A Second Chicago School? The Development of a Postwar American Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- DICKENS, Charles. *Hard Times*. Ware, Hertfordshire: Wordsworth Editions, 1995.
- DOWNES, David e ROCK, Paul. *Understanding Deviance: a guide to the sociology of crime and rule-breaking*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- EINSTADTER, Werner e HENRY, Stuart. *Criminological theory: an analysis of its underlying assumptions*. Fort Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1995.
- EINSTADTER, Werner e HENRY, Stuart. *The Criminology Theory Reader*. Nova Iorque: New York University Press, 1998.
- EUFRASIO, Mário. *Estrutura urbana e ecologia urbana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)*. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo/Editora 34, 1999.
- FARIS, Robert. *Chicago Sociology: 1920-1932*. San Francisco: Chandler Publishing Company, 1967.
- FIGUEIREDO DIAS, Jorge de e COSTA ANDRADE, Manuel da. *Criminologia: O Homem Delinqüente e a Sociedade Criminológica*. 2. reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.

- FORST, Brian e MANNING, Peter. *The Privatization of Policing: Two Views*. Washington: Georgetown University Press, 1999.
- FREY, William, ABRESCH, Bill e YEASTING, Jonathan. *America by the numbers: a field guide to the U.S. population*. Nova Iorque: New Press, 2001.
- GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio e GOMES, Luiz Flávio. *Criminologia*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- GARLAND, David. *The Development of British Criminology*. Em MAGUIRE, Mike, MORGAN, Rod e REINER, Robert (eds.), 11-56. *The Oxford Handbook of Criminology*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *Sociology*. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 1997.
- GOTTFREDSON, Michael e HIRSCHI, Travis. *A General Theory of Crime*. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- GUTMAN, Herbert. *Work, culture, and society in industrializing America*. Nova Iorque: Vintage Books, 1977.
- HAWLEY, Amos. *Human Ecology: A Theoretical Essay*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- HEIDENSOHN, Frances. *Crime and Society*. Londres: Macmillan Press, 1989.
- HOBBS, Dick. *Criminal Collaboration: Youth Gangs, Subcultures, Professional Criminals, and Organized Crime*. Em MAGUIRE, Mike, MORGAN, Rod e REINER, Robert (eds.), 801-40. *The Oxford Handbook of Criminology*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil 1999*. Vol. 59. 2-12 e 2-13. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- INSTITUTO PEREIRA PASSOS; Cezar, Paulo. *Evolução da população de favelas na cidade do Rio de Janeiro*. Coleção Estudos da Cidade. Rio de Janeiro: fevereiro de 2002.
- JOAS, Hans. *Pragmatism and Social Theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- KORNHAUSER, Ruth. *Social Sources of Delinquency*. Chicago: University of Chicago Press, 1978.

- KRUPAT, Edward. *People in Cities: The Urban Environment and its Effects*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- LANIER, Mark e HENRY, Stuart. *Essential Criminology*. Boulder: Westview Press, 1998.
- LEA, John e YOUNG, Jock. *What Is To Be Done About Law and Order? Crisis in the Nineties*. Boulder: Pluto Press, 1993.
- LOPATA, Helena. *Postscript*. Em FINE, Gary (ed.), 365-386. *A Second Chicago School? The Development of a Postwar American Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- MARSHALL, Gordon. *Oxford Dictionary of Sociology*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- MAYRINK DA COSTA, Álvaro. *Raízes da Sociedade Criminógena*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1997.
- MCKENZIE, Roderick. *The Ecological Approach to the Study of the Human Community*. Em SHORT, Jr, James (ed.), 17-32. *The Social Fabric of the Metropolis: Contributions of the Chicago School of Urban Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.
- MORRIS, Terence. *The Criminal Area: A Study in Social Ecology*. Londres: Routledge e Kegan Paul, 1957.
- MUNCIE, John. *Youth and Crime: A Critical Introduction*. Londres: Sage Publications, 1999.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NATHAN, Stephen. *Privatisation: Factfile 10*. Em *Prison Report*, 31, 13-20 (1995a).
- NATHAN, Stephen. *Privatisation: Factfile 11*. Em *Prison Report*, 32, 11-18 (1995b).
- PARK, Robert. *A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano*. Em GUILHERME VELHO, Otávio (org.), 26-67. *O Fenômeno Urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- PARK, Robert. *The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*. *American Journal of Sociology*, 20 (1915), 577-612. Republicado em PARK, Robert, BURGESS, Ernest e MCKENZIE, Roderick (eds.), 1-46. *The City*. Chicago: University of Chicago Press, 1925. Reimpressão de 1984, Midway Reprint.

- PARK, Robert. *Community Organization and Juvenile Delinquency*. Em PARK, Robert, BURGESS, Ernest e MCKENZIE, Roderick (eds.), 99-112. *The City*. Chicago: University of Chicago Press, 1925. Reimpressão de 1984, Midway Reprint.
- PATTON, Phil. 'Sell the cookstove if necessary, but come to the Fair'. Em *Smithsonian*, 38-50. Washington: Smithsonian, junho de 1993.
- PEASE, Ken. *Crime Prevention*. Em MAGUIRE, Mike, MORGAN, Rod e REINER, Robert (eds.), 963-95. *The Oxford Handbook of Criminology*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- REINHARZ, Shulamit. *The Chicago School of Sociology and the Founding of the Graduate Program in Sociology at Brandes University: A Case Study in Cultural Diffusion*. Em FINE, Gary (ed.), 273-321. *A Second Chicago School? The Development of a Postwar American Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- RIIS, Jacob. *How the Other Half Lives: Studies Among the Tenements of New York*. Nova Iorque: Penguin Books, 1997.
- RISJORD, Norman e HAYWOODE, Terry. *A History of The United States from 1877*. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, Publishers, 1979.
- ROCK, Paul. *Sociological Theories of Crime*. Em MAGUIRE, Mike, MORGAN, Rod e REINER, Robert (eds.), 233-64. *The Oxford Handbook of Criminology*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- SASSEN, Saskia. *The Global City*. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- SHAW, Clifford e MCKAY, Henry. *Male Juvenile Delinquency as Group Behavior*. Em SHORT, Jr, James (ed.), 252-82. *The Social Fabric of the Metropolis: Contributions of the Chicago School of Urban Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.
- SIMMEL, Georg. *A Metrópole e a Vida Mental*. Em GUILHERME VELHO, Otávio (org.), 11-25. *O Fenômeno Urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- SMITH, Dennis. *The Chicago School: A Liberal Critique of Capitalism*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1988.
- SMITH, Susan. *Crime, Space and Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

- SMITH, Susan. *The Politics of 'Race' and Residence: citizenship, segregation and white supremacy in Britain*. Cambridge: Polity Press, 1989.
- SOJA, Edward. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- THOMAS, William. *The Immigrant Community*. Em SHORT, Jr, James (ed.), 120-30. *The Social Fabric of the Metropolis: Contributions of the Chicago School of Urban Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.
- TRASHER, Frederic. *The Gang: a study of 1,313 gangs in Chicago*. Ed. condensada Chicago: University of Chicago Press, 1963.
- VOLD, George, BERNARD, Thomas e SNIPES, Jeffrey. *Theoretical Criminology*. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia e Freitas Bastos, 2001.
- WALKLATE, Sandra. *Understanding Criminology: Current Theoretical Debates*. Buckingham: Open University Press, 1998.
- WILSON, James e HERRNSTEIN, Richard. *Crime and Human Nature*. Nova Iorque: Simon and Schuster, 1985.
- WIRTH, Louis. *The Ghetto*. Chicago: University of Chicago Press, 1928.
- WIRTH, Louis. *O Urbanismo como Modo de Vida*. Em GUILHERME VELHO, Otávio (org.), 90-113. *O Fenômeno Urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- YOUNG, Jock. *Left Realist Criminology: Radical in its Analysis, Realist in its Policy*. Em MAGUIRE, Mike, MORGAN, Rod e REINER, Robert (eds.), 473-98. *The Oxford Handbook of Criminology*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- ZAKABI, Rosana. *Viver em condomínio*. Em Revista Veja, edição 1751, ano 35, n. 19, 94-101. São Paulo: Editora Abril, 2002.
- ZORBAUGH, Harvey. *The Shadow of the Skyscraper*. Em SHORT, Jr, James (ed.), 3-16. *The Social Fabric of the Metropolis: Contributions of the Chicago School of Urban Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

ÍNDICE ONOMÁSTICO ■

- Abbott, Andrew, 51
Abbott, Edith, 58, 59
Abu-Lughod, Janet, 36, 57, 59, 60, 98
Addams, Jane, 57, 58
Adorno, Sérgio, 14
Akers, Ronald, 110
Alihan, Mila, 51, 92, 95
Anderson, Nels, 54
Araújo Jr., João, 14
Baldwin, John e Bottoms, Anthony, 105
Beccaria, Cesare, 13
Becker, Gary, 104
Becker, Howard, 110
Benevolo, Leonardo, 21, 22, 26, 27
Bentham, Jeremy, 13
Bernard, Luther, 51
Beyens, Kristel e Snacken, Sonja, 130
Boas, Franz, 64
Bottoms, Anthony e Wiles, Paul, 102, 104, 105, 107
Braithwaite, John, 114
Breckinridge, Sophonisba, 58
Brefe, Ana, 119
Bulmer, Martin, 49, 50, 53, 57, 59, 90
Burgess, Ernest, 7, 52, 63, 72, 73, 76, 78, 83, 91, 92, 94, 98, 100, 102, 104, 118, 120, 121
Burgess, Ernest e Bogue, Donald, 102
Burke, Roger, 113
Caldeira, Teresa, 122, 123
Capone, Al, 47
Cárdia, Nancy, 14
Castells, Manuel, 34, 41, 96, 122, 137
Cezar, Paulo Bastos, 126
Chambliss, William, 72
Christie, Nils, 76, 126, 129, 130
Clarke, Ronald, 103
Clarke, Ronald e Cornish, Derek, 104
Cloward, Richard e Ohlin, Lloyd, 82

- Cohen, Albert, 82
Cohen, Lawrence e Felson, Marcus, 112
Coulon, Alain, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 97, 110
Cressey, Paul, 54, 75
Daniels, Roger, 22, 28
Darwin, Charles, 68, 77
Davie, Maurice, 91
Deegan, Mary Jo, 57, 58, 60
Dewey, John, 56
Dickens Charles, 28
Downes, David e Rock, Paul, 18, 49, 50, 54, 56, 62, 82
Duncan, Otis e Schnore, Leo, 103
Durkheim, Émile, 13, 108, 109
Einstadter, Werner e Henry, Stuart, 66, 70, 71, 73, 80, 84, 86, 87, 88, 98, 100, 103
Erikson, Kai, 110
Eufrazio, Mário, 91
Faris, Ellsworth, 47
Faris, Robert, 47, 63, 65, 69, 78, 100, 101
Faris, Robert e Dunham, H. Warren, 54
Figueiredo Dias, Jorge e Costa Andrade, Manuel, 33, 99, 114
Fine, Gary, 52
Fletcher, Joseph, 66
Forst, Brian, 129
Forst, Brian e Manning, Peter, 130
Frey, William; Abresch, Bill e Yeasting, Jonathan, 30
García-Pablos de Molina, Antonio e Gomes, Luiz Flávio, 99, 111
Garland, David, 67
Giddens, Anthony, 17, 33, 34
Glyde, John, 67
Gottfredson, Michael e Hirschi, Travis, 82
Guerry, André-Michel, 66
Gutman, Herbert, 43
Halbawachs, Maurice, 51
Hall, Lucy, 25
Harper, William, 49, 50, 57
Harrington, Michael, 62
Harris, Chauncy e Ullman, Edward, 19, 93
Hawley, Amos, 70, 103
Heidensohn, Frances, 102, 113
Henderson, Charles, 63
Hobbs, Dick, 78, 79, 83
Hoyt, Homer, 19, 92, 136
Hughes, Everett, 54
Hull, Charles, 57
Hunter, Robert, 26
Jacobs, Jane, 111
James, William, 56, 63
Janowitz, Morris, 51
Jeffery, C. Ray, 111
Johnson, Lyndon, 62

- Joas, Hans, 18
Kellor, Frances, 59
Kelly, Florence, 59
King Jr., Martin Luther, 71
Kituse, John, 110
Kornhauser, Ruth, 96
Krupat, Edward, 35
Lander, Bernard, 103
Landesco, John, 54
Lanier, Mark e Henry, Stuart, 19, 54, 61, 76, 77, 111
Lathrop, Julia, 60
Lea, John e Young, Jock, 98, 99
Lemert, Edwin, 110
Lombroso, Cesare, 13
Lopata, Helena, 60
Lowie, Robert, 64
Lyra, Roberto, 14
Mannheim, Hermann, 102
Marshall, Gordon, 52, 64
Matza, David, 82, 97, 110
Mayrink da Costa, Álvaro, 14
McKay, Henry, *vide* Shaw, Clifford e McKay, Henry, 61, 80, 81, 83, 84, 85, 89, 96, 105
McKenzie, Roderick, 52, 69
Mead, George, 52, 56, 57, 109
Merton, Robert, 13, 108
Morris, Terence, 102, 103, 104, 105
Mumford, Lewis, 27
Muncie, John, 84, 97
Nathan, Stephen, 131
Newman, Oscar, 111
Park, Robert, 7, 18, 32, 33, 38, 52, 54, 63, 64, 67, 77, 79, 87, 95, 98, 100
Patton, Phil, 46
Pease, Ken, 111
Peirce, Charles, 56
Pinheiro, Paulo, 14
Quetelet, Lambert, 66
Quinn, James, 92
Quinney, Richard, 72
Reckless, Walter, 54
Reinharz, Shulamit, 50
Reiss, Albert and Tonry, Michael, 106
Riis, Jacob, 24, 25
Risjord, Norman e Haywoode, Terry, 36, 45, 47, 58, 62, 72
Ritzer, George, 132
Rock, Paul, 18, 49, 50
vide também Downes, David e Rock, Paul
Rockfeller, John, 49
Sassen, Saskia, 127
Sellin, Thorsten, 71
Shaw, Clifford e McKay, Henry, 7, 61, 80, 81, 83, 84, 85, 89, 96, 105
Shevky, Eshref e Bell, Wendell, 19, 93
Simmel, Georg, 18, 35, 55, 63, 76

- Small, Albion, 47, 50, 51
Smith, Dennis, 26, 57, 63, 64, 71
Smith, Susan, 106
Soja, Edward, 96, 98, 99
Starr, Ellen, 57, 58
Steffens, Lincoln, 63
Sutherland, Edwin, 109, 110
Taylor, Graham, 59
Taylor, Ian; Walton, Paul e Young, Jock, 97
Thistlewaite, Frank, 22
Thomas, William, 29, 30
Thomas, William e Znaniecki, Florian, 54, 77
Thompson, William, 47
Tonry, Michael e Morris, Norval, 104
Trasher, Frederic, 46, 47, 54
Vargas, Getúlio, 116
Ventura, Zuenir, 31
Vold, George; Bernard, Thomas e Snipes, Jeffrey, 69, 70, 72, 110
Wacquant, Loïc, 30, 31, 32
Walklate, Sandra, 73
Warming, Eugenius, 68
Weber, Max, 31
Whyte, William, 82, 96
Wilson, James e Herrnstein, Richard, 113
Wilson, James e Kelling, George, 112
Wirth, Louis, 7, 31, 33, 34, 52, 54, 133
Yerkes, Charles, 47
Young, Jock, 110
Zakabi, Rosana, 121
Zaluar, Alba, 14
Zorbaugh, Harvey, 44, 45, 54